

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jean Bastardis

**O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu
significado para a preservação de arquivos no IPHAN**

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jean Bastardis

**O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu
significado para a preservação de arquivos no IPHAN**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Maria Tarcila Ferreira Guedes

Supervisor e co-orientador: Hilário Figueiredo Pereira Filho

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional no Arquivo Central do IPHAN / Seção do Rio de Janeiro.

B324p

Bastardis, Jean.

O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN / Jean Bastardis – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

100 f.: il

Orientadora: Maria Tarcila Ferreira Guedes

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio cultural brasileiro. 2. Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica. 3. Historiografia e arquivística. 4. Memória Institucional. I. Guedes, Maria Tarcila Ferreira. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jean Felipe Bastardis Coelho

O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2012

Banca examinadora

Professora Dra. Maria Tarcila Ferreira Guedes (orientadora)

Hilário Figueiredo Pereira Filho (supervisor) – Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação

Professora Dra. Analucia Thompson – PEP/MP/IPHAN

Professor Dr. João Marcus Figueiredo Assis – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Agradecimentos:

É impossível render justa homenagem a todos aqueles que, de qualquer maneira, estiveram presentes nesses últimos anos de trabalho. A jornada foi intensa e cada um à sua maneira contribuiu para o andamento do trabalho e da vida do trabalhador. A cada um, um agradecimento especial que não pode ser apresentado nessas palavras...

A todos os amigos do Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro, onde desenvolvi a pesquisa para a construção dessa dissertação nos últimos dois anos. Suas contribuições atravessam cada parte do trabalho de forma que não é possível identificar separadamente a importância de cada um dos colegas – que hoje já podem ser chamados *amigos*.

Aos orientadores da dissertação, Maria Tarcila Ferreira Guedes e Hilário Figueiredo Pereira Filho, que possibilitaram o encontro dos caminhos que resultaram no presente trabalho. Se, no entanto, algumas das trilhas apontadas não foram atacadas pelo facão do andarilho, não foi por falta de indicação desses persistentes guias. A João Marcus Figueiredo Assis, por ter aceitado o convite de compor a banca de avaliação dessa dissertação e ter contribuído através de sua leitura. Agradeço a Analucia Thompson por ter sido uma interlocutora constante em todos os anos de IPHAN e, ainda assim, ter lido com paciência e avaliado com cuidado o resultado final dessa pesquisa.

À Coordenação do Mestrado Profissional e toda a equipe da COPEDOC, agradeço pelo contínuo esforço em realizar as atividades relacionadas à formação desse Mestrado Profissional mesmo perante todas as dificuldades que se colocam pelo cotidiano da administração pública no Brasil.

Aos colegas do Mestrado Profissional pelos momentos de enriquecimento intelectual e humano experimentados nos poucos encontros que tivemos no curso desses dois anos.

À minha família que sempre esteve pronta a compreender os momentos de reclusão e *stress* causados pelos prazos relacionados às atividades do Mestrado. Muito obrigado!

À Grazi, um agradecimento especial pela paciência e impaciência nos momentos em que o desânimo parecia reter minhas forças. Seu incentivo *enérgico* foi o combustível perfeito para continuar sempre e finalizar essa etapa.

Figura 1: Waterfall, M.C. Escher.



*“Compreendi que o trabalho do poeta não estava na poesia;
estava na invenção de razões para que a poesia fosse admirável (...)”*

Jorge Luís Borges

Resumo

As práticas de preservação do patrimônio cultural desenvolvidas na década de 1980 ocupam lugar de destaque nos estudos desse campo no Brasil. Os problemas relacionados à documentação legada pelo período não figuram, no entanto, entre os temas privilegiados na bibliografia. Entre as iniciativas referentes a essa questão, figura o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica - Pró-Documento, que desenvolveu numerosos projetos de organização e preservação de acervos, estabelecendo rotinas de trabalho que marcaram a experiência da preservação documental no país. Meu trabalho busca analisar o desenvolvimento desse Programa sob o ponto de vista de suas implicações para a construção da memória institucional referente à Fundação Nacional Pró-Memória. Analisando os acervos documentais – e principalmente o Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro – como produtos resultantes da ação de poderes classificatórios, essa reflexão pretende compreender de que maneira os embates institucionais incidiram sobre as construções de memórias que formataram esses poderes, conformando assim o referido acervo documental.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica; Patrimônio Cultural; Memória institucional; Historiografia e arquivologia.

Abstract:

The practices of cultural heritage developed in the 1980s has a prominent place in the study of this field in Brazil. The problems related to the documentation of this period are not, however, among the privileged themes in its literature. Among the initiatives concerning this matter, we mention *Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica - Pró-Documento*, who developed numerous projects of organization and preservation of collections, establishing working routines that marked the experience of documentary preservation in Brazil. My work aims to analyze the development of that program from the viewpoint of its implications for the construction of institutional memory relating to the *Fundação Nacional Pró-Memória*. Analyzing the documentary collections – and especially the *Arquivo Central do IPHAN* / Section of Rio de Janeiro – as products resulting from the action of classificatory powers, this reflection aims to understand how the institutional struggles acted on the construction of memories that have shaped these powers, thus conforming said document archive.

Keywords: Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica; Heritage; Institutional Memory; Historiography and archivology.

Lista de ilustrações:

Figura 1: <i>Waterfall</i> , M.C. Escher.....	5
Figura 2: Construção 3D da gravura <i>Waterfall</i>	13
Figura 3: <i>Still life with a mirror</i> , M.C.Escher.....	20

Lista de gráficos e tabelas:

Quadro 1: Três idades de arquivos I	34
Quadro 2: Três idades de arquivos II	35
Tabela 1: cursos de arquivologia no Brasil.....	42
Organograma 1	59
Organograma 2	60

Lista de siglas e abreviaturas

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros
ACI/RJ – Arquivo Central do IPHAN, Seção do Rio de Janeiro
AN – Arquivo Nacional
BIPHAN – Boletins SPHAN/FNPM
BN – Biblioteca Nacional
CFSPC - Conselho Federal de Serviço Público Civil
CGABA – Coordenadoria Geral de Acervos Bibliográficos e Arquivísticos
CGD – Coordenação Geral de Documentação
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
CRD – Coordenação de Registro e Documentação
DAC – Departamento de Assuntos Culturais
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DRD – Divisão de Registro e Documentação
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IHSOB – Instituto de História Social Brasileira
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MES – Ministério da Educação e Saúde Pública
MHN – Museu Histórico Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MNBA – Museu Nacional de Belas Artes
Pró-Documento – Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica
RIPHAN – Revista do Patrimônio
SBI – Sociedade Brasileira de Instrução
SEC – Secretaria de Cultura
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SPHAN – Serviço/Subsecretaria/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCAM – Universidade Cândido Mendes

Sumário

<u>Introdução</u>	12
-------------------------	----

Capítulo I

<u>1. Arquivologia como disciplina no Brasil: seu percurso, fundamentos e discussões</u>	24
1.1. O que é um documento? a arquivologia brasileira disciplinada a partir de modelos internacionais	25
1.1.1. Formação da arquivística como disciplina autônoma (séculos XIX-XX)	29
1.1.2. Importância do DASP na formação dos quadros públicos no Brasil	36
1.1.3. Luta da AAB no Brasil para definição da profissão e da disciplina arquivística	40
1.2. Questionamentos aos princípios arquivísticos como oportunidade de reflexão sobre a operação arquivística	43

Capítulo II

<u>2. A preservação da documentação no Brasil: o Pró-Documento e suas ações</u>	45
2.1. O Pró-Documento e a memória do Brasil	47
2.1.1. O impulso da pesquisa histórica no Brasil: décadas de 1960-70	48
2.1.2. O Centro de Memória Social Brasileira no contexto acadêmico de pesquisa	51
2.1.3. Marcos legais da preservação documental no âmbito da preservação do patrimônio cultural	53
2.2. O funcionamento do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica	56
2.3. O sentido da contradição: o Pró-Documento se esgota no contexto institucional	63

Capítulo III

<u>3. A produção dos arquivos como criação coletiva de "autores" e temporalidades distintas</u>	69
3.1. Arquivos como obra	72
3.2. Arquivos entre memória e história	76
3.3. Os trabalhos com o tempo nos arquivos do IPHAN	83

<u>Conclusão</u>	89
------------------------	----

<u>Referências</u>	94
--------------------------	----

Introdução

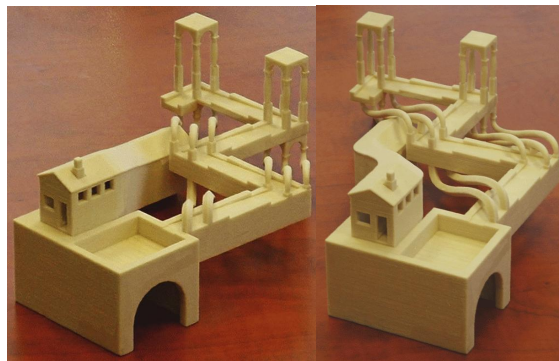
Uma litografia do gravador holandês Maurits Cornelis Escher (*Figura 1*), da década de 1960, mostra uma cascata d'água desafiadora. Segundo o artista, ela seria a solução para o moleiro medieval, que contaria com uma corrente de água interminável, sempre capaz de garantir seu sustento, uma vez que nunca faltaria energia ao moinho¹. Observando o trabalho de relance, não se pode duvidar da representação, ainda que seja espantosa, pois a mesma água que cai sobre a roda d'água percorre as canaletas criadas pelo artista em uma sucessão de três andares na construção. No ponto mais alto do caminho, a água que corre por uma calha de tijolos precipita e põe a roda em movimento. A mesma água percorre o caminho até chegar ao ponto mais *baixo* (*distante*) do aqueduto, que coincide vertical e paradoxalmente com seu ponto mais *alto* (*próximo*). Este movimento parece interminável e, segundo o próprio artista, o moleiro que utilizasse esta roda d'água para realizar seu trabalho, teria apenas a tarefa de repor a água perdida com a evaporação provocada pela ação do sol, uma vez que o sistema é autoalimentado. Esse caminho é sustentado por colunas que unem planos cujos eixos se encontram em direções contrárias. Duas torres sustentam as calhas que se erguem sobre três planos. Dois personagens compõem a cena: uma mulher que estende roupas e um homem que observa atentamente o céu. Ambos permanecem alheios à cascata.

A descrição acima nos parece inteiramente plausível, tendo em vista que *traduz* em linguagem escrita uma representação imagética, criada pelo artista holandês M. C. Escher. Notamos, então, uma transposição de linguagem que transmite o significado da imagem a um conjunto de letras depositadas numa folha branca. No entanto, tanto quanto na imagem, as palavras descritivas não revelam que há algo estranho no desenho: como a água poderia percorrer o caminho num mundo regido pela gravidade, no “mundo real” regido pelas limitações da dimensão espacial? Aliás, a própria construção realizada por Escher sobre o papel seria impossível de ser fabricada com pedras, tijolos e os limites impostos pela “*realidade*”. A localização narrativa dos elementos na gravura já oferece dificuldades a uma definição segura. Desafio o leitor a localizar o ponto mais *alto* do aqueduto (*Figura 1*). A definição de qual seria o ponto mais *baixo* ou *alto* da representação utiliza um elemento

¹ Os moleiros medievais mantinham-se pela moedura de grãos pelo moinho. Movimentado pela água ou pelos braços do moleiro, a máquina processava os grãos colhidos no campo e garantia ao seu proprietário os rendimentos resultantes dessa tarefa.

exterior à ela, respeitando a força da gravidade. Nesse sentido, o ponto de onde a água parte, na representação (portanto, o mais elevado) consiste na base da roda d'água, de onde a água corre pelas canaletas até o ponto em que abisma sobre a mesma roda. No entanto, fica evidente a impossibilidade de se esgotar uma descrição interna da gravura sem que se recorra a diferentes critérios, como é o caso da gravidade. Sob esse fator físico, portanto, a água se esvai em direção ao ponto baixo, que deve ser, também, o mais distante (*Figura 2*), mas essa validação narrativa se esvai como a água se considerarmos que um critério refuta o outro, cancelando sua validade. O paradoxo formulado pela artista impede o esgotamento descritivo da imagem, da mesma forma que as representações do passado geradas no âmbito dos trabalhos de historiadores e arquivistas não podem esgotar as possibilidades de conhecimento em relação ao passado.

Figura 2: Construção 3D da gravura *Waterfall*, de M.C. Escher.



Fonte: <http://www.cs.technion.ac.il/~gershon/EscherForReal>

Longe de querer analisar profundamente a problemática colocada pelo artista, penso que este trabalho de representação gráfica de uma *realidade* impossível possa interessar à reflexão sobre os limites da representação historiográfica, arquivística e da valorização do documento, compreendidos aqui como produtos de poderes baseados em códigos sociais (e regras profissionais). Tomando a gravura de Escher como ponto de reflexão teórica neste tópico, poderemos, portanto, compreender os objetivos dessa parte do estudo que se dirige a desnudar as estratégias da memória no sentido de envolver o leitor na história de um caso de experiência administrativa documental através de uma argumentação que oblitere ela própria a seu caráter artificial.

A descrição da gravura de Escher baseia-se na crença de que é possível caminhar por aquela estrutura, o que nos leva a acreditar que seja real. A estranheza da representação insere-se exatamente aí; explico: ainda que a construção seja *realmente impossível*, opera em

nós uma disposição em crer na sua possibilidade, baseada em toda uma compreensão (*socialmente incorporada*) da história da arte e das linguagens empregadas na representação gráfica. Segundo essa compreensão, seria possível inscrever no suporte plano, cenários com uma profundidade que ele não é capaz de comportar. Através da técnica da perspectiva artistas buscam reproduzir no espaço bidimensional de uma tela, folha, pedra, ferro, ou madeira, elementos tridimensionais, objetos do cotidiano ou – se quisermos nomeá-los dessa maneira – a *realidade*.

O sucesso desta técnica ultrapassa o âmbito das artes tradicionais, conformando modos bastante difundidos de se observar as representações gráficas. Desde o renascimento, artistas lançaram as bases de um código gráfico baseado na crença de que se pode inserir na bidimensionalidade dos suportes, a tridimensionalidade dos objetos representados. No entanto, o observador não precisa conhecer o funcionamento desta técnica para experimentá-la na observação – melhor até que o ignore. Esse aspecto demonstra sua aceitação e sua interiorização nas disposições dos observadores da mesma maneira que o desconhecimento em relação às técnicas arquivísticas – de sua história – e da documentação sobre a qual é aplicada, resultam em um *não-estranhamento* dos arranjos e dos próprios princípios que regem a arquivística.

O recurso, em meu texto, ao destaque aplicado à palavra “*realidade*”, é justificado exatamente por comunicar sua propensão para o debate. Poucos são os que ainda hoje defendem para a História o posto de ciência dedicada ao estudo das *verdades* do passado encobertas pelo que se chamou tantas vezes de “História oficial”. *Verdade* e *realidade* constituem noções relativizadas, ainda mais quando se trata de seu uso sob a disciplina histórica. Há muito, atentamos para o aspecto literário da História, o que nos informa sobre seus limites de representação que nos esforçamos compreensivamente em disfarçar sob o signo de ciência². Este esforço – não se pode negar – alcançou um sucesso considerável, tendo em vista que muitos de nós cremos em nossas representações do passado e fazemos crer, também, os nossos leitores. Sem acusá-la de ficção, é necessário compreender que a historiografia constrói imagens sobre o passado, tal como um arranjo arquivístico pretende construir um quadro que demonstre o funcionamento institucional do órgão produtor do acervo organizado. Não podemos ignorar que a interpretação descritiva da representação de Escher exige lançarmos um olhar monstruosamente ingênuo sobre o suporte em que foi

² Sobre a questão da representação do passado pela disciplina historiográfica, muitos produziram e debateram. Questionamentos sobre as implicações éticas desse debate podem ser encontrados em diversos autores, dos quais destaco CHARTIER (1991), CERTEAU (1994), WHITE (1995), GINZBURG (2007) e VIDAL-NAQUET (1988).

grafada. Em outras palavras, partilhamos de um olhar “convencional” acerca desses desenhos, dessas formas de expor a realidade do mundo, que não problematiza a maneira pela qual são constituídos.

Ora, aí encontramos uma convenção bastante próxima daquela que possibilita mantermos o *status* profissional (arquivistas e historiadores) em nossa sociedade. De certa maneira, os historiadores constituíram ao longo dos últimos séculos um espaço bastante delimitado de conhecimento, onde têm permissão para crer que escrevem – quando produzem livros e artigos – sobre o passado; cremos, ou melhor, podemos acreditar que tratamos dos acontecimentos relacionados, por exemplo, ao terreiro Casa Branca ou à igreja de São Pedro dos Clérigos, à Fazenda Pau d’Alho ou a um certo modo de fabricar o queijo. Por vezes, não reconhecemos a necessidade de enxergar que tratamos das representações relacionadas a esses bens. Os históricos, as cronologias, os processos de tombamento, inventários e relatos que analisamos, não nos trazem os fatos ocorridos naqueles espaços, ou esclarecem a maneira pela qual se fabricam alguns produtos sobre os quais parte da população constitui sua identidade. Sobre estes materiais, incidiram poderes diversos que os formataram e moldaram e que reproduzimos, reutilizamos ou criamos também em nossa pesquisa. O documento não constitui, portanto, um repositório de fatos ocorridos no passado, mas antes uma coleção de informações agregadas ao passado – e presente – dos objetos de que trata. Estas informações só aparecem de fato se forem acionadas por um indivíduo designado para seu estudo.

No desenvolvimento de nossas atividades, mantemos o que Certeau chamou de *communis eruditorum consensus*, uma “rede de correspondências e de viagens, meios de informações e de controle recíprocos” (CERTEAU, 1982: 267). Neste espaço que definimos, temos permissão para utilizar papéis e edifícios antigos como argumentos em favor de conclusões que alcançamos, muitas vezes, antes mesmo de analisá-los completamente (de que se trata a definição de hipóteses e objetivos de pesquisa senão disso).

Desnecessário esclarecer que não se trata de afirmar a descrença nesses métodos, mas apenas uma tentativa de torná-los ainda mais evidentes do que são. Procuro demonstrar que esses métodos – e, principalmente, as bases materiais sobre as quais se estabelecem (o documento, o monumento) – constituem um produto do grande poder de imposição de uma *crença*. Em relação ao poder conferido ao argumento da cientificidade da história, que assegura a legitimidade de sua interpretação do passado, Pierre Bourdieu afirma que

Se a cientificidade socialmente reconhecida constitui um assunto em jogo tão importante, é porque, ainda que não haja uma força intrínseca da

verdade, há uma força da *crença na verdade, da crença produzida pela aparência de verdade; na luta de representações, a representação socialmente reconhecida como científica, quer dizer, como verdadeira, encerra uma força social própria* e, quando se trata do mundo social, a ciência confere àquele que a detenha, ou àquele que parece detê-la, o monopólio do ponto de vista legítimo (...). (2008: p. 44. *grifos meus*)

Há, portanto, um esforço legitimador bastante presente nas ações de historiadores e arquivistas em relação a seus objetos, buscando autorizar seus estudos diante de toda a comunidade de interessados e, de maneira geral, em relação à sociedade como um todo.

Acompanhando Jacques Le Goff em um trecho que discorre sobre a revolução documental operada na historiografia contemporânea, podemos afirmar que não existe um documento completamente verdadeiro, visto que todos constituem uma construção “falsa” – e verdadeira, ao mesmo tempo – porque montada com elementos selecionados em diversas situações (LE GOFF, 2003: 538). Documentos constituem palimpsestos que jamais são finalizados e aglutinam incontáveis rastros das épocas que os legaram a nós.

No andamento da rotina de um Arquivo, vemos operar diversos poderes sobre o trabalho desenvolvido nesse espaço, como também sobre sua função. Minha participação no *Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural* permitiu experimentar cotidianamente as indagações descritas aqui e, simultaneamente, reconhecer demandas sociais e econômicas bastante pungentes, das quais um Arquivo público não se pode esquivar. Algumas dessas demandas, relacionadas à função de guarda de informações referentes a bens e direitos de propriedade e uso de elementos reunidos sob a nomenclatura de patrimônio cultural da nação, passaram a ser expostas de maneira mais aparente a partir da década de 1980, numa época em que “cidadania”, “transparência” e “democracia” tornavam-se conceitos inflados no vocabulário corrente em todos os ambientes. As questões relacionadas à promoção da cidadania através do conhecimento do patrimônio cultural e da democratização desses bens e das atividades a eles relacionadas, constituíam demandas urgentes direcionadas aos órgãos dedicados à preservação patrimonial no Brasil.

Minha exposição surge da experiência prática da organização de parte do acervo documental resultante das ações de preservação e, especificamente, do conhecimento e conservação do patrimônio documental levados a cabo pela FNPM através do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento). A política de preservação documental adotada por essa instituição demonstrou muito bem essa preocupação na urgência de *democratização* do acervo documental da nação, garantindo seu conhecimento e inclusão no circuito científico e cultural nacional. Buscou-se alcançar esses objetivos através

do levantamento, organização e garantia de conhecimento dos acervos documentais considerados de interesse para a história e salvaguarda da identidade nacional (SOLIS & ISHAQ, 1987: 186-190; ARANTES, 1987: 48-55).

Em artigo publicado na *Revista do Patrimônio* nº 22, de 1987, Sydney Solis e Vivien Ishaq reproduzem o debate em torno da postura a ser adotada na conservação dos acervos. O título do texto (“Proteção do patrimônio documental – tutela ou cooperação?”) já informava a principal questão implicada na discussão: que caminho trilhar para uma eficiente política de preservação do patrimônio documental no Brasil? Traçando uma descrição do trajeto legislativo que culminou com a criação, em 1979, da FNPM, os autores destacam que a política de preservação documental mais conveniente para o caso brasileiro deveria se apoiar na cooperação entre Estado e entidades particulares. Essa discussão pode tomar um caminho preterido nesse trabalho que, nem por isso, consiste em questão menos importante, uma vez que a reflexão acerca das estratégias de condução da política de preservação pode apontar para a positividade de fomentar ações privadas em relação à preservação cultural em vez da ação centralizada na iniciativa pública.

Analisando o Decreto-Lei 25, de 1937, Solis e Ishaq afirmam que apenas muito indiretamente a lei tratava da preservação dos acervos documentais e considerava uma concepção da história centrada sobre a narrativa dos grandes fatos e da vida de grandes vultos; os documentos eram compreendidos como bens culturais cujo valor “estava dado na medida direta de sua relação com esses fatos ou vultos e não em razão da relação que possuíam com o processo real que produzia aqueles fatos ou tornava proeminentes os personagens” (SOLIS & ISHAQ, 1987: 186). Vemos aqui, de maneira bastante evidente, que estes papéis sobre os quais se baseia boa parte do trabalho historiográfico podem desempenhar diferentes funções segundo o ambiente construído pela historiografia (no limite da reflexão, documentos podem *ser* coisas diferentes, de acordo com a concepção de história a que servem).

Aliás, o percurso da noção de documento, narrado pelo medievalista Jacques Le Goff, demonstra bem a ambivalência desses objetos. Segundo esse autor, a partir da Idade Moderna da história europeia, a noção vai se impondo frente à de monumento para referir-se ao registro das ações humanas. O processo encontra seu ápice no século XIX, quando os metódicos positivistas definiram a função dos *documentos* como objetos capazes de provar os acontecimentos passados. Observamos, outra vez mais, a incidência de poderes sobre o tratamento das fontes (palavra, por si só, poderosa) por parte do historiador, na medida em que podemos visualizar um deslizamento de sentido operado sobre a noção de documento.

Trata-se, portanto, de chamar atenção para o fato de que as escolhas que fazemos quando elegemos documentos sobre os quais desenvolveremos nossa crítica, baseiam-se no exercício de poder constituído e delegado aos historiadores. No caso de um arquivo, o poder utilizado na classificação dos documentos é potencializado, já que a escolha dos objetos que o integram e o arranjo com que são organizados exclui uma série de elementos do conjunto e, muitas vezes, incide diretamente sobre a identidade daquele acervo, recolhido e organizado segundo critérios mais ou menos arbitrários e autoritários. Opera aí – como, de resto, em toda a nossa crítica documental – um poder classificatório vertiginoso, recortes que

são sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados (...) fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis. (FOUCAULT, 2008: 25)

Nessa operação, pode-se identificar a nova postura da historiografia com relação ao documento, que evidencia um aspecto mais ativo, intervencionista com relação a estes objetos, “ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (FOUCAULT, 2008: 7). Em outras palavras, à história não se permite mais tomar seus documentos como depósitos do passado; ela está atenta ao fato de que age sobre eles e lhes atribui novos sentidos.

Este mesmo autor afirma que a atitude de nomear já constitui um poder dos mais significativos (FOUCAULT, 1999: 187), porque impõe uma compreensão acerca de determinado objeto, assunto, animal, fato. Considerar, então, uma folha repleta de alguns traços gráficos produzidos por alguém do passado como um *documento*, algo que comporta informações sobre um tempo que não mais existe, sobre ações humanas que, efetivamente, não vimos atuarem, exige uma enorme capacidade de abstração, um intenso poder de visualização de informações, afinal, uma *crença* (BOURDIEU, 2008: 16) na função deste papel, que ultrapassa a “realidade”. Esses vestígios não escapam da percepção imediata do mundo e encontram-se, ao menos em potência, na simples folha de papel, mas é preciso atentar para o fato de que não se mostram ao observador de maneira independente, não pulsam nessa superfície, mas são decifrados – acionados – por indivíduos. Imergindo na bela metáfora do historiador italiano Carlo Ginzburg, concordo que temos de atentar para os rastros deixados por Teseu no labirinto e não apenas considerar o fio que orienta-o no embate contra o Minotauro (GINZBURG, 2007: 7). Essa atitude responde ao necessário cuidado dispensado aos

trabalhos relacionados à memória, aos mortos sobre os quais escrevemos, qualquer que seja o objeto. Historiadores devem voltar-se aos resultados de seus esforços investigativos, avaliando a todo o momento quais os produtos sociais de suas realizações, tanto no que respeita a seus companheiros profissionais como à sociedade como um todo, sempre permeada pelos valores associados ao passado.

Saber identificar o poder “onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido” (BOURDIEU, 1998: 7-8), consiste em tarefa dos historiadores; é necessário voltar o olhar para o próprio trabalho. Apenas desta maneira, atentos aos efeitos de sua atitude com relação aos documentos que aciona, o historiador pode ser capaz de reconhecer as classificações que incidem sobre sua pesquisa e utilizar bem os limites críticos, disciplinares, por meio dos quais age, sempre de maneira *convencional*.

Nos documentos, muitas vezes, enxergamos “camadas de realidade”, espaços onde poderíamos identificar características que o tornariam *verdadeiro*, *verossímil* ou *falso* (para limitar as possibilidades de classificação). Assim também podemos visualizar a representação de Escher: os três andares do aqueduto nos parecem perfeitamente *possíveis*, à primeira vista; o curso da água ao longo das calhas é *verossímil*; no entanto, o curso interminável de água que circula a estrutura de maneira independente, temos de admitir, é *impossível*. Impossível também seria – e disso já temos consciência – afirmar que nossos documentos/argumentos são inquestionáveis fontes de onde jorra o passado. Como não podemos admitir o fluxo de água na estrutura de Escher, também não podemos admitir o fluxo de provas do passado que, fazemos crer muitas vezes, brota de *nossos* documentos.

Estas reflexões são especialmente interessantes quando aplicadas ao trabalho de descrição e organização arquivísticas desenvolvidas em arquivos. No Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro concentramos esforços sobre a organização e descrição do acervo documental produzido sob o binômio institucional *Sphan/pró-Memória*, ao qual cabia a preservação patrimonial durante a década de 1980. É comum depararmos com documentos de funções e finalidades diversas que, de maneiras distintas, podem ser classificados sob critérios parecidos, ou mesmo sob o princípio da proveniência³ (DUCHEIN, 1982). Encontramos neste acervo, relatórios de atividades, ofícios, comunicados internos, propostas legislativas, determinações executivas de ambas as instituições, regimentos internos e

³ Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 136).

diversos outros. Cabe ressaltar que a enumeração destes documentos já carrega uma classificação de critérios. Refiro-me ao fato de ter tratado de aspectos materiais destes objetos, quando poderia ter relacionado-os segundo sua posição no espaço do arquivo, sua autoria e proveniência, datação, cor ou assunto. A arbitrariedade da referência a estes objetos alcança os níveis mais elevados, mesmo quando o resultado da incidência deste poder classificatório é considerado menor.

Considerar os argumentos dessa reflexão nos coloca, portanto a responsabilidade ética de atentar, sempre de maneira mais consciente, para o poder de exclusão que detemos no espaço de nossa ciência. Outro trabalho de Escher (*Still life with a mirror*, Figura 3), pode nos auxiliar a compreender um pouco mais essa problemática. Na gravura podemos visualizar uma penteadeira ordinária com seus elementos cotidianos: objetos de uso pessoal, pente, escova e uma vela, para melhor iluminar o que é refletido no espelho. Reproduzimos, portanto, uma outra descrição que não problematiza a imagem representada. Descrição que não esclarece que no centro da imagem, vemos uma ruela italiana sendo refletida pelo espelho

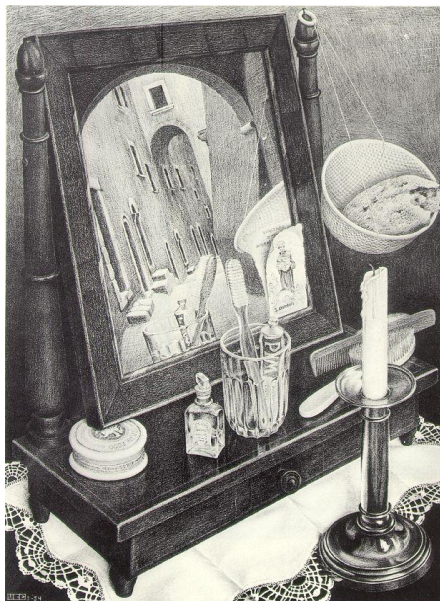


Figura 3: M.C.Escher, *Still life with a mirror*

e, ainda que notemos algo de estranho nesse reflexo, não conseguimos identificar, num primeiro momento, o que seja. Nossa crença depositada na representação do artista torna difícil identificar o problema: a gravura ignora a impossibilidade do reflexo da ruela, imposta pela localização da penteadeira no interior de um cômodo. Nestes mesmos moldes, somos muitas vezes tentados a crer num ilusório *reflexo* da realidade que se poderia vislumbrar nos documentos. Muitos de nós cremos muitas vezes na pureza destes artefatos, desprezando a intervenção do historiador – e do próprio desenvolvimento da historiografia – sobre o documento e sua consequente transformação.

Historiadores da memória, por excelência, os estudiosos do patrimônio não se podem furtar de reconhecer profundamente os poderes que dispensam sobre seus objetos de estudo. Se tomarmos *nossos* documentos (monumentos, costumes, modos de fazer) como reflexos do passado, poderemos ignorar os poderes que nos fazem compreendê-los dessa maneira. Sabemos que atuam nas sociedades de todos os tempos, exclusões voltadas a elementos da cultura – do passado e do presente – que constroem a realidade segundo critérios sociais

difundidos. Se, então, não nos esforçarmos em identificá-los e considerá-los ativos em nosso próprio trabalho, poderemos agir apenas como agentes reprodutores destes critérios, multiplicadores de exclusões e não de conhecimento.

Nesse sentido, o texto que segue evidencia a marca dos debates internos ocorridos entre os princípios historiográficos, internalizados no percurso de minha formação acadêmica, e os preceitos teóricos da arquivologia, sobre os quais aprofundi a leitura no objetivo de enfrentar os desafios que a interdisciplinaridade característica de meu trabalho impunha. O resultado é uma abordagem historiográfica da atuação institucional do IPHAN no que respeita à gestão de parte de seu acervo documental, tendo como ponto de partida principal a experiência do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, atuante durante a década de 1980. As ações do Pró-Documto demonstraram um interesse renovado da instituição em voltar-se para a preservação documental, evidenciando por outro lado uma grande dificuldade na definição de políticas voltadas à gestão desses acervos.

Conforme ficará claro no decorrer do trabalho, a experiência do Programa delineia de forma bastante evidente algumas características da instituição encarregada da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Marcado por embates que constroem a própria memória dos funcionários em relação ao Pró-Documto e à instituição que lhe deu corpo – a FNPM –, esse empreendimento garante a quem o visite e estude uma compreensão possível da dinâmica institucional experimentada durante a década de 1980.

Afeita aos trabalhos de lembrança, a história perpassa questões relacionadas às temporalidades, à identidade social, à memória, ao estudo do passado e de seus usos no presente. As relações entre história e arquivologia são conhecidas e são nutridas intimamente desde a época da definição de ambos os campos de atuação, por volta de dois séculos atrás. Os esforços dessas disciplinas concentram-se em grande parte na tomada de atenção em direção ao passado, buscando compreender ou preservar seus vestígios, oferecendo interpretações autorizadas à sociedade do presente. No entanto, se as recíprocas contribuições ao desenvolvimento dessas duas disciplinas aproximaram-nas a ponto de se confundirem durante o século XIX e parte do XX⁴, os embates envolvendo seus profissionais marcam a sua história recente. Motivadas muitas vezes pela necessidade de definição do campo de atuação, essas tensões caracterizam uma relação bastante próxima entre as funções que a cada

⁴ Nesse século, os estudiosos da história mantinham relações muito próximas de arquivos institucionais, muitas vezes sendo responsáveis pelo arranjo da documentação (SPENCER, 1983-84).

profissional cabe desempenhar nas práticas de criação e manutenção de representações do passado.

Não posso me furtar a abordar esse tema, visto que meu trabalho se insere nessa tensão, procurando resguardar-se dos riscos impostos pela travessia do estreito caminho que se estende entre os polos da arquivologia e da história. Retomando o percurso de definição de ambas as disciplinas, cabe compreender tais polos como constituintes da mesma esfera, um *Aleph*⁵ que tem como função o vislumbre da realidade sob todas as perspectivas possíveis através do recurso ao elemento material que comunique alguns de seus sentidos. Nesse sentido, a esfera de Borges⁶ aproxima-se – por método e princípio – da arquivologia, considerando que essa disciplina busca construir uma organização que *espelhe* a estrutura que lhe deu origem, fornecendo no presente uma imagem fiel da instituição, ou pessoa, que produziu a documentação⁷. Os princípios que dão base à disciplina serão debatidos no decorrer do trabalho, buscando explicitar algumas questões relevantes ao trabalho da história no ambiente normalmente reservado à arquivologia, ou seja, os arquivos.

Esses locais de guarda, ainda que sejam franqueados à pesquisa histórica – que lhes proporciona, inclusive, a origem e a sobrevivência – observam regras muitas vezes estranhas ao método de investigação historiográfica, principalmente se levarmos em conta as propostas de abordagem dos fatos, documentos e instituições passadas. Documentos como fonte e reflexo do passado constituem aberrações há muito alijadas do método histórico de investigação e a resistência da arquivologia aos preceitos de análise do passado empregados pela história distanciam, há tempos, as duas disciplinas que conhecem nos documentos uma das bases principais de seu mister e, principalmente – diria – da legitimidade de seu trabalho.

Se as tensões existentes entre essas categorias profissionais nos parecem evidentes, claras se revelam as possibilidades de “estudos trocados” que se podem realizar em relação aos mais variados objetos atinentes à abordagem de ambas as disciplinas. Da mesma maneira que estudos específicos da arquivologia podem contribuir com o historiador medieval ou

⁵ O *Aleph* ao qual me refiro é a esfera do conto homônimo de Jorge Luís Borges. Essa esfera furta-cor tem a capacidade de projetar, em cada extensão de sua face, todos os pontos do universo e os acontecimentos do passado e do presente. Nada escapa ao *Aleph*.

⁶ Jorge Luís Borges (1899-1986), escritor argentino de contos e poemas. Integrou o grupo de modernistas argentinos reunidos em torno da revista *Sur*, dirigida por Victoria Ocampo. Sua ficção de matriz fantástica utiliza-se de símbolos muito recorrentes como o espelho, o labirinto, o tigre e temporalidades alternativas. Cego nas três últimas décadas de sua vida, Borges tornou-se um conferencista requisitado, viajando o mundo tratando de temas relacionados à teoria da literatura (BORGES, 2009: 4).

⁷ Para essa pretensão da arquivologia, ver PAES (2005) e BELLOTTO (2005).

colonial, sobretudo no que tange ao conhecimento da documentação e seus elementos formais, os estudos historiográficos possibilitam ao arquivista uma maior compreensão do complexo institucional que origina documentos e instituições com as quais tem de lidar cotidianamente. Temos de atentar para o fato de que esse complexo institucional é produzido diacronicamente e esse aspecto coloca a necessidade de se atentar para as variações existentes na estrutura institucional das quais resultam os documentos que nos chegam, no esforço de compor uma arqueologia institucional. As contribuições possíveis estendem-se a uma enorme gama de questões e possibilitam aproximar mais do que nos apartam as necessidades de delimitação do campo profissional ou da definição de atribuições excludentes.

Desse trabalho pode resultar um estímulo à discussão acerca de critérios de arquivamento e da definição de claros procedimentos de produção, identificação e guarda de documentos, que pode resultar em melhor definição dos procedimentos dispensados à gestão documental na Instituição. Por outro lado, pode-se, através dele, reconhecer uma obrigação jurídica baseada na transparência administrativa de instituições públicas, tendo em vista que o estado inicial de organização em que se encontra o acervo da FNPM interpõe grande opacidade a todos que se interessem por conhecer as atividades desenvolvidas em parte importante do setor responsável pelo tratamento da cultura a nível federal no Brasil⁸. Juntamente com esse trabalho de reflexão que segue, outro produto de minhas ações no âmbito do Mestrado Profissional relaciona-se à proposta de organização do acervo resultante das ações institucionais desenvolvidas durante a década de 1980, que consiste, primeiramente, no reconhecimento de seu estágio inicial de organização tendo como referência a confusa e complexa estrutura institucional daquele período.

O conhecimento das práticas de preservação documental desenvolvidas pelo IPHAN, através da pesquisa na documentação depositada no ACI/RJ, poderá esclarecer a definição do estado atual das concepções acerca da preservação documental na Instituição, além disso, a organização do acervo documental produzido pela FNPM poderá suscitar a multiplicação de pesquisas sobre temas relacionados ao período de sua existência, proporcionando um maior conhecimento de suas ações nas diversas frentes em que atuou. No que diz respeito diretamente à questão do patrimônio documental, a sistematização da documentação relacionada a esta ação poderá indicar novas questões referentes a essa problemática no interior da própria instituição.

⁸ Algumas ações compõem tentativas de responder a essa opacidade, como o trabalho de descrição documental realizado sobre parte desse acervo no âmbito da presente pesquisa, além da identificação sumária do conteúdo de suas caixas a partir do mapeamento de planilhas anteriormente construídas.

Capítulo I:

Arquivologia como disciplina no Brasil: seu percurso, fundamentos e discussões.

Deparando com um arquivo organizado, estruturado em torno de princípios teóricos desenvolvidos ao longo de cerca de um século e meio da disciplinarização⁹ de certas práticas de tratamento lógico e físico aplicadas a documentos, tendemos ignorar o grau de esforço interpretativo empregado nessa organização. Princípios arquivísticos foram formulados a partir das funções relacionadas à administração de documentos realizada desde idade muito antiga, tornada mais complexa a partir da modernidade europeia, quando a produção documental foi alargada e sua função de prova reforçada (SANTOS, 2008; DURANTI, 1994), alçando esses papéis à condição de importante referência no conhecimento e direcionamento das ações públicas, sobretudo.

Nesse capítulo procuro demonstrar que algumas questões podem modificar nosso julgamento em relação aos documentos depositados em arquivos. Baseado em escassas discussões realizadas no interior do campo da arquivística, meu posicionamento não pode ignorar o difícil relacionamento nutrido entre arquivistas e historiadores, uma vez que parte de meu estudo abrange as relações teóricas construídas, ou interrompidas, entre essas duas ciências. Essa discussão não é direcionada a questionar os produtos das intervenções operadas por arquivistas em arquivos públicos e privados de nosso país, mas, antes disso, trata-se de uma discussão necessária acerca dessas operações, que busca contribuir para a compreensão dos acervos e da própria operação arquivística¹⁰, especialmente no que diz respeito aos acervos relacionados à preservação do patrimônio cultural.

Além de contribuir para a compreensão do desenvolvimento da arquivística no Brasil, essa discussão pretende construir um percurso interpretativo que se inicia na confrontação da organização arquivística do acervo produzido durante a existência da *Secretaria do*

⁹ Sobre a disciplinarização de práticas como uma forma discursiva de controle da produção de novos discursos, FOUCAULT (2009) oferece uma interpretação que permite-nos enquadrar essa prática profissional entre limites que produzem, por outro lado, sua institucionalização social. Para referências específicas sobre o desenvolvimento dos princípios arquivísticos nos séculos XIX e XX, cf. DUCHEIN (1986), SCHELLENBERG (1973), PAES (1997) e BELLOTTO (2002).

¹⁰ Na década de 1970, o historiador francês Michel de Certeau cunhou a expressão “operação historiográfica”, pretendendo evidenciar as características práticas do fazer historiográfico, bem como sua constituição autônoma baseada nos sistemas de comunicação profissional. O conceito parece aplicável a uma reflexão sobre a prática arquivística se a considerarmos uma atividade pautada por princípios partilhados e reproduzidos em determinadas ações de gestão documental.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória com a história de sua construção, assumindo desde já a natureza arqueológica desse estudo. Para a construção desse percurso, será necessário realizar algumas incursões sobre discussões teóricas concernentes à arquivologia, durante muito tempo incipientes no processo de formação dessa disciplina, que se encontra atualmente estabelecida.

Nesse sentido, no presente capítulo construirei um breve e descontínuo histórico da disciplina arquivística, procurando localizar o surgimento e desenvolvimento de alguns princípios que lhe são caros. Posteriormente, estaborecerei algumas reflexões relacionadas a eles com o objetivo de compreender sua relevância para o trabalho com acervos no Brasil, especificamente no que diz respeito a acervos relevantes para o estudo da história do país.

1.1 O que é um documento? a arquivologia brasileira disciplinada a partir de modelos internacionais.

A pergunta que abre esse item permite desenvolver uma reflexão que busque compreender o estado atual da organização do ACI/RJ a partir da confrontação de seu arranjo com o histórico da arquivística brasileira, sobretudo no que diz respeito à preservação documental no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Nesse sentido, empreendo um histórico do acervo para dar conta da definição do que vem a ser o objeto sobre o qual se aplica a arquivologia no caso aqui considerado. De maneira geral, o acervo é dividido com base nas principais ações finalísticas do IPHAN, agrupando em séries distintas a documentação referente a obras e outros tipos de intervenções promovidas em bens tombados, ao trâmite das discussões relacionadas à proteção desses mesmos bens, à administração dos diversos setores que compõem a instituição.

Em sua história, o ACI/RJ recebeu diversas denominações em consequência de mudanças de regimento do IPHAN ou de outras eventualidades. No início do funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em abril de 1936 – antes mesmo de sua criação legal, que ocorreu apenas em janeiro de 1937 – sua denominação era simplesmente “Arquivo”¹¹. À época foi arquivada, majoritariamente, a correspondência do diretor do *Serviço* com os diversos colaboradores e correspondentes espalhados pelo Brasil,

¹¹ Grande parte das periodizações aplicadas nessa arte do trabalho relacionam-se com as conclusões alcançadas na pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Cf. Thompson (2009: 70-72)

caracterizando um arquivamento simples que não demandava grande preocupação com a classificação e organização desses papéis.

Através do Decreto nº 8.534, de 02 de janeiro de 1946, o SPHAN passou a ser denominado *Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (DPHAN), sendo estabelecido um regimento interno mais consistente, que vinculava o Arquivo à *Seção de História*, subordinada por sua vez à *Divisão de Estudos e Tombamento*. No segundo artigo do Decreto, em que foram estipuladas as atribuições da DPHAN, destacou-se a importância da documentação para a Instituição¹². Nele o órgão afirma sua responsabilidade sobre parte importante do patrimônio histórico nacional, reconhecendo a importância da preservação documental nos âmbitos estadual e municipal, além de incluir os arquivos privados com reconhecida relevância para a história do país. Refletir sobre os valores aplicados na seleção dos arquivos declarados “de valor histórico” para a nação corresponde a um objetivo indireto desse estudo.

Em 27 de abril de 1954, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da DPHAN, através do Ofício n.416, propôs nomear a Biblioteca e o Arquivo da Instituição de “Noronha Santos”, uma homenagem ao historiador Francisco Agenor Noronha Santos, falecido naquele ano. A nomenclatura foi significativa apenas no que diz respeito à Biblioteca, que a conserva até hoje. No entanto, não se pode dizer o mesmo com relação ao Arquivo, tendo em vista que conservou sua denominação simples, ainda que confusamente seja tratado por diversas pessoas sob o nome do historiador¹³.

Posteriormente, em março de 1976, através da Portaria n. 230, foi aprovado um novo regimento interno do Órgão, neste momento nomeado como *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN). Nesse regimento o Arquivo passava a estar vinculado à *Divisão de Estudos, Pesquisa e Tombamentos*. Outra mudança – que resultou de uma inovação na política arquivística do Órgão – ocorreu no período compreendido entre os anos de 1979 e 1990 – época de uma nova denominação institucional, a de *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró-Memória*

¹² Lê-se o seguinte no artigo: “A Diretoria terá por finalidade inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país, e promover: I - a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil”.

¹³ Os problemas de comunicação institucional, bem como a dispersão de informações referentes a seus setores ocasionou o resgate dessa denominação durante as décadas de 1990 e 2000, quando o Portal do IPHAN na Internet passou a veicular uma base de dados do Arquivo “Noronha Santos”. Perdura, portanto, até a atualidade certa imprecisão em relação ao nome do ACI/RJ.

(SPHAN/FNPM) –, quando a descentralização dos arquivos foi estimulada de forma mais sistemática. Nesse momento se definiu a atual denominação do Arquivo, que responde por Arquivo Central do IPHAN, dividido em duas Seções sendo uma localizada em Brasília, onde funciona a sede da instituição e outra no Rio de Janeiro, cidade que abrigou o órgão desde sua origem e onde estão arquivados os documentos mais antigos. A dinâmica institucional revela, atualmente, algumas tensões advindas dessa divisão organizacional – de fato – em duas sedes, enriquecendo ainda mais o complexo relacionamento que contrapõe grupos divergentes.¹⁴ No momento cabe, entretanto, avançar sobre a interpretação da constituição do arranjo que forja o Arquivo Central do IPHAN.

O acervo do ACI/RJ é basicamente composto de documentação relacionada aos bens culturais e naturais preservados e protegidos pelo instrumento do tombamento, mas abriga documentos referentes a questões gerais da história do Brasil, história da arte e outros temas correlatos. O acervo é dividido em diversas séries documentais, das quais destaco as seguintes: *Obras*, que documenta as intervenções promovidas e/ou aprovadas pela instituição nos diversos bens tombados; *Processos de Tombamento*, que reúne os volumes que registram os estudos necessários ao procedimento de tombamento de bens (ou sua recusa) por parte do Conselho Consultivo; *Processos de Saída de Obras de Arte*, que tem relação direta com a série anterior, por tratar da transferência de obras de arte que, em diversas situações integram bens tombados como Museus ou templos religiosos, por exemplo; *Conselho Consultivo*, que reúne atas de reuniões do Conselho encarregado de definir quais sejam os bens culturais tombados pela instituição. Além dessas séries, que reúnem conjuntos documentais mais diretamente relacionados às funções da instituição e, por isso, podem ser mais facilmente justificadas na estrutura do Arquivo, existem outras que constituem uma característica desse acervo e denotam certa falta de rigor na definição de seu arranjo. Esse é o caso das séries *Personalidades* e *Inventário*, que reúnem documentação geral coletada e organizada de maneira pouco criteriosa. Suas origens relacionam-se com a histórica falta de profissionais da área da arquivologia no IPHAN produzida em grande parte pela incipiente institucionalização da profissão no Brasil.

A série *Inventário*, por exemplo, é composta por documentos relativos a bens culturais, sejam eles protegidos ou por motivo de algum estudo realizado sobre o bem de interesse do IPHAN. Esta documentação, bastante diversificada, é formada por artigos de

¹⁴ No próximo capítulo serão analisadas essa e outras tensões que constituem os discursos institucionais e formam a rede de relações no interior do IPHAN.

jornais, breves históricos impressos ou datilografados e descrições do bem em questão, além de vasta documentação sobre museus e seus respectivos acervos. Esses registros não podem ser compreendidos como integrantes da mesma série, tendo em vista que uma das características das séries é exatamente a íntima relação arquivística existente entre os documentos que a compõem (LÓPEZ GÓMEZ 1998: 39). A relação existente no caso da série *Inventário* é com o bem cultural e não com a variedade de tipos documentais reunidos, o que distorce o significado da organização por séries.

A importância conferida aos bens na organização do ACI/RJ relaciona-se ao desenvolvimento institucional que, desde a criação do órgão, importou-se em resguardar as informações pautando-se em sua relevância para a continuidade das ações de salvaguarda implementadas institucionalmente. Dessa maneira, a primeira organização do Arquivo, definida pelo beneditino d. Clemente da Silva Nigra e desenvolvida, posteriormente, pelo escritor Carlos Drummond de Andrade, tomava como base a localização geográfica dos bens¹⁵. Enquadrada nesse formato a série *Obras*, por exemplo, reúne a documentação referente a reformas e restaurações produzidas nos bens tombados em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, assim por diante. No caso problemático da série *Inventário* – citado acima –, a organização segue a mesma lógica sem, contudo, relacionar-se diretamente às ações institucionais, visto que constitui uma reunião heterogênea de referências relacionadas aos bens protegidos, na tentativa de oferecer ao usuário do Arquivo informações gerais sobre eles. Algumas razões podem ser apontadas para explicar essa característica. Em primeiro lugar, essa atitude visava contornar uma prática institucional restritiva dirigida à consulta dos processos de tombamento, visto que reuniam informações caras à manutenção da segurança de alguns bens, como nos casos dos acervos museológicos, por exemplo. Outro motivo é a incipiente formação profissional no campo da arquivística no Brasil, que atingia diretamente os quadros da instituição até a década de 1980. Esses fatores, conjugados, resultaram na gestão bem intencionada de funcionários pouco especializados. Longe de direcionar uma crítica ao trabalho realizado, cabe, no entanto, trazer para análise as motivações para a realização do trabalho nas bases em que foi implementado.

¹⁵ Cf. Entrevistas de Judith Martins e d. Clemente da Silva Nigra ao Projeto de Memória Oral desenvolvido por Teresinha Marinho durante a década de 1980 no IPHAN.

1.1.1 Formação da arquivística como disciplina autônoma (séculos XIX-XX).

Objeto da arquivologia, os acervos documentais podem ser constituídos por elementos diversos, tais como papéis manuscritos ou impressos, fotografias, encadernações de diferentes tipos e formatos, gravações magnéticas e até mesmo objetos de origens diversas. Essa extrema variedade de suportes constituiu um problema para a definição de procedimentos e métodos da disciplina, tendo em vista que suas funções poderiam ser confundidas com a da biblioteconomia, museologia ou até mesmo ao colecionismo, puro e simples. O peso de tais discussões pode ser sentido até o fim do século XX, mas influenciou de maneira mais marcante as disputas travadas no interior do campo arquivístico no decorrer das décadas de 1950-60, quando se questionou o objeto ao qual se destinavam os métodos e princípios desenvolvidos ao longo de um século de lenta formação da disciplina. Nesse momento, os debates giravam em torno dos objetos que legitimamente poderiam ser tratados pelas técnicas de organização arquivística, sem que se confundissem com os de outras disciplinas correlatas. Na virada do século XX para o XXI o movimento de revisão do objeto da arquivística (que nos atinge até a atualidade) continua demonstrando, no entanto, um deslocamento em direção ao tratamento da informação em detrimento do documento físico em sua materialidade (COSTA, 2011: 40; SANTOS, 2008: 220), anulando em certa medida o questionamento dos formatos e suportes em que ela se encontra.

As técnicas direcionadas ao manejo com documentos de diversas tipologias existem desde muito antigamente e existe certa dificuldade em estabelecer o momento de elaboração de cada uma delas. Nesse sentido, propor uma cronologia disciplinar da arquivologia demanda um aprofundamento em fontes e bibliografia especializada que não figura entre os objetivos desse trabalho de pesquisa. Alguns autores propuseram periodizações distintas em relação à arquivologia. Casanova, em 1928, propunha a divisão da arquivologia em quatro períodos históricos, sendo o primeiro o mais extenso, compreendendo a idade antiga até o século XIII medieval; um segundo período foi identificado entre este século e o XIV, sendo o terceiro período aquele compreendido entre os séculos XVI e XVIII, quando desponta a arquivologia moderna até o século XX. Em 1953, Brenneke propõe uma divisão em três períodos históricos, ignorando as práticas de arquivamento medieval e antiga, compreendendo o tempo que separa os séculos XVI e XVII como experimental para a arquivística. O século XVIII, inserido no contexto racional do iluminismo, teria sido o período em que se operou um sistema de classificação arquivística de caráter dedutivo, tendo por base a teorização; e o

século XIX teria testemunhado a revolução da teoria arquivística, quando se concretizou a consolidação dos princípios teóricos da disciplina. Bautier retoma, em 1961, a divisão em quatro períodos localizando na Antiguidade, o que denominam os arquivos do palácio, que consistiria nas primeiras práticas de arquivamento organizado; a Idade Média aparece como o período em que se produziram os tesouros documentais e a Idade Moderna os Arquivos como arsenal da autoridade, caracterizando o poder conferido aos documentos como instrumento da coerção exercida pelo Estado. Na contemporaneidade, os arquivos aparecem como laboratórios da história. Muitas outras interpretações foram produzidas, mas considero a proposta de Armando Malheiro da Silva (1999) bastante interessante. Conforme outros pesquisadores, sua arquivística é dividida em quatro períodos, onde o primeiro faz referência à prática das civilizações pré-clássicas, o segundo às experiências de arquivamento grega e romana e a terceira à gestão medieval e moderna de documentos. Por último, o quarto período seria aquele da contemporaneidade, ou seja, da arquivística definida e reconhecida como disciplina autônoma e dotada de métodos próprios. Nesse sentido, podemos concluir que o século XIX aparece como o momento de fundamental importância para a teoria e o estabelecimento da disciplina. Desse período resulta que o objeto arquivístico esteja relacionado às concepções funcional e jurídico-administrativa dos Estados modernos. Interessa, no entanto, compreender o percurso moderno da disciplina, de modo a visualizar parte dos processos que resultaram em sua institucionalização, normatização e propagação mundial que atinge o Brasil – conforme veremos – na segunda metade do século XX.

A formação da arquivística, estabelecida como disciplina institucionalizada, guarda grandes relações com o desenvolvimento do Estado Moderno, que é constituído por relações sociais controladas por instituições e pela própria administração pública. Atualmente, arquivos constituem majoritariamente instituições, ou seja, já não são produtos do simples interesse pessoal de um intelectual estudioso de certo assunto mas, na maioria dos casos, comportam ações de conservação e guarda institucionalizadas por uma administração pública ou privada. Segundo a teoria política moderna, essa organização funciona como catalisador das tensões sociais existentes nos vários grupos constituidores da sociedade, neutralizando conflitos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). No processo de montagem dessa organização, um passado comum foi sempre buscado e preservado sob o poder estatal, grande depositário dos direitos de preservação e escrita da história da nação, de que os arquivos são o maior exemplo. Um interessante texto de Jardim (1999) permite-nos compreender que os arquivos constituem uma escrita do Estado e que formam sua própria estrutura, em sua feição

moderna. Tendo em vista, então, que arquivos “(...) configuram uma escrita do Estado, a Arquivologia é um saber de Estado (...) resultado do Estado europeu do século XIX (...)” (JARDIM, 1999: 46). A disciplina aparece, portanto, como a narrativa do passado construída de maneira a oficializar *um* conhecimento de *sua* história. Franco e Bastos (apud FONSECA, 2005: 40) entendem que a instituição dos Arquivos Nacionais tem relação com a própria formação do Estado moderno, uma vez que o processo de sua construção “(...) acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais (...)”. No jogo de legitimação de suas estruturas e procedimentos, o recurso ao passado e às origens impõe seu peso e resulta no fortalecimento dessas instituições de guarda como elemento chave para a escrita da história.

Alguns estudos afirmam que a arquivística, compreendida como ação voltada à preservação de documentos, já era aplicada por volta do terceiro milênio da era pré-cristã, testemunhando a antiguidade da produção documental e da preocupação com a guarda desses registros (SILVA; RIBEIRO; RAMOS, 1999). No entanto, para os objetivos aos quais esse trabalho se propõe, cabe analisar o desenvolvimento dessa disciplina a partir dos séculos XVIII e XIX, principalmente na Europa, que constituiu o grande polo do qual se expandiu o uso de determinadas técnicas, princípios e – o que parece ser mais importante – práticas voltadas à administração de acervos.

Quando nos voltamos à bibliografia referente à história da arquivística notamos a importância de países como França e Alemanha para o desenvolvimento de seus fundamentos. Características históricas da administração dessas nações implicaram, por um lado, na definição de critérios específicos para a guarda e organização de documentos e, por outro, no avanço do emprego desses critérios em seus territórios e em outros países, como o nosso que é bastante devedor do modo francês, por exemplo. Segundo Michel Duchein (1993: 3),

(...) a gestão dos arquivos permanece intrinsecamente ligada às estruturas jurídicas e administrativas de um país, ao desenvolvimento das tecnologias e sua rápida evolução, às tradições intelectuais e também (...) às mentalidades próprias de cada sociedade em um determinado momento.

Desenvolvendo essa reflexão, podemos afirmar que não só as características de uma determinada prática profissional são marcadas por seu tempo, práticas e instituições específicas, mas também sua fortuna crítica, a intensidade com que se desenvolve local e externamente, passando a constituir uma referência para outras experiências, mas têm relação com a maneira pela qual essa prática adéqua-se às normas em vigor em seu ambiente *sócio-histórico-lógico* como também em outros.

Como exemplo dessa operação, temos a França pós-revolucionária, que procedeu à incorporação de arquivos de forma indiscriminada, absorvendo grande parte da produção documental de seus diversos departamentos no objetivo de oferecê-los à consulta pública de maneira a obedecer aos objetivos mais elevados da Revolução. Essa atitude acarretou grande confusão nos depósitos de documentos, tendo em vista que papéis de diferentes procedências e com funções as mais diversas passaram a ser depositados de maneira centralizadora no Arquivo da Nação francês (SANTOS, 2008: 86; FONSECA, 2005).

O estado de desorganização em que se encontravam os registros da administração pública na metade do século seguinte ao início da Revolução fez necessário o desenvolvimento de critérios de classificação (SANTOS, 2008: 87) definidos de forma artificial, ou seja, sem relação direta com a origem dos diversos materiais arquivados. Grandes dificuldades de consulta e gestão alimentaram a busca por soluções que acabou se esgotando sob a classificação que considerava o critério de proveniência dos materiais como forma de sua identificação e localização, para o qual contribuiu a figura do historiador Natalis de Wailly. Essa necessidade foi gerada, segundo Santos por uma política de promoção do conhecimento desses materiais, que proporcionava acesso público aos documentos. Nesse sentido, criou-se uma divisão em seções segundo uma ordenação temática¹⁶ dos documentos que não considerava, contudo, a complexidade de sua produção, além de suas características administrativas e institucionais. Segundo Jardim e Fonseca (1995: 44) a organização aplicada aos documentos nesse momento não levava em conta sua origem, repartindo-os em cinco seções metódico-cronológicas: 1. *Seção legislativa* – documentação pertencente às assembleias revolucionárias; 2. *Seção administrativa* – relativa aos papéis dos ministérios; 3. *Seção dominial* – de guarda dos títulos de propriedade do Estado; 4. *Seção judiciária* – para a documentação relacionada às ações dos tribunais; 5. *Seção histórica* – que guardava documentos com potencial para o desenvolvimento de estudos historiográficos (FONSECA, 2008: 41; COSTA, 2011: 36). Nesse sentido, o princípio da proveniência dos documentos marcou uma reviravolta na história da arquivística, basicamente por permitir a reunião dos documentos por fundos, ou seja, “(...) reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos (...)” (DUCHEIN apud COSTA, 2011). Essa operação permitiu a reunião de documentação produzida

¹⁶ Santos (2008) considera essa classificação como “histórica”. No entanto consiste primeiramente em classificação realizada sob o critério temático que poderia ter relação com demandas de historiadores mas, não necessariamente, demonstram uma imposição historiográfica sobre a tarefa de classificação. Sua categorização como histórica é possível apenas sob o argumento de que resultava das características históricas do método científico do século XIX, que compartimentava a ciência em domínios diversos.

e acumulada com diferentes finalidades e em diversos locais, órgãos, seções, com a possibilidade de organizá-las segundo um critério primário que com facilidade se poderia aplicar a outros grupos.

O século XIX e sua conhecida importância para a definição das ciências, normalização e instituição da história como disciplina (MARTINS, 2010), foi também o tempo em que se intensificaram as definições de rotinas administrativas relativas aos documentos produzidos – principalmente, pelos governos – no objetivo de garantir acesso às informações a eles relacionadas. Como afirmei acima, as diferentes características dos países resultaram em abordagens variantes da problemática da gestão de documentos. Se na Alemanha, por exemplo, o percurso da documentação era registrado segundo uma tabela metódica, que implicava em classificação da documentação anterior a sua guarda, na França, como em outros países da Europa ocidental, os registros eram ordenados apenas após sua guarda final e, quase sempre considerando critérios meramente cronológicos, sem grande atenção ao percurso institucional pelo qual haviam passado.

Desse breve relato, podemos antever que o advento do princípio de respeito aos fundos¹⁷, nascido de instruções (RODRIGUES, 2006: 105) dirigidas aos arquivistas do arquivo central francês em meados do século XIX, resultou no que constituiu a primeira tentativa de estabelecer diretrizes administrativas em relação à guarda e organização de acervos permanentes que, segundo Rodrigues (*Ibidem*) continua conduzindo a gestão de grupos documentais na atualidade. A influência de François Guizot, ministro da Instrução Pública da França nesse período¹⁸, acusa a grande atuação dos historiadores sobre os assuntos arquivísticos. Posteriormente, os prussianos desenvolveram, a partir do *respect des fonds* francês, o princípio da proveniência (*provenienzprinzip*), que previa a manutenção da ordem originalmente conferida aos grupos documentais recolhidos. Buscando manter a integridade ou indivisibilidade do grupamento, os arquivistas compreenderam que “o arquivo produzido por uma coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 136), garantindo sua individualidade e ordenamento sem ser agrupados com outros, de origem diversa.

Esses dois princípios arquivísticos básicos estabeleciam identidade aos acervos que constituíam os arquivos, permitindo identificar sua singularidade, o histórico de seu produtor à medida que se relacionava à filiação dos documentos às ações que promovem o

¹⁷ Mais a frente, as bases desse princípio notadamente francês serão exploradas.

¹⁸ Sob a direção de Guizot, encontravam-se as questões relacionadas à educação e cultura. Em 1932, o ministério foi transformado em Ministério da Educação Nacional e, em 1974, Ministérios da Educação. (<http://www.education.gouv.fr>, 20.06.2012)

cumprimento da missão definida, além da interdependência dos documentos que o compõe (RODRIGUES, 2006). O resultado da aplicação desses princípios é a constituição de um arquivo, que na definição do Dicionário de Termos Arquivísticos do Arquivo Nacional pode ser compreendido como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (p.27).

Um dos motores que promoveu esse desenvolvimento foi precisamente a renovação historiográfica que alimentou o uso de documentos, gerando de forma cada vez mais evidente a necessidade de se definirem critérios para controlá-los, conhecê-los e organizá-los. Uma das primeiras tentativas de se registrarem os procedimentos de controle documental foi o chamado “Manual dos arquivistas holandeses”, publicado em 1898. Esse instrumento marcou a autonomização da arquivística (SANTOS, 2008: 88), tendo em vista que nele foram propostas ações específicas da arquivística, sistematizando conceitos voltados à promoção da organização e descrição de documentos.

Nos Estados Unidos, a criação do National Archives, em junho de 1934, marcou a consolidação da arquivística no país, concluindo uma aproximação com as ações de guarda implementadas em países europeus, sobretudo a França. Sua função primordial consistia em constituir o repositório definitivo dos registros de valor permanente para o governo americano, pautando sua atuação sob os mesmos princípios europeus, desenvolvendo-se em solo americano sobre a reflexão acerca das diferentes idades dos arquivos (ver *Quadro 1* e *Quadro 2*). O desenvolvimento de suas funções trouxe, no entanto, alguns desvios que resultaram na constituição de classificações mais próximas da separação por temas, para o que foi de grande importância a enorme acolhida dispensada à classificação decimal Dewey nos EUA (SANTOS, 2008: 90).

Quadro 1 – Três idades de arquivos I

1ª Idade: ARQUIVO CORRENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos vigentes; • Frequentemente consultados.
2ª Idade: ARQUIVO INTERMEDIÁRIO e/ou CENTRAL	<ul style="list-style-type: none"> • Final de vigência; documentos que aguardam prazos longos de prescrição ou precaução; • Raramente consultados; • Aguardam a destinação final; • Eliminação ou guarda permanente.
3ª Idade: ARQUIVO PERMANENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos que perderam a vigência administrativa, porém são providos de valor secundário ou histórico-cultural.

Fonte: BERNARDES (1998: 12)

No Canadá, como também nos Estados Unidos, o período posterior à Segunda Guerra constituiu um momento de redefinição dos objetivos da arquivística, tendo em vista o que se chamou posteriormente de “explosão documental” como forma de representar o grande salto experimentado na produção de documentos – ou da crescente necessidade de guardá-los sob pena de perda de informações, provas. As questões concernentes ao tratamento e preservação dos documentos surgiam para os pesquisadores desses países como as mais urgentes e passaram a dominar a produção teórica desses profissionais. Aproximando-se cada vez mais da administração, a arquivística passa por uma fase de transição que resulta em novas teorias aplicadas à gestão de documentos. A noção de *records management* domina grande parte das discussões – originadas, principalmente nos Estados Unidos – e culmina na definição da teoria das três idades (BELLOTTO, 2002), segundo a qual os documentos poderiam ser classificados segundo seu potencial de uso e utilidade para seus produtores e organizados em locais diferentes considerando a necessidade de consulta. Surgem, dessa maneira, os arquivos correntes, intermediários e permanentes, sendo estes o último repositório dos documentos, onde o uso passa a ser guiado primordialmente por interesses culturais ou legais, dependendo dos objetivos de guarda (COSTA, 2011; SANTOS, 2008; ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Quadro 2 – Três idades de arquivos II

Idade do Documento	Valor	Duração Média	Frequência de Uso / Acesso	Local de Arquivamento
ADMINISTRATIVA	Imediato ou Primário	cerca de 5 anos	- documentos vigentes - muito consultados - acesso restrito ao organismo produtor	Arquivo Corrente (próximo ao produtor)
INTERMEDIÁRIA	I - Primário	reduzido 5 + 5 = 10 anos	- documentos vigentes - regularmente consultados - acesso restrito ao organismo produtor	Arquivo Central (próximo à administração)
	II - Primário	mínimo 10 + 20 = 30 anos	- documentos vigentes - prazo precaucional longo - referência ocasional - pouca frequência de uso - acesso público mediante autorização	Arquivo Central (próximo à administração)
	III - Secundário	Potencial 30 + 20 = 50 anos		Arquivo Intermediário (exterior à Instituição ou anexo ao Arquivo Permanente)
HISTÓRICA	Secundário Máximo	Definitiva	- documentos que perderam a vigência - valor permanente - acesso público pleno	Arquivo Permanente ou Histórico

			Arquivo Permanente ou Histórico	
--	--	--	---------------------------------	--

Fonte: BERNARDES (1998: 13)

1.1.2 Importância do DASP na formação dos quadros públicos no Brasil

A tradição brasileira de administração arquivística é marcada pela gestão amadora de acervos caracterizada, sobretudo, pela atuação de profissionais devotados, mas com pouca formação específica para atuação na área. Essa situação tem razões históricas muito claras, tendo em vista que no Brasil a arquivística não se firmou como disciplina autônoma até, pelo menos, a década de 1960, quando o movimento¹⁹ em torno do reconhecimento da profissão de arquivista e em defesa da importância de se aplicarem normas mais definidas em relação à gestão de documentos tomou corpo. A administração de arquivos no Brasil experimentou, na segunda metade do século XX, um desenvolvimento técnico expressivo se tomarmos como comparação a guarda de documentos realizada até o início do século. A situação dos acervos brasileiros carece de cuidados especializados desde sua origem. Segundo Bastos e Araújo (1990),

o reflexo mais extremado desta ausência de consciência arquivística pode ser identificado na primeira Constituição Republicana de 1891, que não fez qualquer referência ao arquivamento documental, e à imprescindível necessidade de sua conservação como instrumento de preservação da história nacional. Os resultados práticos foram profundamente danosos à formação de nosso patrimônio documental, e permitiram, não apenas a deterioração de significativa massa documental localizada em organismos públicos eclesiais, mas, principalmente, viabilizaram os atos referentes à eliminação de documentos sobre a escravidão e a memória da população negra do Brasil, dentre eles, documentos contábeis localizados em repartições cartorárias fora do alcance do Arquivo Público (p. 22).

A revolução técnica resultou em nível de profissionalização que não havia existido anteriormente no país e realizou-se apoiada no lento processo de expansão local da disciplina arquivística a partir de importantes centros como Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha e Itália e na atuação do governo a partir do final da primeira metade do século (JARDIM, 1998; FONSECA 2005; RODRIGUES, 2006).

Antes dessas intervenções marcadas pelo forte interesse estatal em modernizar a administração, a arquivística – como disciplina – iniciou seu desenvolvimento no Brasil a partir de cursos ministrados por instituições relacionadas à guarda documental. Na primeira década do século XX montou-se no âmbito do Arquivo Nacional (AN) um curso de formação

¹⁹ A importância da atuação política da Associação dos Arquivistas Brasileiros será analisada mais adiante.

em técnicas de tratamento documental, instituído em 1911 sob o título de Curso de Diplomática, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro daquele ano. Seus objetivos eram bastante diretos, visto que buscava atender demandas institucionais básicas não atendidas por conta da formação pouco especializada dos funcionários da instituição²⁰. A relação com objetivos práticos de instituições de guarda constitui uma marca desses primeiros passos no desenvolvimento da arquivologia no país e demonstram a incipiente organização profissional em torno da prática. Estudos que pretendam avaliar a maturidade de um campo de pesquisa costumam investigar na importância da produção teórica sobre o assunto, bem como na existência de associações organizadas e de um sistema de ensino que reproduza os conceitos próprios à disciplina. Realizando tais medições, procuram aproximar-se da compreensão acerca da relevância da disciplina (MUELLER; CAMPELLO; DIAS, 1996). Nesse sentido, considerando a inexistência de associações profissionais, a produção teórica especializada em relação à gestão arquivística de registros e a falta de cursos de formação na área no Brasil do início do século XX, conclui-se que a área não alcançara importância no campo científico brasileiro do período, ainda que houvesse iniciativas pontuais de formação voltada para o atendimento de necessidades específicas.

Na década de 1920, a Biblioteca Nacional (BN) e o Museu Histórico Nacional (MHN) se reuniram ao AN para a montagem de um Curso Técnico comum a essas instituições, criado oficialmente pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, a exemplo de outros oferecidos por arquivos europeus na época. Esse curso exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos. As disciplinas que o constituíam seriam ministradas por técnicos das instituições parceiras, cabendo ao Arquivo Nacional a de História política e administrativa do Brasil e de Cronologia e diplomática. De acordo com um Projeto de 1926 esse curso deveria habilitar os candidatos ao recém-criado cargo de amanuense, que substituiu o de auxiliar. No entanto, apesar de regulamentado, esse curso não chegou a funcionar, o que demonstra a fragilidade da especialização em métodos arquivísticos ou, pelo menos, a dificuldade em levar adiante a formação de profissionais especialistas para suprir as necessidades eminentes das principais instituições de guarda de acervos da capital. Tendo em vista a posição privilegiada do Rio de Janeiro na administração federal nesse momento, fica clara a enorme dificuldade na destinação de investimentos a essa área de especialização em âmbito nacional, ainda que não tenham faltado tentativas ao longo

²⁰Segundo MARQUES & RODRIGUES (s/d, p. 3), a finalidade do curso consistia em “*proporcionar cultura prática e theorica [sic], aos que se destinarem às funções específicas dos cargos desse estabelecimento*”, citando o documento *Instrucções para o curso de diplomática no Archivo Nacional* (Ibidem).

do tempo. Nesse percurso que se produz através de saltos temporais que compreendem décadas, a especialização da arquivística, sua definição como método – e, posteriormente, disciplina – voltado ao trato e administração de documentos, colherá resultados importantes após a ascensão do governo vitorioso nas disputas políticas ocorridas no ano de 1930, através da forte figura política de Getúlio Vargas.

Nesse sentido, cabe avaliar que a formação de profissionais qualificados para o trabalho com documentos ia ao encontro dos interesses do governo de Getúlio Vargas, alçado ao poder após as lutas ocorridas em 1930. O movimento revolucionário objetivava interromper a soberania oligárquica que se reproduzia pela república do Brasil desde o fim do século XIX.

Interessado na modernização e organização do Estado, o governo Vargas promoveu ações que tinham como objetivo a qualificação profissional dos quadros públicos. Essas intervenções iniciaram em 1935, por meio de uma reforma administrativa que resultou na formação da Comissão Mista de reforma econômico-financeira e, um ano depois, na Lei nº 284 – conhecida como “lei de reajustamento” – que instituiu o Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC), responsável por propor ações direcionadas a promover uma melhor formação dos quadros públicos. Nesse sentido, a organização do Estado brasileiro – um dos objetivos do governo de Getúlio Vargas – partia da intervenção estatal na promoção de uma melhor e mais completa formação dos profissionais envolvidos na administração das ações públicas, dentre as quais o controle do fluxo de documentos no decorrer do cumprimento das ações do governo, sua guarda e conservação²¹.

A reforma administrativa, operada a partir de 1935, através das atividades da Comissão e do Conselho, resultou na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, através do decreto-lei 579/38. O órgão era incumbido de analisar detalhadamente os diversos setores do serviço público, estabelecendo mudanças em diversos âmbitos da administração como as relações entre os órgãos e com o cidadão, dotação orçamentária e distribuição de recursos. Como órgão subordinado diretamente à Presidência da República, o DASP era responsável pela fiscalização do serviço público, além da seleção de candidatos a diversos cargos. Entre suas atribuições, a que se relaciona com nossa discussão é a que figura na alínea *d*) do artigo 2º do citado decreto, a saber, “promover a

²¹Temos de reconhecer, no entanto, que a questão da conservação e do tratamento são quase ausentes nesse primeiro momento, mas começam a ser desenvolvidas principalmente a partir da década de 1940 sob os interesses de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, com atuação da Diretoria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União” (BRASIL, 1938). Na prática, as pretensões do governo de profissionalizar o serviço público, definindo diretrizes que alcançavam até mesmo o acesso aos cargos, esbarraram na lógica clientelista que reservava as vagas de emprego no Estado às indicações pessoais relacionadas à manutenção dos interesses políticos de dirigentes. A prática do concurso público continuou limitada, principalmente, a partir de 1946. No entanto, as ações do Departamento no sentido de promover uma melhor formação dos quadros públicos surtiu efeitos, resultando no encaminhamento de diversos funcionários a cursos de especialização no exterior, bem como no financiamento de cursos no Brasil ministrados por profissionais europeus e norte americanos.

Paulo Roberto Elian dos Santos traçou um importante panorama da história da arquivística no Brasil em sua tese (SANTOS, 2008). Segundo o autor, o desenvolvimento do serviço público brasileiro, promovido pelo ex-presidente Getúlio Vargas, cooperou com a delimitação do campo arquivístico no país. Após a experiência do DASP nas décadas de 1930-50, importa apontar o período anterior à década de 1970 como aquele que vivenciou as tentativas de implantação de arquivos no Brasil, citando a importância das ações da Fundação Getúlio Vargas, da Divisão de Documentação do Estado da Guanabara, além de ações de capacitação baseadas em cooperações internacionais entre o Brasil e países europeus como França e Inglaterra, além do parceiro mais comum, os Estados Unidos (SANTOS, 2008), destino de grande parte dos estagiários enviados ao exterior para formação em administração e conservação de acervos desde a atuação do DASP.

No AN, o historiador José Honório Rodrigues ocupou a direção entre os anos de 1958 a 1964, empreendendo ações importantes para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, segundo Santos (2008). Em relatório intitulado “*A situação do Arquivo Nacional*”, construiu um diagnóstico que apontava problemas na organização, infraestrutura, orçamento, recursos humanos e técnicos necessários a uma proveitosa gestão arquivística de âmbito nacional e que fizesse frente aos desafios enfrentados pela instituição. Entre as ações de Rodrigues à frente do AN, a solicitação da assessoria de Henri Boullier de Branche, arquivista francês, para a implementação de cursos colaborou na formação de profissionais sob a matriz francesa de tratamento arquivístico. Suas ações deram corpo a recomendações relacionadas à criação de uma escola voltada à formação de arquivistas no Rio de Janeiro, tendo proposto a criação de um curso permanente de formação de arquivistas, baseado na tradicional *École Nationale de Chartes*, da França. No bojo desse projeto de formação, propôs também a montagem e implantação de um Sistema Nacional de Arquivos, integrada por uma Escola Nacional de

Arquivos e um Fundo Nacional de Arquivos que permitiria financiar ações de gestão arquivística de todo o sistema. Mas não foi somente com a arquivística francesa que o historiador brasileiro construiu laços; promoveu a vinda de Theodore Schellenberg, vice-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos e importante referência teórica da arquivística moderna, para a realização de um estudo relativo aos problemas observados nos arquivos brasileiros. Além desse trabalho de assessoria, Schellenberg recomendou a tradução de importantes obras que compunham a bibliografia arquivística internacional, cedendo direitos de alguns de seus trabalhos.

Essas ações, além de incluir o Brasil no roteiro arquivístico internacional, apresentando a produção internacional sobre o assunto e promovendo a formação de arquivistas no país, possibilitaram o desenvolvimento das técnicas e teorias características da disciplina, tal como vinham sendo definidos e utilizados internacionalmente. Nesse sentido, Fonseca (2005) e Santos (2008) localizam a década de 1970 como um momento de extrema importância no estabelecimento de modelos arquivísticos que pautam, ainda hoje, as ações de gestão documental nas instituições arquivísticas nacionais.

Podemos afirmar, portanto, que no Brasil a arquivística não se firmou como disciplina autônoma até, pelo menos, a década de 1960, quando o movimento em torno do reconhecimento da profissão de arquivista e em defesa da importância de se aplicarem normas mais bem definidas em relação à gestão de documentos tomou corpo. A atuação de profissionais organizados foi importante para a oficialização da arquivologia e para sua inclusão no *hall* das disciplinas ministradas em nível superior no Brasil.

1.1.3 Luta da AAB no Brasil para definição da profissão e da disciplina arquivística.

Definida a importância das ações desenvolvidas pelo DASP, durante as décadas de 1930-50, e pelo Arquivo Nacional, posteriormente, cabe também ressaltar o importante papel da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) durante a década de 1970. Enfraquecida atualmente (GONÇALVES, 2006: 131), essa instituição causou grande impacto sobre a definição do campo ocupado pela disciplina arquivística brasileira. Ainda que não tenha sido mantida naquele momento uma grande regularidade, a realização de congressos nacionais de arquivologia constituiu um importante instrumento de comunicação entre os profissionais dedicados a essa atividade, além de criar um ambiente de discussão em que as teorias arquivísticas pudessem ser expostas e experiências próprias fossem compartilhadas, gerando

trocas que pouco a pouco constituíram uma classe profissional, que possibilitou a formação de uma luta em torno da regulamentação da profissão de arquivista no Brasil. Em fins da década de 1970, esse objetivo foi alcançado.

A criação de cursos de Arquivologia em nível superior, durante a década de 1970, testemunha a importância das redes montadas pela Associação, tendo em vista que, após reconhecimento do grau do Curso Permanente de Arquivo absorvido pela Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), outros cursos foram montados pelo país, como o curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul e do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (SANTOS, 2008).

Reforçando a importância da realização de discussões e da propagação das teorias arquivísticas, a criação da Revista Arquivo e Administração, o primeiro periódico brasileiro especializado na área, constituiu um grande avanço na definição da profissão e dos fundamentos teóricos da arquivística brasileira. Até 1986 o periódico manteve sua regularidade, demonstrando sua relevância para a definição da disciplina. Dificuldades orçamentárias interromperam a publicação, retornando sua regularidade após 2004. Tendo em vista que a produção intelectual pode ser considerada um indício da maturidade de uma determinada área do saber (MUELLER; CAMPELLO; DIAS, 1996), o volume de trabalhos publicados nesse e em outros periódicos apontam uma crescente definição da disciplina arquivística no Brasil a partir da década de 1970, quando se promoveu, também pela atuação da AAB – como expliquei acima –, a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo no país.

Tomando por base as análises de Fonseca (2005) e Santos (2008), além da observação da produção intelectual no campo da gestão de acervos, é possível perceber que o período compreendido do final da década de 1970 até a primeira metade da década de 1980 foi marcado pelo fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, mas principalmente por uma maior definição da área, maior produção de conhecimento especificamente relacionado às ações de gestão arquivística e à própria generalização das ações de tratamento documental em todo o país, originando cursos no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, em um primeiro momento (Tabela 1).

Na década seguinte, a criação da lei 8.159, conhecida como “lei de arquivos” demonstrou a ocorrência de intensos debates no decorrer dos anos 1980. Por outro lado, experimenta-se uma considerável desmobilização das instituições arquivísticas, situação gerada pelo desmonte da área cultural na esfera federal, por um lado e, por outro, pela grande aplicação de princípios neoliberais em diversas áreas da política pública brasileira, que

desmantelou equipes de trabalho nas diversas instituições e enfraqueceu a atuação estatal, inclusive, sobre a gestão documental. Essa administração resultou ainda no esvaziamento de instituições arquivísticas que se traduziu na transferência dos quadros formados sob o contexto da definição da arquivologia no Brasil para as Universidades, que se tornaram espaço pelo qual se operou a conformação da área arquivística. Esse processo resulta, por outro lado, na ampliação da oferta de cursos de graduação em arquivologia, aumentando a contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área (SANTOS, 2008: 144), qualificando de forma crescente a abordagem dos problemas relacionados à gestão de documentos no Brasil. Além disso, a observação da evolução da montagem de cursos de Arquivologia evidencia a crescente formação de profissionais na área, definindo o campo da ciência da informação no país, abrangendo todas as regiões do Brasil, ainda que a distribuição desses cursos privilegie como de costume a região sudeste.

Tabela 1: cursos de arquivologia no Brasil

Criação	Instituição de Ensino Superior	Sigla	Estado	Região
1976	Univ. Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Sul
1977	Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	Sudeste
1978	Univ. Federal Fluminense	UFF	RJ	Sudeste
1990	Univ. de Brasília	UNB	DF	Centro-Oeste
1997	Univ. Estadual de Londrina	UEL	PR	Sul
1997	Univ. Federal da Bahia	UFBA	BA	Nordeste
1999	Univ. Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Sudeste
1999	Univ. Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Sul
2003	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	Sudeste
2006	Univ. Estadual da Paraíba	UEPB	PB	Nordeste
2008	Fundação Univ. de Rio Grande	FURG	RS	Sul
2008	Univ. Federal da Paraíba	UFPB	PB	Nordeste
2008	Univ. Federal do Amazonas	UFAM	AM	Norte
2008	Univ. Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Sudeste
2009	Univ. Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Sul

Fonte: Adaptado de ALVES; FRANÇA. 2011.

A *Tabela 1* demonstra a retomada da tendência de crescimento no número de cursos de arquivologia, considerando que os quadros qualificados na área assistem a diminuição de postos de trabalho em instituições arquivísticas públicas e, por outro lado, o aumento de oportunidades relacionadas ao magistério superior e à iniciativa privada, além da maior oferta de cursos de formação em nível de pós-graduação.

1.2 Questionamentos aos princípios arquivísticos como oportunidade de reflexão sobre a operação arquivística.

Muito mais do que explicar os princípios que direcionam a gestão arquivística, esse capítulo vem buscando evidenciar seu caráter inventivo que se impõe sobre o objeto da disciplina e formata as abordagens e compreensões da documentação. Essa postura demonstra a necessidade de se questionar os princípios, as teorias, tendo em vista que não podem constituir dogmas disciplinares, mas antes normativas que guiem a realização do trabalho de administração de acervos. Armando Malheiro afirmou em entrevista realizada em 2005, que

quando o fundo ou o princípio da proveniência viram um dogma inquestionável, é complicado. Uma vez assisti (...) a uma intervenção de uma colega cubana durante a exposição da María Paz Martín Pozuelo, da Universidad Carlos III de Madri, sobre o princípio de proveniência. A abordagem desta era até bastante moderada, tendo-se limitado a historiar o princípio e a mapear alguns problemas formais e práticos, mas na hora do debate a cubana levantou-se e disse: “Não se pode questionar minimamente o princípio da proveniência”. Ela estava a falar do princípio da proveniência quase como se estivesse sendo posta em causa existência de Cristo ou a liderança intocável de Fidel Castro. Eu fiquei horrorizado. Quando uma disciplina atinge este grau de fidelização, eu estou fora. (...) Não posso aceitar posições desse tipo, e se é para seguir por esse caminho, então, estamos conversados. É melhor ir para o calçadão de Copacabana beber água de coco ou uns chopinhos bem gelados olhando a praia e o que mexe à volta... (SILVA; CARDOSO; BRITO. 2005: 19-20)

Esse comentário divertido acerca da postura de numerosos arquivistas em relação às teorias que costumam direcionar suas ações revela uma postura reflexiva sobre o próprio trabalho realizado no contexto da disciplina arquivística. Atualmente, o desenvolvimento de discussões em relação aos princípios teóricos tornou-se mais comum em meios de discussão científica, como os periódicos *Archivaria* e *American Archivist*, por exemplo. No Brasil, *Arquivística.net*, *Acervo* e *Arquivo & Administração* desempenham função análoga, reservando maior espaço para a difusão de experiências realizadas que às discussões teóricas sobre a disciplina. Essa característica demonstra a situação da arquivística no Brasil até a década de 1990, pelo menos. Até esse momento, interessa mais possibilitar a difusão de conhecimento prático em relação ao fazer arquivístico que da própria reflexão sobre os princípios que estabelecem a disciplina.

Em outros países, pelo contrário, a segurança disciplinar experimentada pela arquivologia possibilita a realização de discussões teóricas mais profundas que atingem, por exemplo, o princípio de proveniência, uma as bases estabelecidas ainda no século XIX.

Bearman e Lytle (1986) realizam uma crítica em relação à aplicação desse princípio, detectando uma inadaptação da teoria tradicional em relação às modernas instituições – públicas e privadas – que não se estruturam sob uma visão mono-hierárquica, ou seja, conjugam múltiplas relações de subordinação que escapam ao conceito de hierarquia institucional experimentado no momento de definição desse princípio.

É certo que a discussão científica em ciências sociais não pode ser realizada sobre princípios indiscutíveis, mas privilegiar as questões teóricas. No entanto, cabe refletir sobre a possibilidade de aplicar tal teoria sob uma forma sistêmica em que as questões relacionadas e o próprio contexto da proveniência devem ser consideradas. No Brasil, contrariamente ao que se reproduz em outros locais, a discussão não é aprofundada limitando-se ao tratamento de questões mais diretamente relacionadas às políticas de gestão.

Capítulo II:

A preservação da documentação no Brasil: ***O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica*** **e suas ações.**

Instituição com forte relação com a memória, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encontra-se sempre na encruzilhada perigosa em que se embatem passado e presente. O caminho que dela resulta encontra-se, a cada passo, em construção e sustenta-se sobre uma conduta responsável em relação aos compromissos e objetivos de suas atividades. Incumbida de guardar parte constitutiva da cultura em que nos inserimos, a instituição vem notando a importância de voltar-se para si mesma, de certa maneira, para compreender-se e assim possibilitar a boa realização de suas funções. Esse movimento se estabeleceu no final da década de 1970, intensificando-se nas décadas seguintes e alargando o espaço de atuação do órgão em direção a temáticas cada vez mais diversificadas, das quais são testemunhas, por exemplo, o terreiro Casa Branca, a canoa de tolda e, mais recentemente, a paisagem cultural do Rio de Janeiro²². Em vez de interpretar esse desenvolvimento como uma movimentação de ampliação do alcance da política de preservação cultural, é preciso reconhecer que momentos distintos produziram possibilidades próprias à atuação da Instituição, de forma que os esforços de autoanálise concentraram maior energia a partir do momento em que o IPHAN experimentava certa segurança em relação à legitimidade de sua atividade, por um lado e, por outro, quando outras críticas se dirigiam à instituição.

Ao longo de sua existência, diferentes compreensões acerca de seu papel e seus limites de atuação se apresentaram e conformaram posturas diversas em relação ao papel que deveria desempenhar. *Preservar/estimular, resgatar/desenvolver* formam contraposições perceptíveis nessa trajetória institucional e muitas vezes apontam posturas que, em certos momentos, pareceram se opor na dinâmica histórica desse Instituto mas, contrariamente – creio –, evidenciam a profícua encruzilhada apontada acima. Desse encontro emerge uma preocupação com o futuro, bastante evidenciada na concepção de trabalho de Aloísio Magalhães, segundo a qual

“uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem (...) mas sobretudo por sua

²² Os aspectos mais específicos de cada um desses casos não serão analisados nessa oportunidade, considerando que não constituem foco do estudo, apesar de denotarem variações importantes na implementação da preservação, com todos os aspectos que influem, também – ainda que de formas diferenciadas –, sobre a preservação documental.

continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência. (...) Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento da consciência do passado histórico” (Apud LEITE, 2003: 11).

Em sua fala, o idealizador da Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM esclarece uma preocupação bastante evidente em possibilitar simultaneamente a continuidade histórica cultural e a ocorrência de momentos de ruptura e mudança no que diz respeito à cultura. Advogado de formação, Aloísio Magalhães marcou a cultura brasileira como *designer* e gestor. Atuando na Secretaria de Tecnologia Industrial na década de 1970, montou o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e, em decorrência de sua gestão, foi convidado a assumir o IPHAN, em 1979. Participou ativamente das discussões que originaram a FNPM, ocupando sua presidência cumulativamente ao cargo de presidente do IPHAN até a morte, em 1982. Sua gestão foi marcada pela intensa movimentação em torno de uma política de preservação cultural abrangente. Não defendeu, portanto, uma posição conformada e imóvel em relação ao passado (que o imobilizaria como simples lembrança herdada), mas sempre ativa e responsável com a possibilidade de se construírem novos produtos culturais a partir desse substrato da memória. Nesse intuito, a documentação dos fatos sociais – e o conhecimento e preservação de seus resultados materiais – emerge como ação de suma importância no processo de construção do futuro.

Nessa concepção, as contradições institucionais podem ser mais bem compreendidas, tendo em vista que não baseia suas conclusões em paixões pessoais ou interesses profissionais, mas busca compreender o universo de relações e confrontos no objetivo de garantir ao presente um futuro possível. É exatamente nesse mesmo objetivo que meu estudo busca, no presente capítulo, enfocar a questão da preservação documental no IPHAN, considerando que durante a existência do Programa que analiso foram várias as contradições apontadas e experimentadas institucionalmente. Se a argumentação que segue puder esclarecer em que medida essa experiência demonstrou as características combativas da instituição em sua dinâmica contraditória, o trabalho terá se cumprido a bom termo.

O campo de atuação da proteção do patrimônio cultural é bastante vasto e pode se estender sobre a abrangência de diversas disciplinas, tais como a história, arquitetura e arqueologia. No Brasil, apesar da preocupação com o acervo documental ter sido apresentada

no primeiro instrumento legal de preservação patrimonial²³, a constituição de uma ação efetiva da esfera de governo relacionada à cultura voltada para esse material data apenas da década de 1980²⁴. Nesse momento de grande preocupação com a difusão de informação, marcando o esgotamento e desmonte do sistema ditatorial formado desde a década de 1960 no país, as negociações políticas (SHARE & MAINWARING, 1986) e o anseio por *democratização* invade a sociedade brasileira e aparece como o grande valor a ser perseguido em todo tipo de atitude, principalmente no que respeita aos atos do poder público. Nessa toada, o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento buscou conhecer os acervos documentais privados do país no objetivo de preservá-los e garantir a possibilidades de acesso às informações neles depositadas.

Nesse capítulo, dedicado a traçar um histórico do Programa e analisar suas principais ações, o seu percurso aparece como uma tentativa de atuar sobre o tema da preservação de acervos privados que, interrompido no final da década de 1980, não logrou sucesso diante do imenso desafio enfrentado. Suas ações foram representativas diante da tarefa assumida, ainda que resistências externas e a inexistência de políticas públicas bem definidas voltadas à garantia da produção e preservação de memória no Brasil tenham impossibilitado seu pleno desenvolvimento e realização. Esse último aspecto permite questionar reflexivamente a avaliação negativa sobre seu sucesso se analisarmos o grande número de ações realizadas no âmbito da preservação documental através de inúmeros projetos desenvolvidos durante o período que esteve atuante.

2.1 O Pró-Documento e a memória do Brasil

Pensado como um programa de atuação, ou seja, uma iniciativa que buscava o desenvolvimento de um trabalho a e longo médio prazo – o que se expressava no próprio nome da ação – o Pró-Documento inseriu-se numa movimentação geral da sociedade brasileira rumo à divulgação e, principalmente, *democratização* da informação, sobretudo

²³ O Decreto-Lei 25, de 1937, apontava em seu artigo 26º, os manuscritos como objeto de preservação. No entanto, o privilégio conferido a bens considerados como de *valor excepcional* como monumentos e obras (arquitetônicas ou artísticas), a valorização de determinados tipos de bens e a prioridade conferida à preservação de bens produzidos em certos períodos da história brasileira (notadamente o colonial), foram aspectos que deslocaram para segundo plano a preservação direta da documentação histórica do país, bem como as manifestações culturais relacionadas à sua população. Além disso, as categorias documental ou arquivística não constavam no artigo 1º do Decreto, onde se definia a que bens se direcionava a legislação.

²⁴ Em 1984, como veremos, a Fundação Nacional Pró-Memória começa a construir o que seria o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica.

referente aos assuntos políticos. Voltada principalmente às informações originadas do passado e registradas na chamada documentação histórica, o grupo não se furtou de atuar no sentido de garantir acesso a informações do presente, o que se pode perceber pela contribuição de sua direção na constituição de meios que garantissem o conhecimento geral das discussões relativas à definição do texto da nova Constituição, através do apoio à realização do programa de registro da Memória da Constituinte. Construiu, dessa maneira, uma atuação preocupada em conhecer e garantir o conhecimento do passado e do presente.

2.1.1 O impulso da pesquisa histórica no Brasil: décadas de 1960-70.

Durante a década de 1970, os estudos sobre a história recente do Brasil ganharam força e resultaram na proliferação de pesquisas – desenvolvidas por historiadores e cientistas sociais, principalmente – nos arquivos públicos e privados do país²⁵. A demanda por informação histórica trouxe à tona uma realidade de abandono e vazio organizacional em relação aos acervos que poderiam impulsionar o conhecimento da história do Brasil e demonstrou a necessidade de se considerar com maior dedicação a questão da preservação documental.

Regina da Luz Moreira (1990) retrata bem esse ambiente de impulso da pesquisa histórica no Brasil, destacando as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores em conhecer os arquivos relevantes para suas pesquisas. O clima de desconfiança alimentado pelo endurecimento político experimentado desde a década de 1960 somado ao relativo descaso das autoridades públicas e dos detentores de acervos particulares em relação à preservação e difusão das informações neles contidos impedia o trabalho de pesquisa. Segundo a autora, a situação pesava ainda mais quando se tratava de pesquisas realizadas por brasileiros. Carentes de legitimidade científica junto às autoridades e instituições de pesquisa, seus estudos eram dificultados como resultado do receio relativo a suas verdadeiras intenções. Aos pesquisadores estrangeiros, pelo contrário, era franqueado amplo acesso a personalidades e documentos relativos aos acontecimentos políticos contemporâneos.

O caso de Stanley Hilton, brasileiro norte-americano que dirigiu o Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, é bem ilustrativo. Foi incumbido pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES de ministrar o curso

²⁵ Sobre o impulso experimentado pela pesquisa em história recente do Brasil, cf DREYFUSS (1986), NEDEL (2011), MOREIRA (1990) e COBRA (1987).

de teoria e prática de pesquisa histórica, no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense-UFF, além de dirigir o Centro de Estudos mencionado acima na década de 1970. A ação da CAPES causou polêmica no meio intelectual brasileiro, encontrando em Hélio Silva o principal expoente da disputa. Historiador dedicado principalmente ao regime varguista, Silva posicionou-se contra a decisão da Agência por acreditar significar um descaso com o recente desenvolvimento das pesquisas em história contemporânea no Brasil. Contra a afirmação de Hilton segundo a qual os pesquisadores brasileiros haviam abandonado a pesquisa em história recente do país, Hélio Silva reagia afirmando que “(...) a observação não tem procedência e a prova é que os pesquisadores norte americanos, quando chegam ao Brasil, procuram imediatamente os autores brasileiros de História Contemporânea do Brasil” (MOREIRA, 1990: 70). A discussão evidencia uma disputa em torno de quem estaria autorizado a estudar a história recente (CADERNOS de Pesquisa, 1978) e fazia submergir sentimentos xenófobos em elementos da classe acadêmica brasileira.

Durante o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1972, Stanley Hilton apresentou o trabalho intitulado “O Estudo da História Contemporânea”. No texto, lamentava que os historiadores brasileiros agissem com descaso em relação a esses estudos por conta do “personalismo, ou seja, uma ênfase no relacionamento pessoal” (Apud NEDEL, 2011: 10), que classificou como “*traço básico do comportamento social brasileiro*” (Ibidem). Este traço brasileiro abandonava, segundo o autor, o estudo da história recente do Brasil relegada ao “(...) domínio do jornalista ou do historicista” (Ibidem). As palavras do historiador norte-americano soaram a alguns brasileiros presentes na plateia como um forte ataque, considerando sua escolha pela CAPES para implantar e dirigir o núcleo de estudos ligado ao Arquivo Nacional, onde coordenaria as ações de catalogação documental relativa aos papéis do período que comportava os anos de 1925-1959. Helio Silva interrompeu a fala de Hilton procurando expor o absurdo de suas declarações. O expositor foi, no entanto, preservado de responder às acusações e terminou sua fala. Mas, encerrado o encontro, o debate continuou se desenrolando em importantes jornais brasileiros, divulgando declarações de Silva e de outros intelectuais e jornalistas brasileiros, além dos representantes do Arquivo Nacional²⁶.

Além da disputa em torno de quem poderia proceder a pesquisa e preservação de acervos no Brasil, àquela altura, a questão da preservação da documentação estabelecia-se no ambiente intelectual do país. Em meio a diversas notícias de desmantelamento da

²⁶ Sobre o debate na imprensa, ver O Estado de São Paulo: 20/10/1972, p. 12 e, do mesmo periódico, a edição do dia 24/10/1972, p. 19 (Apud. NEDEL, 2011).

documentação, através de destruição e dispersão, a necessidade de se preservar a memória recente do país estava colocada e demandava reações. Mas a questão se estendia também aos acervos mais antigos, como foi o caso da documentação do período colonial. Em artigo da edição de 31 de outubro de 1979, a revista *Veja* denunciava o desaparecimento de grande volume de documentação no processo de transferência do Arquivo do Estado da Bahia²⁷. Outros casos de má administração em relação aos arquivos do país seriam elencados durante debate realizado pela Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1987.

A falta de institucionalização da proteção aos acervos arquivísticos da história recente do Brasil foi também analisada por René Dreifuss (1986) como consequência da tradição patrimonialista brasileira, que insiste em confundir o público e o privado, causando sérios danos à administração pública, seja ela relacionada aos recursos financeiros, humanos ou intelectuais, como é o caso das informações depositadas nos acervos. Comentando suas dificuldades em realizar pesquisas acerca da instalação do regime militar no Brasil, Dreifuss narra o penoso percurso em busca de informações relevantes nos acervos desorganizados depositados nos arquivos do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a maior dificuldade não era a desconfiança dos diretores de acervo mas, precisamente, o próprio desconhecimento em relação aos documentos que guardavam. Muitos detentores de arquivos não compreendiam sua potencialidade, como era o caso do próprio Arquivo Nacional, que contava com grande volume de documentação governamental sem qualquer tipo de tratamento arquivístico. Uma dupla consequência resultava desse desconhecimento: se, por um lado, essa desinformação impedia o controle do acesso a documentos considerados confidenciais, a opacidade por ela imposta dificultava muito a compreensão do potencial informacional dos acervos. Restava, portanto, buscar conhecer o material que se acreditava prover informações relevantes à história do país possibilitando, por outro lado, implementar uma fundamentada conservação e tratamento desses acervos. Classificados como materiais em risco de desaparecimento, os documentos depositados sob o âmbito privado emergiam como alvo necessário de políticas efetivas de conhecimento, conservação e difusão.

Nesse processo de pesquisa, em que se impõem grandes dificuldades ao trabalho de investigação, foi se constituindo uma consciência da necessidade de tratamento e divulgação dos acervos documentais existentes no país e uma especial atenção passa a ser dispensada aos acervos particulares, tendo em vista que muitos resultavam da atuação de importantes agentes

²⁷ A situação dos acervos brasileiros era bastante complicada, sobretudo dos acervos coloniais, dispersos por vários arquivos do sudeste e nordeste, principalmente. Sobre a luta para salvaguardar a documentação do período colonial, ver COBRA, 1987.

públicos. Durante a década de 1970 são criados alguns centros de documentação, voltados ao recolhimento, tratamento e/ou divulgação do patrimônio documental brasileiro. Em 1971, surge o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas-UNICAMP; no ano seguinte, instala-se o Centro de Memória Social Brasileira-CMSB, do Conjunto Universitário Cândido Mendes; e, em 1973, é o Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil-Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas que surge no cenário nacional. As três iniciativas tinham em comum o interesse em preservar a documentação presente em acervos privados, buscando possibilitar o acesso de pesquisadores da história recente do país e impulsionar a produção de conhecimento referente ao período. Sem dúvida, a experiência mais conhecida foi a do Cpdoc pela importância de seu acervo e sua forte atuação no campo da História Oral. Para os fins deste trabalho, no entanto, o CMSB ocupa lugar de destaque por inaugurar o processo que levou, em 1984, à instituição do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica.

2.1.2 O Centro de Memória Social Brasileira no contexto acadêmico de pesquisa.

O CMSB reunia pesquisadores no objetivo de investigar a História do Brasil recente, com especial atenção para os acervos localizados no estado do Rio de Janeiro. Formado por historiadores, cientistas sociais e bibliotecárias, o Centro iniciou a tarefa de conhecer os acervos documentais de instituições civis no estado (fábricas, sindicatos, associações, igrejas e suas irmandades, entre outras), promovendo sua organização e divulgação para pesquisa. Outra ação presente nos trabalhos do Centro era a realização de entrevistas, alimentando um banco de História Oral. Em seus primeiros anos, sua atuação resumiu-se ao tratamento de alguns acervos e na realização de entrevistas relacionados aos trabalhos do historiador Hélio Silva sobre o período republicano (SILVA, 1983), tendo em 1978 um impulso maior no campo da pesquisa propriamente dita.

Através de contatos com a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, a partir de 1978, o Centro pôde ampliar suas pesquisas, através do acesso a recursos federais destinados ao fomento da pesquisa acadêmica. O primeiro projeto apresentado e aprovado foi a pesquisa sobre “A assistência médica no Rio de Janeiro: Uma contribuição para sua história”, iniciado em 1979. O projeto incluía os recentes estudos do campo da Medicina Social e objetivava o estudo sobre a assistência médica às classes assalariadas do Rio de Janeiro, desde os fins do século XIX até meados do século XX (SILVA, 1983). Esse tipo de financiamento permitiu ao

CMSB ampliar seu quadro de pesquisadores, potencializando sua capacidade de pesquisa e assessoria a arquivos particulares. Até 1982, outros projetos receberam recursos da FINEP e permitiram ampliar ainda mais o trabalho do Centro, que visava principalmente os estudos sobre a história da sociedade civil.

Dessa maneira, O CMSB definia uma de suas linhas de ação referente à pesquisa acadêmica. Segundo Gilson Antunes da Silva que foi membro da equipe do Centro,

“Esses estudos encontram, porém, muitas dificuldades de concretização no que diz respeito às fontes de informações. Pode-se constatar hoje o abandono, a dispersão e a inevitável ameaça de destruição que pairam sobre uma quantidade enorme de documentos referentes à *História Social* de nosso país”.
(SILVA, 1983)

Os arquivos eclesiásticos, sindicais, de partidos e outros, envelheciam e se deterioravam face ao descaso de autoridades competentes ou impossibilidade financeira e técnica de lidar com os papéis resultantes das ações destas instituições. Segundo relatam, a documentação proveniente de órgãos públicos enfrentava situação de abandono, o que era ainda mais perceptível e grave no caso da documentação particular.

Por conta de desentendimentos ocorridos nos trabalhos da Equipe do Centro, em 1983 é instituído o Instituto de História Social Brasileira-IHSOB, também no Conjunto Universitário Cândido Mendes (SILVA, 2011). Dando continuidade aos trabalhos realizados pelo CMSB, a equipe buscou novos financiamentos conseguindo ampliar seu acervo bibliográfico e realizar o cadastro de diversos acervos históricos do Rio de Janeiro. Segundo relatam alguns de seus membros (SOLIS, 2011; SILVA, 2011), no mesmo ano iniciam-se os contatos com a Fundação Nacional Pró-Memória, através de seu Presidente, Irapoan Cavalcante Lyra. Mostrando interesse pelos resultados dos trabalhos realizados, Lyra propôs a realização de viagens de membros da equipe a diversos acervos brasileiros, estudando a possibilidade de se montar um programa de tratamento arquivístico em âmbito federal. No ano seguinte, em 1984, foi constituído o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, através de convênio entre a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, a Fundação Nacional Pró-Memória-FNPM e a Sociedade Brasileira de Instrução-SBI, que abrigava o IHSOB. O Programa foi vinculado diretamente à presidência da Fundação Nacional Pró-Memória. Para fins administrativos, suas ações eram relacionadas às Coordenadorias que formavam a estrutura funcional da Fundação.

2.1.3 Marcos legais da preservação documental no âmbito da preservação do patrimônio cultural.

Logo da montagem do Pró-Documento, os técnicos envolvidos em seu desenvolvimento notaram a necessidade de conhecer a legislação referente ao tema da proteção da preservação documental produzida no âmbito da esfera privada. No texto básico do Programa, datado de 1984²⁸, a equipe trata do tema dando ênfase aos marcos legais produzidos no âmbito da própria ação de legitimidade institucional e legal visando estabelecer um caminho mais tranquilo ao desenvolvimento de suas atividades, que se explica pela dinâmica temporalmente contraditória da própria instituição que atua no presente como guardião de uma presença passada, contra – muitos argumentam – a construção do futuro país que se potencializava.

Nesse sentido, tratar da legislação interna do IPHAN referente à preservação documental aparece como uma tarefa necessária também a este trabalho de pesquisa, levando em consideração que proponho o estudo daquela ação. Considerando o interesse restrito em compreender o ambiente legal por que trafegava a equipe do Pró-Documento, convém concentrar maior atenção sobre a legislação utilizada pela instituição de preservação patrimonial no Brasil, tendo em vista que a legislação atual referente ao tema arquivístico data de 1991, sendo posterior às ações desenvolvidas pelo Programa. A discussão em relação à proteção aos documentos no Brasil, no que respeita às ações de proteção ao patrimônio cultural tem relevância apenas a partir da década de 1970. Nesse momento, a demanda pelo conhecimento da documentação é inflada pelo impulso das pesquisas acadêmicas e resulta na pressão dos órgãos relacionados à memória. Acrescente-se a esses fatores as ações do governo ditatorial brasileiro voltadas ao desenvolvimento do país, despendendo inclusive grandes recursos voltados à política cultural de que resulta, por exemplo, a criação da Funarte. Nessa rede de demandas sociais, não podemos ignorar os esforços de combate ao regime que se fortalecem na própria estratégia ufanista do governo que, ao valorizar o país como pátria promove o sentimento de pertencimento à nação, que provoca o desejo pelo conhecimento a respeito do passado. Há quem (SOLIS; ISHAQ, 1987: 186) considere a preservação de documentação como uma atribuição legal do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, ainda em 1937. O artigo 1º do Decreto-Lei nº 25/37 afirma:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens

²⁸ Documento com texto base do Programa, que estabelece as normas sobre as quais a ação de desdobraria em seus quatro anos de existência.

móveis e imóveis existentes no país, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Fundação Nacional Pró-Memória, 1980: 111)

Considerando que o texto legal não especifica os acervos documentais como objetos diretamente vinculados à política de preservação, a sustentação do argumento de que a preservação documental sempre foi atribuição do órgão torna-se complicada. No entanto, como afirmam Sydney Solis e Vivian Ishaq (1987), a questão pode ser colocada pois o texto fala em “valor bibliográfico”, que denota apenas um valor que se pode relacionar aos objetos preservados em motivo de seu pertencimento ao passado, a fatos e períodos memoráveis sem que se valorize sua função de registro independentemente daquilo que registra. Ainda que este termo resulte em mais discussões, sua cunhagem parece ser o bastante para inserir entre as atribuições da instituição a preservação de acervos arquivísticos. Analisando o Decreto-Lei 25, de 1937, os autores afirmam que apenas muito relativamente seu texto tratava da preservação dos acervos documentais e ainda, sua forma considerava uma concepção da História centrada sobre a narrativa dos grandes fatos e da vida de grandes vultos; os documentos eram, portanto, compreendidos como bens culturais cujo valor “estava dado na medida direta de sua relação com esses fatos ou vultos e não em razão da relação que possuíam com o processo real que produzia aqueles fatos ou tornava proeminentes os personagens” (SOLIS & ISHAQ, 1987: 186). Resulta daí que a proteção aos acervos arquivísticos, se fosse realizada no âmbito do Decreto-Lei nº 25, estaria relacionada não aos documentos, mas antes aos fatos históricos que pretensamente documentavam.

Posteriormente, em 1946, o Decreto-Lei nº 8534, que instituía a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DPHAN afirmava que o órgão “(...) terá por finalidade inventariar, classificar, tombare e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país (...)” (Brasil, 1967: 35-7). Deixando mais explícita a incumbência de preservar os documentos brasileiros, o texto foi mais bem definido no regimento da Diretoria que, no seu artigo 9º, resolvia ser atribuição da Seção de História, da Divisão de Estudos e Tombamento, a realização de inventários dos “(...) textos manuscritos ou impressos, de valor histórico ou artístico (...)” (Ibidem: 39). Ressalto que essa definição é bastante importante para as ações de preservação documental, dada a constância com que se impunham ações legais que se opunham ao tombamento de diversos bens, desde a definição do instrumento na década de 1930²⁹. Os legisladores buscavam, dessa maneira,

²⁹ Na literatura das ações de patrimonialização é recorrente a referência a lutas contra os tombamentos realizados desde o início da instituição. Há relatos de ataques violentos contra membros do Órgão federal de preservação

tornar a atribuição institucional mais definida legislativamente ao formalizar o vocabulário descritivo que tratava do objeto de preservação, impondo maiores dificuldades às contraposições que procurassem desestabilizar essa prática minando as ações desenvolvidas.

A definição das ações de preservação documental continua quando, em 1979, o decreto 84.198 define que recém criada Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “(...) tem por finalidade inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país (...)” (Fundação Nacional Pró-Memória, 1980: 175). A mesma explicitação não ocorreu no caso da FNPM que, segundo seu decreto de criação destinava-se “(...) a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país” (Ibidem: 177).

Toda essa legislação é evocada pelos técnicos do Programa em seu texto básico, publicação em que dissertavam sobre os objetivos do trabalho e sua justificação na área da preservação patrimonial. Segundo a publicação,

A consecução desses objetivos, além de marcar a atuação do Estado brasileiro na defesa da documentação de origem civil, atenderá às expectativas e interesses de uma gama variada de segmentos da sociedade (...) enfim, toda a comunidade nacional, que ganhará com a preservação de uma parcela significativa do seu patrimônio histórico, cultural e científico. (BRASIL, 1984: 6)

Esses termos demonstram, além do interesse em se colocar em conformidade com todo um corpo de leis referentes à preservação de documentos no Brasil, a tentativa de afirmar a relevância da iniciativa para a área da pesquisa acadêmica no país. Cientes das dificuldades enfrentadas pelos interessados na história recente brasileira, os técnicos do Programa definiam sua posição de vanguarda na pesquisa histórica.

Indicadas algumas reflexões acerca do sentido legal da ação proposta pelo Pró-Documento, cabe reservar espaço para analisar o funcionamento do Programa, avaliando também algumas de suas ações, que podem ser investigadas com base na documentação depositada no Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro, que já foi brevemente caracterizada no primeiro capítulo deste trabalho.

em diversas ações. Para a ocorrência de oposições em relação à política de preservação nos primeiros anos, ver CHUVA (2009); Para relatos de embates entre agentes da preservação e proprietários, ver entrevista de JACINTHO (1989).

2.2 O funcionamento do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica.

Segundo relatório de Zulmira Pope³⁰ sobre a implantação do Programa, o Pró-Documto funcionou vinculado à Coordenadoria de Acervos Bibliográficos e Arquivísticos, cuja competência incluía a coordenação de programas voltados para a formação, ampliação, circulação, conservação e tratamento de acervos bibliográficos e arquivísticos de interesse para o patrimônio cultural do país. Essa ligação resulta bastante problemática quanto a sua compreensão – tendo em vista a estrutura espelhada da Fundação com a SPHAN e todo o complexo emaranhado que formava a Secretaria de Cultura – mas chegava ao ponto de compartilhar a mesma chefia, considerando que Gilson Antunes da Silva acumulava a direção concomitante das duas instâncias.

Sua localização na estrutura da Fundação foi variável, tendo por regra sua supervisão exclusiva por parte do presidente. Gestado como experiência piloto, em 1983, o Programa foi financiado pela presidência da FNPM como forma de conhecer a situação de acervos espalhados pelo país. Diversas visitas foram realizadas a arquivos das regiões norte, sul e sudeste, com especial atenção aos acervos cariocas, considerando que a sede do Programa se localizava na cidade do Rio de Janeiro. Até 1986, o Programa manteve sua relação direta com o Presidente da Fundação, mas com a reestruturação da FNPM por conta da criação do Ministério da Cultura, em 1985, os técnicos do Pró-Documto propuseram a criação de um órgão responsável pelas ações da Fundação no tocante à gestão e preservação documental. Alguns documentos, resultantes dos debates em torno da constituição de um novo regimento e estrutura funcional para a FNPM, dão conta da defesa do Programa em relação à ampliação da estrutura responsável por suas ações. Segundo um desses documentos a

“(...) falta de uma estrutura própria é o problema de que se ressentem as áreas de trabalho originárias de Instituições absorvidas pela Pró-Memória (...), bem como aquelas desenvolvidas sob o título de Programas – como o Pró-Documto e o Programa Nacional de Museus” (RECOMENDAÇÕES, s/d: 4).

Sobre a questão, outro documento mostra a percepção da necessidade de complementação da estrutura responsável pela preservação documental na FNPM:

“A multiplicidade de ações necessárias à preservação, conservação e difusão do acervo bibliográfico e arquivístico tem ocasionado o crescimento da

³⁰ Pope, Zulmira Canario. Relatório da área de documentação, 1987. ACI/RJ: caixa 250, pasta 6. Zulmira Pope é bibliotecária e integrou a equipe do Pró-Documto a partir de 1985, participando ativamente dos projetos desenvolvidos e apoiados pelo Programa.

atuação da Pró-Memória nesta área, sem que se proceda, no entanto, a reformulação de suas metas iniciais. (...) O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (...) propõe um outro desdobramento, através da criação de uma área programática específica destinada ao tratamento do patrimônio arquivístico de valor histórico (...)” (QUESTÕES gerais, s/d: 4).

Em todos os documentos, como no relatório apresentado por Zulmira Pope, as diretrizes principais do Pró-Documeto iam ao encontro daquelas observadas pela FNPM. Nesse sentido, a descentralização de atividades, a interdisciplinaridade, a inter-relação da produção com o patrimônio cultural, o reconhecimento da pluralidade cultural, interação das diferentes culturas, valorização do patrimônio ainda não conhecido, proteção do produto cultural brasileiro, a interação com os contextos socioeconômicos e a devolução constituíam as diretrizes propostas para a realização do trabalho da FNPM e foram internalizadas, também, pelo Programa na realização de seus trabalhos. Os objetivos do Programa eram definidos como “(...) incluir as informações sobre arquivos permanentes das instituições civis, divulgando-as no circuito da produção científica e cultural, além dos setores sociais cuja história esteja referenciada a esses arquivos (...)” (POPE, s/d). Segundo Pope, essa ação era realizada através de cadastramento e inventário desses arquivos para serem utilizados por pesquisadores, possibilitando dessa maneira a produção de conhecimento histórico. Outro objetivo observado pelo Programa era o de “assistir às instituições detentoras de arquivos privados de valor histórico, através da transferência de técnicas de conservação e organização de arquivos, bibliotecas e centros de documentação” (Ibidem), caracterizando assim uma ação de assistência técnica. Além dessas ações de consultoria, a equipe do Pró-Documeto agia diretamente nas operações de desinfecção dos acervos assistidos. A equipe incluía entomólogo e outros pesquisadores especializados em questões relacionadas à conservação química e física dos documentos, realizando pesquisas e ações dessa natureza.

Comprometido com os acervos particulares de interesse para a memória nacional, o Programa direcionava sua atuação segundo diferentes áreas da sociedade civil. Nesse sentido, classificava os acervos com relação a sua procedência e finalidade, segundo preceitos apreendidos da arquivística moderna³¹. Essa classificação marcava, inclusive, a estrutura do órgão, que contava com diferentes linhas de ação relacionadas às características dos acervos classificados como documentação eclesiástica, empresarial, cooperativa, médico-hospitalar, científica e tecnológica, educacional e cultural, além dos arquivos de famílias e pessoas que, pelos mais variados motivos, acumulavam documentação de interesse histórico.

³¹ Sobre as teorias utilizadas, cf. SCHELEMBERG (1973), PAES (2005), BELLOTTO (2005).

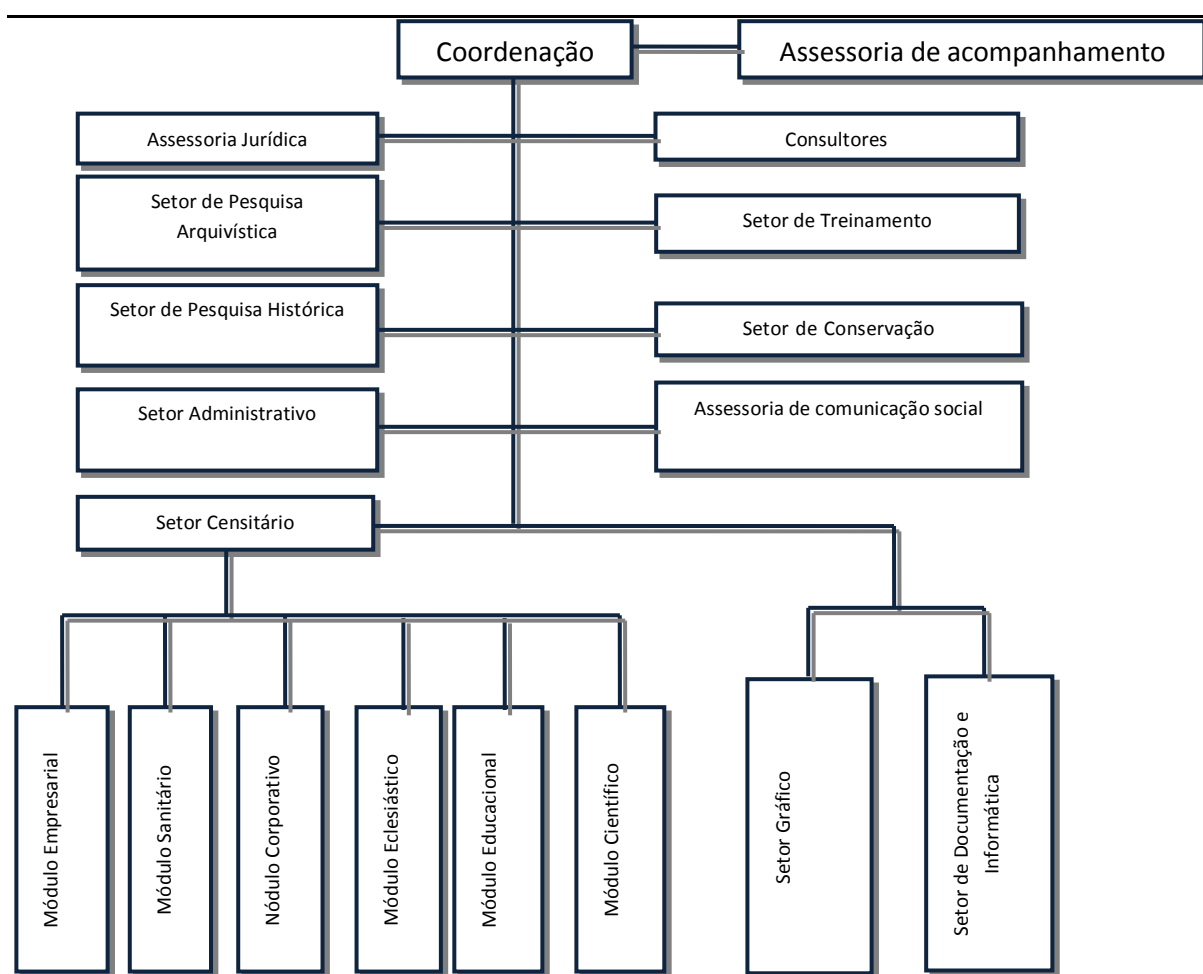
Estruturalmente, o Pró-Documento era composto por duas divisões, sendo uma *técnica*, responsável pelo desenvolvimento de ações relacionadas à geração de conhecimentos transferidos às instituições que solicitavam auxílio técnico, e outra de *projetos*, responsável pelo atendimento das demandas específicas de cada projeto. Funcionavam de maneira colaborativa através da formação de grupos-tarefa montados para os trabalhos de diagnóstico e elaboração final dos projetos. Na prática, envolviam os técnicos de todos os setores nas ações de assistência. Dessa maneira, a equipe mantinha-se sempre ocupada em diversos projetos, mas em conformidade com os vários setores. Esse funcionamento proporcionava ao Programa uma grande celeridade na realização de suas atribuições, integrando os profissionais que o compunham em todos os projetos; não eram formadas equipes específicas para as ações relacionadas aos diferentes acervos, o que permitiu que, ao fim de quatro anos de funcionamento cerca de duzentos projetos tenham sido realizados pela equipe em diferentes estágios³². Muitos desses projetos tiveram seus resultados publicados pelo Programa ao longo de sua existência, principalmente a partir de 1986. As publicações permitem afirmar que os projetos foram realizados em diferentes etapas e não eram constituídos das mesmas ações. Projetos como o realizado sobre o acervo da Light ou o da Fundação Tancredo Neves demonstram que as etapas se distinguiram de caso a caso considerando as demandas dos diferentes acervos e a possibilidade de trabalho da equipe. O Programa realizou projetos para a Biblioteca do Museu Nacional (Diagnóstico e projeto para transferência do acervo para a nova sede), para a Light (Projeto Light: Criação de um sistema integrado de arquivos para o Grupo Light-Rio; Higienização e identificação dos acervos destinados à centralização), para a Casa da FEB (Recuperação da memória oral e iconográfica, 1986), para o Instituto dos Arquitetos do Brasil (Informações preliminares para a conservação do acervo do IAB/RJ) e para o Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade (Diagnóstico e Projeto indicativo de higienização e acondicionamento), para citar alguns.

No entanto, ao contrário do que possa parecer, o Programa realizou também trabalhos de assistência para os acervos da SPHAN e da FNPM, em especial para a Biblioteca Noronha Santos (diagnóstico com recomendações) e para a área da documentação como um todo (Plano Geral de administração e preservação do acervo documental da FNPM). Esse aspecto aponta uma querela existente na instituição por conta da sua atuação junto à preservação documental. Havia setores da instituição que defendiam uma atuação diferente para o Pró-

³² SILVA, Gilson Antunes da. Entrevista concedida em 13.12.2011. A consulta aos trabalhos do Programa depositados no Arquivo Central do IPHAN permitem quantificar sua atuação, considerando a diversidade de relatórios e estudos realizados sobre vários acervos do país.

Documento, ressaltando a necessidade de que atentasse para a preservação da documentação guardada por ela própria. Essa questão será analisada mais adiante, retomando a discussão indicada no início desse capítulo sobre as contradições institucionais. Por hora, atentemos para as dificuldades colocadas ao estudo da estrutura institucional do Pró-Documento bem como, de resto, de todo o complexo institucional formado pelo binômio SPHAN/FNPM.

Organograma 1 ³³

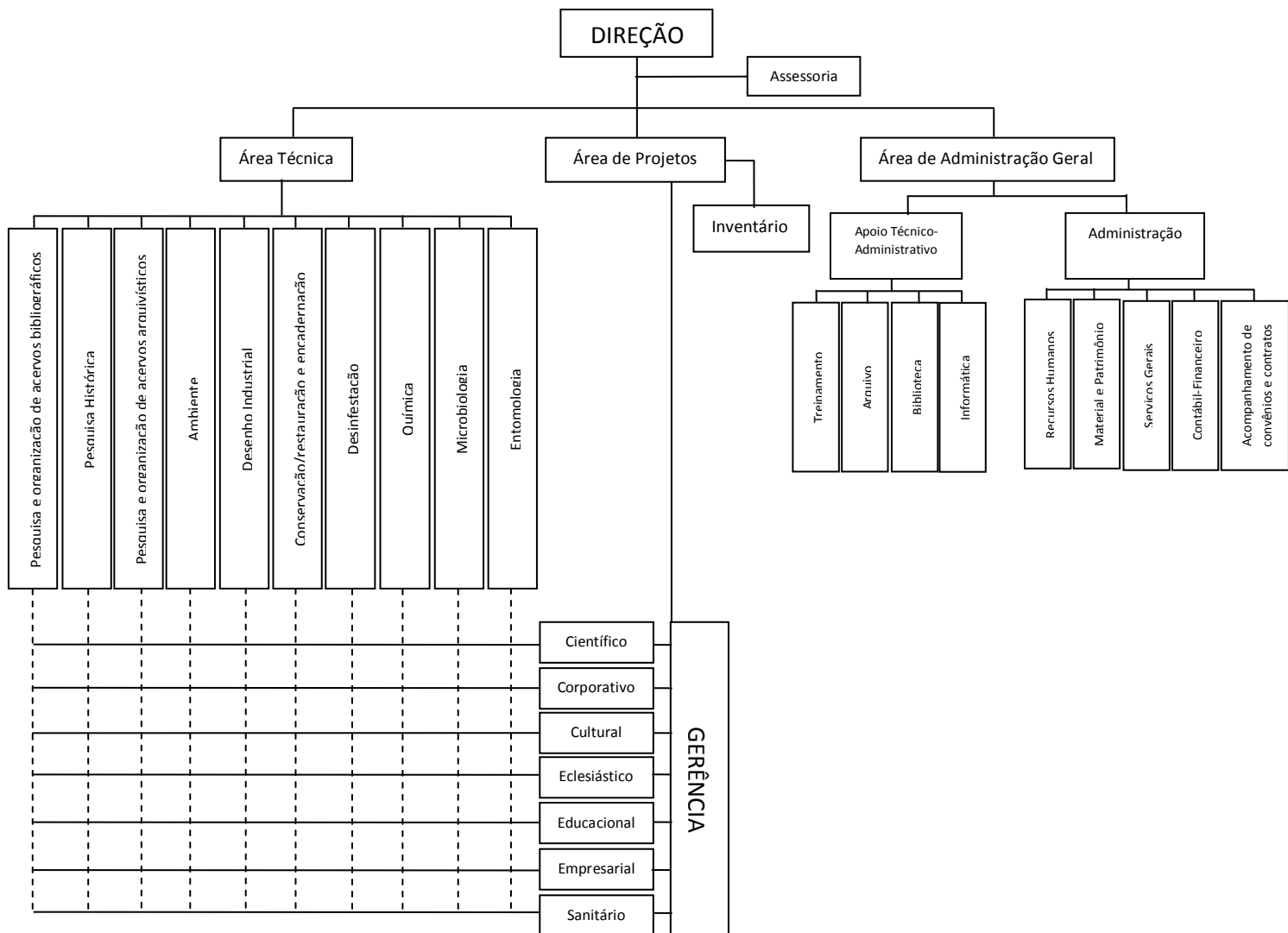


Observando a documentação depositada no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro-ACI/RJ, vemos a dificuldade de se estabelecer com segurança a estrutura sob a qual funcionavam os setores responsáveis pela preservação documental e patrimonial durante a década de 1980. Diversas versões de organogramas e Regimentos podem ser encontradas nos arquivos, sem que haja material legal autorizado (portarias, ordens de serviço ou determinações) capazes de estabelecer a estrutura institucional. Como exemplo, reproduzo

³³ Organograma constante na EXPOSIÇÃO de motivos para contratação de pessoal, s/d (1985, provavelmente). ACI/RJ: Arquivo Intermediário, caixa 262, pasta6.

duas versões do organograma do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica como forma de apresentar essa discussão.

Organograma 2 ³⁴



Confrontando as duas versões, podemos compreender como uma mesma estrutura pode ser interpretada de forma completamente variante. Considerando que os resultados finais do trabalho realizado pelo Programa podem variar pouco dentro de uma ou outra estrutura, o confronto desses dois modelos demonstra que a perspectiva de trabalho pode moldar as propostas organizativas. No primeiro organograma, temos uma proposta de estrutura mais simples, que dá conta dos setores existentes, mas não comunica de forma acertada o

³⁴ Organograma reproduzido segundo consta na publicação do texto básico do Programa. Cf. PROGRAMA Nacional de Preservação da Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1988. p. 29. (No relatório de Zulmira Canario Pope, 1987 - ver nota 5 - há um organograma anterior, com uma quantidade menor de setores da área técnica e pouco esclarecedor do funcionamento do órgão)

funcionamento do órgão. A segunda proposta, no entanto, transmite uma noção mais coerente com o seu funcionamento, privilegiando a característica mais importante do trabalho realizado que era a relação entre os setores da área técnica com as gerências de pesquisa, num sistema matricial de funcionamento (SILVA, 2011). Os diferentes organogramas encontrados, confrontados com relatórios de diferentes períodos de existência do órgão apontam uma evolução da estrutura do Pró-Documento.

A primeira estrutura, que pode ser representada pelo *Organograma 1*, parece evocar a experiência de trabalho desenvolvida nos primeiros anos de Programa, concentrando no *Setor Censitário* a maior parte das ações de sua atividade. Com estrutura mais simples, este organograma evidencia que o cadastramento de arquivos privados era privilegiado nesse momento, considerando a importância de se conhecer esses acervos, que poderiam vir a ser atendidos pelos técnicos. Nela, os vários módulos (referentes aos diferentes tipos de documentação analisados pelo Programa) aparecem com destaque, demonstrando a preocupação em organizar as aproximações em relação aos acervos segundo as ações que documentavam. Estas características evidenciam o caráter experimental do Programa até esse momento,³⁵ demonstrando também certo atraso em definir a estrutura de funcionamento das atividades.

Em 1986, a estrutura do Programa não condiz com as inúmeras atividades desenvolvidas e estudos são realizados no objetivo de estabelecer o funcionamento dos vários setores de forma mais organizada. A relativa confusão se dava por conta da forma com que eram desenvolvidos os trabalhos da equipe. Percebemos que, antes mesmo de definida a forma do programa, as metodologias de atuação definidas pela equipe guiavam o trabalho e as relações entre os diversos setores atuantes. Segundo o Projeto de Complementação da estrutura de pesquisa do Programa,³⁶ duas ações formavam a base de atuação: cadastro e assistência técnica. Nas ações de cadastramento de acervos, havia a preocupação da direção em treinar a equipe, com vistas na homogeneização dos conceitos para equalizar os procedimentos de aplicação dos questionários junto aos arquivos de instituições. Esses questionários eram aplicados para que se pudesse avaliar o estado de organização e conservação dos acervos, delimitando seu potencial informacional (PROJETO Complementação, 1986: 4).

³⁵ O organograma 1, a julgar pelas suas características e localização no acervo, parece datar de 1985, mas não é possível precisar.

³⁶ PROJETO Complementação da estrutura de pesquisa conceitual e de assistência técnica do Pró-Documento. Rio de Janeiro, 1986.

No *Organograma 2*, a metodologia de assistência técnica descrita no Projeto aparece representada de maneira bastante evidente. Segundo o texto, as solicitações de assistência recebidas pelo Programa eram analisadas pela Gerência de projetos para que se pudesse definir a forma com que se daria a assistência. Formava-se, então, uma equipe técnica que se incumbia do acompanhamento e elaboração do projeto, constituindo um grupo de trabalho que envolvia técnicos dos diferentes setores envolvidos. Um dos membros da gerência de projetos (formada por Sydney Solis, Marcus Venício Toledo Ribeiro, Paulo Gadelha, Gilson Antunes) coordenava a ação. Ocorria, dessa maneira, o cruzamento entre as ações da Área técnica e Área de projetos do Programa, formando uma ação de cooperação entre os diversos setores técnicos segundo as necessidades de cada acervo assistido. Outros organogramas³⁷ encontrados na documentação permitem acompanhar a evolução dessa metodologia de trabalho, consubstanciada no texto básico de 1988³⁸.

A atuação do Pró-Documento promoveu, em diferentes estágios, o tratamento de dezenas de acervos brasileiros. Alguns, como o da Light, tiveram sua documentação cadastrada, organizada, tratada e higienizada com a assistência do Programa; outros, por não demandarem ações mais intervencionistas, ou pela falta de recursos ou de continuidade do Programa, tiveram seus documentos cadastrados e passaram a integrar o circuito acadêmico de pesquisa, segundo diziam os idealizadores do Programa (BRASIL, 1988). Dessa maneira, cabe indicar alguns acervos que contaram com a atuação do Pró-Documento no que tange à preservação de sua documentação. Em 1986, eram assistidos pelo Programa os acervos da Light-Rio, do Arquivo Museu da Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Arquivo Particular do Presidente José Sarney, da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da Associação dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro³⁹. A avaliação de seus resultados, no entanto, não pode prescindir de analisar as razões que levaram, em 1988, ao desmonte do Programa na estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória.

³⁷ Organogramas depositados em diversas caixas do arquivo Intermediário, no intervalo que compreende as caixas 249-291.

³⁸ Esta publicação consiste em uma das últimas tentativas da equipe do Programa no sentido de manter suas atividades. Motivações políticas, que serão explicadas adiante, foram responsáveis por sua extinção no mesmo ano de sua publicação.

³⁹ Projetos citados no Relatório da área de documentação. POPE, Zulmira Canario. 1987. ACI/RJ: caixa 250, pasta 6.

2.3 – O sentido da contradição: o Pró-Documento se esgota no contexto institucional.

O impulso das pesquisas historiográficas experimentado no Brasil, o anseio pela democratização da informação e a preocupação geral dos pesquisadores com a situação dos arquivos no país não foram suficientemente fortes para resistir às contradições de uma instituição dividida em sua própria estrutura, como era o caso da Fundação Nacional Pró-Memória e sua “co-irmã”, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1988, Pró-Documento desenvolvia ações consistentes no processo de registro de informações sobre a Assembleia Nacional Constituinte, além das atividades de acompanhamento de diversos acervos brasileiros. No entanto, diversos fatores levaram a seu esvaziamento institucional naquele ano, resultante do desgaste político sofrido pelo Programa em relação à direção da FNPM.

Desde o início do Pró-Documento, havia interesse da equipe em montar laboratórios de tratamento documental direcionado a higienização e tratamento dos papéis que fossem alvo de sua ação. A aquisição de equipamentos e contratação e qualificação de funcionários habilitados para a atividade demandavam grandes investimentos e gerou polêmicas tanto internas quanto externas. Os gastos e impactos das medidas eram criticados por membros da FNPM (incluindo seu presidente) e pela mídia carioca, preocupados com o risco ambiental que um dos equipamentos gerava, além do volume de investimento despendido para sua aquisição.

Àquela altura, Oswaldo José de Campos Melo dirigia o par institucional da SPHAN/FNPM. O advogado mineiro, que havia sido professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da PUC-RJ e professor de História das Relações Internacionais no Instituto Rio Branco e na Escola Superior de Guerra e de Direito Internacional na UFRJ, ocupava o cargo de direção das instituições desde 1987. Anteriormente, havia atuado como subchefe do gabinete do ministro da cultura em 1985 e como representante, entre os anos de 1986 e 1987, do mesmo ministério no Rio de Janeiro. Em 1987 foi designado para responder pelas funções de Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, cargos que acumulou até 1988.

O período em que esteve à frente das instituições voltadas para a preservação do patrimônio cultural chegou ao fim como resultado de um conflito envolvendo o ministro da Cultura José Aparecido e o secretário-geral do Ministério da Cultura, Joaquim Icapary, que se

indispuseram com o presidente da FNPM⁴⁰. O conflito, muito comentado na imprensa, se desenvolveu por conta de um impedimento jurídico presente na Constituição Federal de 1988 que proibia, a partir do momento de sua promulgação, a contratação de servidores públicos sem a realização de concurso público. O Jornal do Comércio se referiu ao caso da seguinte maneira em uma nota de sua edição de 10 de março de 1989: “Ex-presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, onde se notabilizou pela luta contra a criação de mais um trem da alegria no Governo federal, Oswaldo José de Campos Melo não brigou em vão. Perdeu o Cargo, mas agora foi escolhido Subsecretário do Patrimônio da União”. O periódico fazia referência ao episódio ocorrido no mês de outubro de 1988, quando foi publicada no Diário Oficial da União a contratação de servidores lotados na Fundação Nacional Pró-Memória, onde constava a assinatura de seu presidente. Porém, apesar da ação não resultar ilegalidade, visto que a nova Constituição Federal, que proibia a contratação de servidores sem a realização de concurso público, ainda não havia sido promulgada, um embaraço moral maculava aquela atitude, considerando que era interpretada como uma manobra apressada com vistas a driblar a proibição constitucional que haveria de ser promulgada no dia seguinte à publicação das referidas contratações. Alguns jornais reagiram contra o presidente da FNPM, que esclareceu posteriormente não ter relação com as contratações, já que não havia assinado o processo que as autorizava.

Oswaldo José de Campos Melo, contrariado pelo uso indevido de seu nome na Decisão Funcional nº 19 – documento que viabilizaria a ação – contestou as contratações indevidas enviando à gráfica responsável pela publicação do Diário Oficial da União um ato que invalidaria as contratações irregulares. O documento, porém, desapareceu e não chegou a ser publicado. Após duas semanas de visível desconforto, o presidente foi exonerado do cargo sendo indicado para substituí-lo, Augusto Carlos da Silva Telles, então Secretário do patrimônio histórico e artístico nacional. Raphael Carneiro da Rocha, antigo funcionário do órgão que prestava serviços ligados a área desde sua criação em 1937, pediu demissão em protesto pela exoneração de Campos Melo.

Os jornais da época aclamaram a dignidade da postura do ex-presidente, que reverteu em grandes elogios para a instituição responsável pelo Patrimônio. Millôr, em sua coluna no Jornal do Brasil de 22 de Outubro de 1988 afirma, ironicamente: “Primeira providência do novo Ministério da Cultura: acabar com o SPHAN, o último órgão digno do governo”.

⁴⁰ A consulta aos documentos presentes na série personalidades, referentes a Oswaldo José de Campos Melo, permite acompanhar o caso na imprensa, através de alguns periódicos arquivados. cf. ACI/RJ, série Personalidades, Caixa 076, pasta 253.

Aquele episódio concorreu de alguma forma para a reafirmação da reputação do órgão como repositório de ética e de responsabilidade.

No caso da aquisição de equipamentos pelo Pró-Documento, Campos Melo preocupava-se sobremaneira com o impacto negativo na mídia do volume investido pelo programa. A compra que gerou maior polêmica envolvia a câmara de desinfestação *Mallet*, voltada à eliminação de organismos nocivos aos documentos, que poderia, segundo seus críticos, causar insalubridade a seus operadores e ao ambiente próximo por conta da utilização de óxido de etileno em seu funcionamento. Sobre o fato, Gilson Antunes da Silva, diretor do Pró-Documento e defensor da utilização do equipamento, afirmou tratar-se de uma ação totalmente justificada e financiada pelo convênio que o Programa firmara com a FINEP, não resultando em qualquer embaraço para a administração da Instituição. Ainda segundo o diretor, o equipamento mostrava-se totalmente seguro, desde que seus operadores fossem capacitados e o ambiente onde se encontrava estivesse preparado para recebê-lo. O episódio da câmara *Mallet* gerou o pedido de exoneração do cargo por parte de Gilson Antunes da Silva e foi iniciado também um inquérito policial para averiguação das circunstâncias de compra do equipamento⁴¹. Segundo o diretor do Pró-Documento, o fato evidenciava o desinteresse por parte da direção em priorizar o desenvolvimento das ações de conservação realizadas pelo Programa, concentrando as verbas destinadas àquela ação na realização de obras arquitetônicas em cidades de Minas Gerais⁴². Aqui podemos visualizar um dos aspectos contraditórios comentados no início do capítulo. Os pressupostos embates entre posições contrárias em relação à atribuição da instituição resultaram no esvaziamento de sentido da existência do Pró-Documento. No entanto, cabe analisar as contradições como possibilidades de relação entre interesses e não como oposições ao trabalho da instituição em seu percurso.

Principalmente após o impacto causado pela figura de Aloísio Magalhães no cenário nacional da preservação do patrimônio cultural, muitos pesquisadores e funcionários da SPHAN/FNPM aceleraram-se em apontar um novo rumo a ser trilhado para a tarefa de preservação cultural. Ainda 30 anos após essa turbulência, alguns insistem em interpretar as colocações do designer pernambucano como críticas ferrenhas ao trabalho desenvolvido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. A fortuna da *cisão discursiva* operada entre diferentes períodos da história institucional vem apontando essa oposição que não parece ter sido produzida pela atuação de Aloísio Magalhães.

Retomando às primeiras páginas desse capítulo, podemos procurar explicar, nesse

⁴¹ Sobre a instalação de inquérito, cf Diário Oficial da União de 22/08/1995, seção 1.

⁴² SILVA, Gilson Antunes da. Entrevista concedida em 13.12.2011.

momento, em que consiste a encruzilhada percorrida (habitada e construída) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O embate que se constitui por conta da aquisição da câmara citada acima traduz a existência de divergentes posicionamentos em relação à tarefa institucional de preservação cultural, relacionados à vivência institucional, por um lado e, por outro, pelas perspectivas de atuação de novos agentes na tarefa da preservação cultural. O IPHAN constrói, a cada momento, uma via que liga passado e futuro nas ações do presente e não se pode ignorar que, contemporaneamente, a lembrança e o acesso a seu produto (a memória) ganham importância jamais experimentada⁴³. Considerando que a atividade de preservação cultural é pouco definida, ela tem como dever atingir todos os bens que permitam identificar a memória brasileira e sejam capazes de identificar os brasileiros, em suas múltiplas conformações sócio-culturais. Nesse sentido, o Instituto constitui uma forte relação com o passado do Brasil, tendo em vista que toma como atribuição resguardar elementos produzidos nesse tempo que podem ser atualizados no presente com o sentido de criação de identidade e memória. Considerando que esse caminho é construído no desenvolvimento de suas atividades institucionais, é preciso voltar-se para o percurso e avaliar constantemente o sentido de suas ações no ambiente cultural em que se insere, objetivando colocar-se em acordo com os interesses da sociedade que o legitima e se apropria de suas ações.

Conforme afirmei anteriormente, diferentes compreensões acerca de seu papel e seus limites de atuação se apresentaram ao longo de sua existência, conformando posturas diversas com relação ao papel que deveria desempenhar. No contexto institucional em que se desenvolveram as ações do Pró-Documento, impôs-se uma contraposição bastante comentada entre os especialistas nos estudos da preservação cultural. A luta entre grupos fica evidente quando recorremos aos depoimentos de agentes envolvidos no processo. Segundo Gilson Antunes da Silva (2011) os interessados na preservação da *pedra e cal* contrapunha-se aqueles mais “progressistas”, que enxergavam nos traços multiculturais o objeto principal das ações de preservação. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, no entanto, compreendia de forma diferente as lutas, pautando a discussão sob o ponto de vista da ameaça à unidade da Instituição. Fato é que essas tensões geraram o mal-estar que resultou no fim do Pró-Documento, 1988.

O que não se consegue perceber nessa luta é que os binômios *Preservar/estimular, resgatar/desenvolver* – tidos como contraditórios por contraporem o primeiro e o segundo grupo, respectivamente – podem, pelo contrário, estabelecer pontos de contato nessa trajetória

⁴³ Para uma explanação maior sobre essas problemáticas, cf. JONAS (2006) e HUYSEN (2000).

institucional, evidenciando a possibilidade de refletir sobre a ação do órgão com vistas a sua função de preservação. Eles revelam, portanto, a profícua encruzilhada configurada pela atuação do IPHAN na preservação cultural que constrói o encontro de produções passadas com os anseios contemporâneos no campo da cultura. A preocupação com o futuro dos bens preservados e da própria atribuição de valor exercida pelo órgão gera, no relacionamento com o passado, um potencial ainda maior tendo em vista que informa sobre posturas a tomar e escolhas a realizar. Para compreendermos essa argumentação, retorno à percepção de Aloísio Magalhães quanto à cultura e sua dinâmica. Segundo o *designer*, a cultura pode ser avaliada no tempo, pois “se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem (...) [mas também] por sua continuidade (...) [que] comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação”. Para Aloísio Magalhães, essa característica cambiante da cultura, em que sua mudança não resulta em *descaracterização*, mas em desenvolvimento é o que garante a ela sua sobrevivência. Nessa compreensão, o passado ocupa lugar de destaque na tarefa de compreensão da dinâmica cultural, tendo em vista que, segundo Magalhães, “(...) a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento da consciência do passado histórico”⁴⁴.

Havia, portanto, nessa concepção, a possibilidade de conjugar continuidade histórico-cultural à mudança, conformando assim uma cultura em desenvolvimento, onde os passos se davam com atenção devida ao caminho percorrido. Essa postura informa sobre uma responsabilidade que se divide entre o passado e o futuro e é acionada no presente e caracteriza, também, o ideal de trabalho reproduzido nas ações cotidianas do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica. Mais do que isso, podemos perceber esse posicionamento em toda a estrutura institucional de preservação cultural no contexto da década de 1980, que conforma inclusive as contradições experimentadas. Se havia o embate entre os representantes da *pedra e cal*, por um lado, e os das referências culturais, por outro, conforme as afirmações de Gilson Antunes da Silva, não foi por uma cisão construída intencionalmente, mas por uma confluência de pensamento que se traduz de formas distintas e com focos divergentes, resultando em oposições discursivas. Tanto os tachados “tradicionalistas” quanto os “progressistas” enfileiravam no campo de batalha sua responsabilidade com a cultura brasileira que consideravam autêntica, mas sem excluir as possibilidades inauguradas por seus opostos em relação a ações futuras direcionadas aos

⁴⁴ As citações desse parágrafo retomam as da primeira página do capítulo, retiradas do livro póstumo *E triunfo?* de Aloísio Magalhães (1985).

objetos preservados. Ambos não defendiam uma posição imóvel em relação ao passado, mas ativa e responsável com o que se pode construir partindo desse substrato da memória e seus elementos culturais – materiais ou intangíveis.

Nesse intuito, a documentação dos fatos sociais – e o conhecimento e preservação de seus resultados materiais, os documentos – emerge como ação de suma importância no processo de construção do futuro e, mais ainda, o principal vetor de conflito em relação à tarefa institucional. Se as ações do IPHAN constituem esforço que gera as vias de acesso que interligam passado e futuro, o que dizer daquelas que se relacionam diretamente às informações documentadas, que permitem uma visão do passado e a construção de conhecimento relacionado a ele?

Tomando a preservação documental como viés potencialmente intrigante para as especulações no campo da pesquisa dos bens patrimonializados e do passado da sociedade brasileira, as contradições institucionais a ela relacionadas podem ser mais bem compreendidas, tendo em vista que configura campo privilegiado das disputas simbólicas capazes de definir o futuro da preservação. Ambos os grupos atuam nesse campo de disputas com o objetivo de garantir àquele presente, um futuro possível. No próximo capítulo buscarei demonstrar que o campo da preservação documental configurou o espaço de disputa privilegiado naquele contexto institucional, resultando em ações que até hoje se fazem sentir no arranjo documental que estrutura o Arquivo Central do IPHAN/Seção RJ. A produção de memória sobre a atuação institucional resulta também de disputas simbólicas que precisam ser compreendidas para esclarecer a atuação dos diversos grupos que constituem a instituição. O Arquivo, como “repositório” da memória institucional foi, como busco demonstrar, alvo da atuação dos grupos e resulta dessas disputas uma interpretação da atuação patrimonializante concentrada sobre os bens arquitetônicos e artísticos.

Capítulo III:

A produção dos arquivos como criação coletiva de "autores" e temporalidades distintas.

Nesse capítulo, procuro demonstrar que arquivos constituem uma produção social estabelecida no contexto das disciplinas a eles relacionadas. Na marcha de constituição desses produtos e de sua significação social o problema do tempo é atualizado de maneira a legitimar seu papel de manutenção do passado no presente. Sabemos, no entanto, que passado não constitui uma substância perene, imutável, visto que é constituído de forma diferencial por meio de costumes, tradições, memórias e interpretações variantes. Podemos mesmo afirmar que sua constituição é dada através do constante embate entre as diferentes temporalidades que se relacionam na polêmica tarefa de construção de seus sentidos. Nessa argumentação fica claro que o recurso a fatos ocorridos, por si só, não pode estabelecer sentidos estáveis a qualquer momento, nem oferece informações seguras sobre o que passou. Da mesma maneira, os arquivos não bastam à difícil tarefa de conhecimento do passado, se não pelo fato de constituírem sempre um repertório parcial acerca do que se busca conhecer, por serem, eles mesmos uma produção parcial voltada à manutenção da memória enviesada de certos aspectos passados. Esses conjuntos reúnem documentos produzidos em períodos diversos da sociedade e são por ela classificados de maneiras distintas relativamente aos interesses sociais que permeiam as tarefas relacionadas à gestão documental em determinado momento.

Aqui, um dos objetivos principais consiste em investigar as formas como uma dimensão específica – a temporalidade – age sobre a tarefa de constituição, administração e conservação de acervos documentais, com especial atenção em relação aos permanentes. Compreendidos como conjuntos de documentos que potencialmente constroem comunicação entre distintas temporalidades, esses produtos de nossa sociedade conformam ações (posicionamentos e compromissos) em relação ao passado e ao futuro, tempos remotos sobre os quais não podemos notar mais do que aquilo que compõe nossas crenças, interpretações e julgamentos. Dessa maneira, é necessário evidenciar a artificialidade dos arquivos entendidos

como grupamento de documentos classificados sob critérios específicos⁴⁵ relacionados aos compromissos mencionados acima.

Considerando os objetos analisados nesse trabalho – os arquivos, a memória institucional e suas relações com a história –, notamos que a problemática da temporalidade consiste em vértice das discussões que o estruturam. Se nos capítulos anteriores essa questão foi evitada no objetivo de avançar sobre aspectos históricos necessários à compreensão do estudo, seu desenvolvimento nesse ponto levanta discussões importantes para apontar algumas conclusões a respeito da trajetória da preservação documental no âmbito do IPHAN.

Conforme comentei no segundo capítulo, a encruzilhada que se estabelece entre passado e futuro nos trabalhos desenvolvidos pelo IPHAN oferece a oportunidade de refletirmos sobre como questões como a temporalidade e a memória influem sobre dinâmica de funcionamento da instituição. Essa reflexão permite a discussão a respeito das razões para embates que resultam, em 1988, no fim da experiência do Pró-Documento. Busco compreender nessa parte do trabalho, as maneiras pelas quais esses elementos tão próximos da reflexão histórica se conjugam nas tarefas relacionadas à preservação cultural.

Essa discussão permite refletir sobre as ações do Pró-Documento buscando compreender sua caracterização na conexão com um tipo de documentação específica, na qual busca preservar informações relacionadas a determinadas atividades profissionais. É importante atentar para a concentração de esforços na pesquisa referente à ocupação na área da saúde, algo que já vinha sendo desenvolvido anteriormente quando seus membros integravam o Centro de Memória Social Brasileira, da Sociedade Brasileira de Instrução. Em entrevistas realizadas com Sydney Solis e Gilson Antunes da Silva (2011), fica evidente a continuação dos trabalhos realizados no final da década de 1970, no CMSB, coordenado por Hélio Silva. O esforço em manter parte da equipe engajada no estudo da memória profissional do Rio de Janeiro – em diversos segmentos – foi amparado pelo interesse da FNPM em investir no conhecimento e preservação de referenciais documentais da cultura brasileira, conforme vimos no capítulo anterior. A absorção do Pró-documento pela Fundação, em 1984, foi interpretada como uma tentativa de sistematizar e estruturar uma política nacional de preservação documental (BRASIL, 1988: 2).

⁴⁵ A retomada da argumentação desenvolvida no primeiro capítulo esclarecerá de forma mais clara a artificialidade dos arquivos, buscando refletir sobre a incidência dos diversos poderes que os constituem.

As reflexões que constituem o presente capítulo dirigem-se também a tecer uma série de discussões sobre as relações existentes entre História e memória, destacando-as nas ações de preservação da documentação elaboradas no contexto do Pró-Documento. No bojo dessas discussões, a questão da democratização aparece como instrumento de legitimação das ações do Programa, imbuídas de objetivos relacionados à generalização do acesso a documentos de todos os períodos da história brasileira. Nesse sentido, busco também analisar como o conceito utilizado para caracterizar um regime de governo se estendeu para tratar questões atinentes à cultura do país. (COELHO, 1997; BOBBIO, MATEUCCI, PASQUINO, 1998).

Funcionando sob a tutela da Fundação Nacional Pró-Memória, a partir de 1984, o Pró-Documento desenvolveu uma série de ações relacionadas à preservação de acervos documentais privados. No entanto, para compreendermos seu sentido, é preciso retroceder alguns anos até o final da década de 1970 quando se inicia a formulação da proposta de trabalho iniciada na década seguinte. Como vimos, a equipe que formulou o Programa em questão já vinha desenvolvendo um trabalho de pesquisa relacionado aos acervos privados do Rio de Janeiro. Sob o Centro de Memória Social Brasileira, os pesquisadores estudavam o desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde no estado do Rio de Janeiro. Seus estudos resultaram em alguns artigos publicados em revistas científicas e, profissionalmente, na absorção de alguns deles por instituições relacionadas ao tema⁴⁶.

Considerando as ações desenvolvidas pelo Pró-Documento durante a década de 1980, podemos perceber que alguns objetivos políticos direcionavam as ações do Programa. Isso ocorre, como parece, em grande parte dos projetos voltados à preservação da memória que constitui um objeto sempre disputado. Certamente, essa definição constrói-se sobre simplificações que descaracterizam as práticas do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, projeto que buscou – como se viu no segundo capítulo – resguardar a possibilidade de acessar informações potencialmente relevantes para a compreensão do passado do país. Com ela busco esclarecer certos aspectos das motivações que resultaram na montagem do Programa e em sua implementação, no ano de 1984. Nesse sentido, cabe refletir sobre o objeto primordial do Programa, ou seja, os próprios acervos arquivísticos, compreendidos como produto social definido pela compreensão histórica do lugar dos

⁴⁶ É o caso de Paulo Gadelha, que atualmente ocupa o cargo de presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro; Gilson Antunes da Silva, que seguiu carreira no Ministério da Cultura e atualmente presta serviços para a Fundação Oswaldo Cruz; Sydney Solis continuou no IPHAN, onde se aposentou.

documentos na sociedade, que pode denotar sua importância para a constituição profissional de pesquisadores e instituições.

Por conta disso, é importante analisar de que maneira são construídos os acervos documentais e como a História e a Arquivologia influem sobre esse processo de seleção e guarda que se reproduz de forma cada vez mais acentuada e definida em nosso país. Nesse caminho, vale destacar que meu trabalho constitui já uma seleção; dentre tantos acervos e experiências possíveis de se analisar, meus apontamentos direcionam-se à experiência do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica - Pró-Documeto, que funcionou na Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, durante a década de 1980. Essa localização define, de saída, uma série de características que devem ser analisadas, tais como o contexto institucional (que busquei analisar no capítulo anterior) e a situação política do país, tendo em vista que se trata de ação operada no interior do Estado brasileiro.

O estudo do percurso da administração arquivística implementada na instituição apresenta um interesse bastante claro de grande número de funcionários toda vez que a investigação é apresentada. Este fator relaciona-se à importância do conhecimento do processo de produção e guarda da documentação utilizada frequentemente para o cumprimento de suas atribuições institucionais, além do fato de que a pesquisa – nos moldes em que vem sendo desenvolvida – busca contribuir para uma compreensão mais completa das ações realizadas na movimentada década de 1980. Tendo em vista que esse foi um momento em que muitos dos atuais funcionários ingressaram na instituição e se institucionalizaram diversas preocupações relacionadas à diversidade cultural brasileira, seu estudo contribui com o desenvolvimento de grandes discussões no campo das ciências humanas no Brasil. Nesse sentido, esse trabalho constitui uma tentativa de oferecer elementos para o conhecimento das ações desenvolvidas durante a década de 1980 no âmbito da preservação do acervo arquivístico da instituição voltada à preservação do patrimônio cultural no Brasil.

3.1 Arquivos como obra

Como historiador que vem estudando arquivos e as operações dedicadas a organizá-los segundo critérios disciplinares definidos historicamente, a reflexão acerca dos agentes envolvidos na produção desses conjuntos vem sendo uma tônica em minhas reflexões. Nesse

sentido, considero autores aqueles que se dedicam, de diferentes maneiras, a organizar esses documentos, tendo em vista que criam uma narrativa com os elementos de que dispõem, à maneira de escritores de romances ou artistas quando pintam suas telas ou criam outras obras.

Nessa compreensão, o ACI/RJ resulta da superposição de autorias tendo sido “reescrito” algumas vezes durante sua existência. Retomando a exposição realizada no primeiro capítulo, nesse momento analiso o histórico de sua construção sob o foco da autoria, buscando em suas estruturas os vestígios de seus autores. A montagem do arquivo data da criação do SPHAN, na segunda metade da década de 1930 respondendo a necessidades básicas de controle da correspondência institucional, absorvendo comunicação da diretoria com seus colaboradores espalhados pelo país. Dessa primeira autoria resulta um arquivo basicamente formado pela correspondência institucional, ao qual se reserva atenção limitada sem que definirem-se normativas de acesso e desenvolvimento de ações relativas ao acervo, sendo definitivamente formulado apenas em 1940 sob a assessoria de Clemente da Silva Nigra, da Ordem Beneditina Brasileira. O sacerdote iniciou a ordenação da documentação realizando a separação de documentos textuais dos demais gêneros⁴⁷. Seu trabalho produziu um arquivo sumariamente organizado que possibilitou uma primeira reflexão acerca do acervo que resultou, ao que parece, no trabalho realizado posteriormente por Carlos Drummond de Andrade que, em 1945, passou a acumular o cargo de chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema com a função de assessoria no SPHAN, onde assumiu a chefia da Seção de História⁴⁸ entre os anos de 1946 e 1962 (THOMPSON, 2009: 36).

Nesse período, Drummond operou uma reestruturação do arquivo, aplicando organização baseada na definição de dossiês relacionados a cada bem tombado ou objetos de interesse institucional, buscando facilitar sua utilização por parte dos funcionários do Serviço que, continuamente, tinham de consultar os documentos para desenvolver suas atividades. O arranjo aplicado à documentação corresponde, portanto, a uma adequação às necessidades de gestão da repartição. No entanto, outra adaptação foi necessária para atender de maneira mais completa à celeridade da consulta ao acervo por parte dos técnicos, o que foi realizado através da indexação da documentação utilizando o método geográfico, que referenciava os bens de acordo com sua localização, por ordem de estado e município. Esse procedimento perdura e

⁴⁷ Sobre a atuação de Silva Nigra no ACI/RJ, ver entrevista concedida pelo religioso ao Projeto de Memória Oral realizado por Teresinha Marinho na década de 1980.

⁴⁸ Nesse período o SPHAN já funciona sob a estrutura que será confirmada em 1946 pelo Decreto-lei n. 8.534, que transforma a instituição em DPHAN e define sua atuação. Nela, o Arquivo encontra-se diretamente subordinado à Seção de História.

guia o arranjo utilizado pela instituição até a atualidade. Com o desenvolvimento das ações institucionais, amplia-se o próprio campo de atuação da preservação cultural no Brasil, criam-se representações regionais em diversos estados brasileiros e o Arquivo Central expande, necessariamente, seu alcance e por conta do recolhimento do material produzido em todas as representações, acrescendo-se a esses documentos provenientes da execução das atribuições do órgão, aqueles doados por pessoas físicas e jurídicas (MENDES, 2006).

Após a saída de Carlos Drummond, Judith Martins, que era funcionária antiga da Instituição⁴⁹, assumiu o Arquivo Central mantendo a organização anteriormente definida e desenvolvendo pesquisas em relações a artistas envolvidos nas construções dos bens protegidos pela instituição. Dessas pesquisas, resultou o Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais (publicado em 1971), além de um enorme conhecimento do acervo pelo qual foi responsável por cerca de vinte anos. Nesse intercurso, Edson de Brito Maia assume o Arquivo e marca seu percurso criando algumas das séries documentais que atualmente formam o arranjo do acervo. Ainda que constem poucos documentos que permitam construir um histórico de suas ações à frente do Arquivo, certa memória institucional que tem por base os relatos de funcionários contemporâneos a ele permite dispor algumas questões acerca de sua atuação.

Em relação ao trabalho desenvolvido por Edson Maia como chefe do Arquivo, pode-se afirmar que, apesar das limitações relacionadas à sua formação técnica, tendo em vista a incipiente institucionalização da arquivística brasileira até a década de 1980, a gestão da documentação foi realizada de maneira a franquear a consulta à maior parte do acervo. Algumas limitações foram, no entanto, estabelecidas, das quais a principal foi a reserva imposta aos processos de tombamento. O argumento institucional referia-se ao risco gerado pela possível transparência dos recursos de manutenção da segurança dos bens móveis – no caso de museus e igrejas, por exemplo – ou à invasão de privacidade dos proprietários – no caso em que bens eram utilizados como residência. O receio de colocar em risco a segurança dos bens levou Edson Maia a retirar dos processos de tombamento e agrupá-las de forma relacional em série artificial criada no objetivo de garantir acesso de pesquisadores externos

⁴⁹ Secretária de Rodrigo Melo Franco de Andrade desde a fundação do SPHAN, Judith Martins substituiu o presidente por diversas oportunidades e mantinha grande influência e conhecimento sobre todas as ações institucionais. Em 1982 foi entrevistada por Teresinha Marinho e teve seu relato publicado ainda na década de 1980 e em 2009, quando a COPEDOC deu início às republicações das entrevistas realizadas naqueles anos, juntamente com a execução e publicação de novas entrevistas, das quais o arquiteto e ex-presidente do IPHAN, Augusto da Silva Telles foi o primeiro entrevistado.

ao acervo iconográfico. Dessa ação resulta a série Inventário – de que tratei no primeiro capítulo –, onde se podem encontrar fotografias, artigos jornalísticos, históricos de bens e toda sorte de documentos relacionados a determinados bens tombados ou que tiveram seu tombamento avaliado em algum momento pela instituição. Sua atuação é exemplo de ação direcionada à difusão de informação relacionada à preservação cultural e que, por outro lado, gerou grandes dificuldades à preservação das informações arquivísticas de grande parte do acervo, decorrente da baixa difusão da formação em arquivologia experimentada no país até quase o fim do século XX.

Esse tipo de ocorrência relaciona-se à trajetória institucional que, a partir da década de 1980, experimentou um processo de descentralização da gestão documental implementada pela instituição. Nesse processo, diversas representações regionais criaram seus próprios arquivos, potencializando as dificuldades impostas pelo limitado número de funcionários e da insuficiente formação da sua maior parte em relação à gestão arquivística⁵⁰. A esses aspectos podemos adicionar ainda a irrupção de tensões políticas no interior institucional relacionadas ao peso de cada setor nas decisões relacionadas ao direcionamento da política documental da instituição, impulsionada ainda pelo surgimento de novas questões no já vasto cabedal de atuação do órgão nacional de preservação cultural⁵¹. Nesse contexto redefine-se a gestão documental aplicada pela instituição, tendo como vértice a absorção do Pró-Documento à estrutura funcional que traz grande quantidade de recursos humanos (SILVA, 2011) que desestabilizam o equilíbrio político existente na instituição,⁵² ocasionando rixas políticas declaradas entre grupos provenientes de pelo menos dois polos importantes da preservação cultural brasileira⁵³. Desse embate resulta uma luta pela memória em relação aos anos 1980 que será analisada mais à frente.

Posteriormente, na década de 1990, a extinção da SPHAN/FNPM minou ainda mais a força política da instituição no contexto governamental – a exemplo de toda a área da cultura

⁵⁰ As queixas em relação aos recursos humanos no IPHAN podem ser encontradas em grande parte dos relatórios de atividades da instituição produzidos entre as décadas de 1970-90 consultados na presente pesquisa.

⁵¹ Ainda que sejam bastante discutíveis seu alcance e intensidade, são conhecidas as tensões advindas da relativa mudança de direção da política de preservação ocorrida na década de 1980 com o crescimento do poder do grupo de Aloísio Magalhães à frente da instituição. Sobre essas tensões, ver Gonçalves (1996).

⁵² Esse desequilíbrio não tem relação apenas com o Pró-Documento, mas com todos os recursos humanos provenientes da fusão do extinto IPHAN com o CNRC e PCH.

⁵³ Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (2012) defende que a luta entre mineiros e pernambucanos era marcante no contexto do desmonte do Pró-Documento, em 1988. Para ele, o grupo pernambucano caminhava em direção ao separatismo da FNPM em relação à SPHAN, o que foi prontamente combatido pelo ministro da cultura através da unificação da direção dos órgãos sob a figura do advogado Oswaldo José de Campos Melo.

– reforçando administração documental atomizada esferas regionais da instituição, relegando ao Arquivo Central a função de guarda do acervo permanente. Desde o fim da década de 1990 o Arquivo Central, dividido entre suas Seções de Brasília e Rio de Janeiro, vem retomando seu papel no direcionamento da política documental da instituição.

Essa reflexão acerca das diferentes autorias superpostas em relação ao Arquivo Central permite evidenciar o caráter artificial dos arranjos arquivísticos, já que todos eles organizam unidades dispersas segundo critérios que poderiam dispor a documentação de maneiras diversas, tal como uma ocorre com a obra de arte, por exemplo. Sobre os arquivos incidem memórias em confronto que formulam, no embate, a memória institucional. No próximo tópico discuto algumas abordagens em relação à memória, buscando avaliar a trajetória do Arquivo Central e as ações que a ele se direcionaram, identificando seus efeitos sobre a memória institucional.

3.2 Arquivos entre memória e história

A memória abordada como objeto de análise é tratada sob diversas dimensões da vivência humana, ocupando das discussões mais triviais relacionadas à capacidade da lembrança de fatos ou a localização de objetos no espaço cotidiano às mais elaboradas reflexões acerca da construção dos grupos sociais e das identidades na contemporaneidade. Alguns autores se esmeraram sobre esse campo de conflito, expondo contraposições interessantes acerca desse fenômeno que tanto influi sobre o trabalho do historiador com seus arquivos montados, via de regra, com respeito a memórias específicas que enquadram e *arranjam*⁵⁴ o passado.

Dentre muitas abordagens da problemática da memória, duas podem ser analisadas em conjunto, considerando sua evidente contraposição: a primeira delas é a de Henri Bergson, filósofo francês autor da obra *Matéria e Memória*; a outra, bastante identificada às bases da sociologia instituídas por Émile Durkheim, é a do sociólogo francês Maurice Halbwachs. Ambos os autores dedicam sua análise à questão da memória, marcando sua interpretação com pressupostos particulares aos campos que representam. Dessa maneira o predomínio de

⁵⁴ Nesse ponto, evidencio a ambiguidade da palavra, uma vez que caracteriza uma estratégia da arquivística voltada à organização de documentos e, simultaneamente, denota a produção de uma organização cognitiva do passado que não se pode desconectar das experiências pessoais que organizam a própria compreensão desses profissionais em relação ao passado.

uma interpretação sociologizante – no caso de Halbwachs – confronta-se com a abordagem *espiritual*, psicológica, de Bergson. Se para este a memória deve ser analisada sob a perspectiva de uma fenomenologia da lembrança, o primeiro a encara como construção inerente à vivência social dos indivíduos.

Um ponto importante na argumentação de Bergson (1960: 62) é que a memória consiste na conservação do passado, como substância, no interior da pessoa. Ao longo do livro, o autor opera com diversos conceitos dentre os quais figura, por exemplo, a noção freudiana de inconsciente, a partir da qual defende que a experiência passada encontra-se conservada na *psique*, podendo ser resgatada em momentos diversos da vida humana. Nesse sentido, o sonho aparece como a manifestação, por excelência, da *lembrança pura*, isto é, desligada da realidade experimentada pelo indivíduo na ocasião em que emerge. Sua interpretação ultrapassa esta simplificação, abordando a memória sob um viés espiritual, que se contrapõe à matéria. Dessa conceituação, conclui-se que a memória é fruto da *psique* do indivíduo, sem grandes vínculos em relação ao ambiente experimentado, mas relacionado à própria lembrança em si. Este é um dos pontos em que mais divergem da concepção defendida por Halbwachs acerca do mesmo problema, considerando que a memória enquadrada (1990) não escapa aos limites construídos pela experiência, da qual inclusive depende em grande medida.

Bergson, o “filósofo da intuição” (BOSI, 1994: 54), discorre sobre a memória como um fenômeno paralelo ao da ação visto que, segundo o autor, seria uma manifestação puramente espiritual que não se cruzaria com a materialidade presente na ação. Esclarece, no entanto, que há dois tipos de memória: a *memória hábito*, relacionada à repetição de atos passados no presente do sujeito, por conta do sucesso anterior; por outro lado, existiria ainda o que chama de *lembrança pura*, uma memória caracterizada pela conservação independente do passado, sem relação com a vivência do sujeito no presente da lembrança. A esta compreensão, conforme veremos, a argumentação de Maurice Halbwachs se contrapõe profundamente.

O sociólogo Maurice Halbwachs compreende o fenômeno da memória como resultado de um intenso trabalho social, que faz emergir nos indivíduos a lembrança de fatos localizados no passado, segundo suas disposições presentes. Seu livro *A memória coletiva* já constitui um clássico sobre a questão na área da análise sociológica e ocupa lugar de grande importância em qualquer investigação que se coloque a estudar a incidência dos trabalhos da memória nas sociedades. Nele o sociólogo compreende que a lembrança não tem uma

existência subconsciente, mas é produzida pelas relações sociais em diferentes contextos. Diferentemente de Henri Bergson, portanto, Halbwachs compreende a memória como produto social, marcado pelas relações mantidas pelos sujeitos e pelo que chama de *instituições formadoras do sujeito* (BOSI, 1994: 54). Integrando toda uma corrente da sociologia, Halbwachs destaca o papel dos sujeitos enquanto atores sociais conectados uns aos outros através de relações e fatos sociais que deles, muitas vezes, independem. Segundo o autor, a construção da memória é operada na articulação entre a subjetividade do indivíduo e o relevo social que experimenta. Para o autor não haveria, portanto, uma subjetividade pura que a matéria vivida não alcança, como afirma Bergson, já que a subjetividade mesma, seria constituída no contato social, no relacionamento com o outro, com os grupos, e com a sociedade de maneira geral, uma subjetividade produzida e forjada *na* sociedade. Temos então, que o *espírito* não conserva o passado em sua inteireza, mas é forjado pelas instituições formadoras do sujeito, ou seja, “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1994: 55). Nesse sentido, o que se opera é a própria constituição da memória no presente vivido pelo ser social e não o resgate do passado através do recurso à lembrança.

Sobre o sonho, Bergson afirma ser o espaço do devaneio, onde o passado emergiria em sua forma pura e a percepção do indivíduo acerca de seu tempo presente se esvairia. No entanto, para Halbwachs mesmo no sonho o indivíduo tem consciência de sua historicidade; a linguagem (socialmente incorporada) o limita e localiza no tempo. Da compreensão bergsoniana da memória pode-se concluir que, no espaço do sonho, da *lembrança pura*, o passado é revivido sem filtros impostos pela percepção do indivíduo. Por outro lado, no sentido que Halbwachs emprega à questão da memória, o passado não seria revivido, mas refeita a experiência. Através da memória, reconstruir-se-ia o passado de maneira relacionada com o presente, nunca de maneira independente, tendo em vista que a pessoa que lembra, não é mais a mesma. Novos padrões de atitude foram incorporados, novas situações vividas e outras lembranças perdidas: o passado não existe no sujeito, mas é por ele recriado segundo as condições oferecidas pela sociedade.

Há que se destacar que o ato de lembrar é reconhecido por Halbwachs como uma função reservada a um determinado grupo social. Existe, portanto, o profissional cuja função é lembrar: por exemplo, arquivistas e historiadores (por excelência). Aos *velhos*, destaca Ecléa Bosi, é reservada essa função, considerando seu estado menos ativo no contexto maior da sociedade como um todo. Pensar sobre essa função e em suas consequências práticas é

uma tarefa de grande importância para interpretar as afirmações dos que lembram, uma vez que ações (como a de lembrar) tem sempre um significado social. No contexto das lembranças produzidas e reafirmadas em relação ao complexo institucional SPHAN/FNPM, cabe destacar o papel dos *velhos* profissionais, que não influem sobre a instituição atual, mas constituem repositórios de lembranças legitimadas sobre seu passado. É, aliás, a perspectiva desses funcionários que enquadra a abordagem geral em relação aos anos 1980 na preservação do patrimônio cultural. Mesmo algumas obras de referência sobre o campo do patrimônio não contemplam de forma satisfatória esse período, constituindo na memória institucional o principal recurso de análise. Esse aspecto tem lugar, em parte, por conta da desorganização dos registros das ações institucionais da FNPM.

O arquivista José Maria Jardim tratou também a questão da memória em artigo de 1995, argumentando que os arquivos públicos concorrem para sua invenção resultante não de uma sistematização racional de um processo produtivo de memórias, mas, antes disso, por conta da incipiente reflexão teórica produzida em relação ao tema no âmbito dessas instituições (JARDIM, 1995: 8). Nesse artigo, o pesquisador atenta para as dimensões políticas da tarefa de avaliação de documentos em arquivística que atravessam a simples técnica de seleção da documentação “permanente”, explicitando a necessidade de abordar a memória como processo e uma construção social, calcada nas condições sociais de produção da lembrança. Segundo o autor alguns termos são geralmente relacionados à temática da memória, tais como resgate, registro, seleção, conservação. Em sua compreensão, a utilização desses termos leva a tomar a memória “como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais” (Idem p. 1), ou seja, emudecem o caráter construtivo da memória que evidencia ser ela mesma o resultado de processos sociais, lutas e negociações que ultrapassam a face que se deixa ver, a lembrança, o documento, o arquivo.

Continuando sua análise das abordagens dispensadas à questão da memória, Jardim comenta algumas obras importantes para a discussão, citando trabalhos de Jacques Le Goff, Pierre Nora, Henri-Pierre Jeudy e David Lowenthal, além de Carol Couture e Jean Favier que relacionam a questão mais diretamente às práticas arquivísticas. Do primeiro, expõe o que chama “crucialidade da memória”, afirmando que algumas noções que a ela se aplicam têm relações com outras que se expressam muito fortemente nas relações sociais de modo geral, como tempo e espaço, memória individual e coletiva, tradição e projeto, acaso e intenção, esquecimento e lembrança (p.1). Do segundo, pinça a ideia de que a memória “verdadeira”, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à

constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (JARDIM, 1995: 2). Nesse sentido os chamados *lugares de memória* se estabelecem porque não há mais meios de memória, tendo como razão principal “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento” fixando, dessa maneira o estado de coisas construído pela memória, sem evidenciá-lo como uma prática (NORA, 1993: 13).

De Lowenthal, Jardim retira a argumentação de que memória, história e relíquias relacionam-se como metáforas mútuas, como rotas que se cruzam na mesma direção, mas com objetivos divergentes. Constituem viajantes que se munem do mesmo mapa, apesar de viajarem paralelamente. Segundo Jardim para Lowenthal, “a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido (...) [sendo] subjetiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio” (JARDIM, 1995: 2). Nesse sentido, evidencia-se em seu produto a intencionalidade de se olvidarem suas razões de produção, considerando que seu fim seria adaptar o passado segundo as necessidades colocadas no presente (Ibidem), constituindo, portanto, uma leitura *atualizada*⁵⁵ do passado. Ao fim da operação arquivística, produz-se, então, uma memória que se compreende arqueologizável, dado que, como os documentos do passado, podem pretensamente ser analisados em busca desse outro tempo sem que demonstre de forma clara os processos responsáveis por sua construção.

Considerando a noção de relíquias na perspectiva de Lowenthal, ou seja, de que não são processos, mas seus resíduos que constituem uma iluminação do passado, demandando, sobretudo, sua interpretação para expressarem efetivamente seu papel de relicário, temos que os rastros que o presente herda do passado não nos informa necessariamente sobre o tempo que os produziu, mas oferecem oportunidade de lançarmos um olhar sobre ele, melhor, sobre a pequena parte dele que nos resta perscrutar. Couture (1994: 37) demonstra a postura majoritária da arquivística em relação a esses restos de maneira bastante contundente, afirmando que “o arquivista tem o mandato de definir o que constituirá a memória de uma instituição ou de uma organização”, sem referir-se à necessária tarefa de reflexão sobre essa prática. Nessa mesma toada Favier defende que os arquivistas têm

a responsabilidade da memória comum dos homens e uma responsabilidade na construção do futuro (...) [sendo] responsáveis por uma memória ativa

⁵⁵ A *atualização* nesse sentido, tem um duplo significado, uma vez que constitui o acionamento do passado e, por outro lado, sua realização com respeito a necessidades colocadas por outro tempo que não aquele ao qual ela se referencia.

que é, antes de tudo, um instrumento de trabalho para as sociedades humanas. A memória é o fundamento dos direitos dos cidadãos (FAVIER, 1994, p.81, apud JARDIM, 1995: 5).

Em ambos os casos notamos uma certa desatenção com relação à evidenciação do caráter construtivo da memória erigida nos arquivos, que desaparece sob a preocupação de possibilitar a compreensão de seu produto, da imagem do passado.

Outro aspecto que geralmente não figura nas reflexões da arquivologia em relação à memória diz respeito a sua importância no estabelecimento das identidades no interior do jogo social. Em relação à memória Henry Rousso afirma que

seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui (...) um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1998: 94-95).

Nessa argumentação que destaca a importância da memória para a produção dos grupos que compõem a sociedade, percebemos a conveniência de refletir também sobre a importância de determinados grupos na manutenção de arquivos que servem de maneira objetiva à manutenção de sua identidade. O arquivo do IPHAN constitui, dessa maneira, um importante veículo da construção de identidades no interior da própria instituição, como podemos concluir dos embates ocorridos durante a década de 1980 e que persistem de maneiras diferenciais nos anos seguintes. No entanto, para que se compreenda o papel dos arquivos na sociedade contemporânea de maneira geral, faz-se necessário atentar para sua construção e, principalmente, seu caráter marcadamente memorial estabelecido no interior das mais cotidianas relações com o passado, seja na busca do cumprimento de direitos herdados, seja na construção de pesquisas acadêmicas ou da preservação dos elementos da cultura nacional.

Em 1984 saía do prelo o primeiro resultado da monumental obra organizada pelo historiador Pierre Nora que buscava inventariar e analisar o arsenal memorial da sociedade francesa em sete grandes volumes que reuniam artigos de diversos pesquisadores. O empreendimento pretendia definir tal arsenal sob a rubrica de lugares de memória, ou seja, repositórios da memória nacional francesa em estágio que testemunhava o abandono das tradições em favor de posicionamento crítico em relação ao passado do país. Nesse sentido, a obra, e especificamente seu idealizador, impunham uma contraposição entre história e memória, uma vez que aquela seria a negação da última, um instrumento de esclarecimento acerca das divergências constituidoras do desenvolvimento da nação. Através do diagnóstico

da aceleração do tempo nas sociedades ocidentais contemporâneas, Nora apontava a impossibilidade da vivência memorial tal qual era experimentada até a primeira metade do século XX. Segundo o historiador

nenhuma época foi tão voluntariosamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio (NORA, 1993: 15).

Diagnosticado o fim da existência de uma memória pura, Nora afirma que os *lugares de memória* emergem como o espaço em que se opera a esperançosa preservação desse produto muito procurado pelas sociedades atuais, “momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada” (NORA, 1993: 7) como concordam, em menor ou maior grau, também Jacques Le Goff (1984) e Andreas Huyssen (2000), por exemplo.

Se, portanto, o Arquivo do IPHAN constitui um importante veículo de construção das identidades no interior da própria instituição, importa compreendê-lo como elemento inscrito no jogo de negociações identitárias e memoriais que resultam no enquadramento da memória em relação àquele período. Nesse sentido, a influência do Pró-Documento aparece como fator gerador de tensão no contexto institucional, o que fica demonstrado nas entrevistas realizadas com agentes da preservação. Gilson Antunes da Silva e Ângelo Oswaldo de Araújo Santos se contrapõem em seus depoimentos em relação à política institucional. Narrando a postura da direção em relação ao Pró-Documento, Silva ressentia-se de certa recusa em assegurar continuidade do Programa, ao passo que Santos valoriza a postura do ministro Celso Furtado ao unificar na figura de Oswaldo José dos Campos Melo a direção do complexo institucional. Segundo Santos, Furtado preocupava-se com a forma de Joaquim Falcão dirigir a FNPM de forma equivocadamente autonomista, ignorando o papel da SPHAN e o próprio Ministério da Cultura (2012). Meu trabalho é mais uma dessas tentativas da história de aniquilar a memória em suas feições mais espontâneas, ensejando a análise científica a todo sinal de lembrança, como é o caso das memórias produzidas em relação ao ACI/RJ. No entanto, esse aniquilamento não constitui objetivo do trabalho, mas sua consequência inevitável, tendo em vista que as memórias produzidas vêm mantendo, há tempos, a representação das ações institucionais do período analisado. Nesse sentido, um texto de Pierre Nora em relação a essa violência com a memória expõe bem as suas causas:

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, *suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido. A representação exclui o afresco, o fragmento, o quadro de conjunto; ela procede através de iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas.* (...) Como não ligar o respeito escrupuloso pelo documento de arquivo (...), nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? (...) Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir; e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.” (NORA, 1993: 20).

Na dinâmica das relações existentes entre memória e história, salta aos nossos olhos a pertinência de analisar a memória institucional construída em torno das ações do Pró-Documento, uma vez que resultam de intensos trabalhos voltados à manutenção, ou ao apagamento, dos traços deixados por essa experiência. Constitui-se, portanto, uma memória do Programa com a qual suas ações são resignificadas pelos diferentes grupos que compõe o cenário da preservação do patrimônio cultural, em busca de restituir à compreensão uma percepção que delimite a existência de lutas, contraposições e negociações que modificam o passado. É preciso compreender que os impasses existentes entre depoimentos e documentos denotam não uma simples ação de apagamento da verdade – até mesmo porque essa não pode ser avaliada –, mas o resultado dessas tensões que se *expressam* nesse tipo de aspecto.

3.3 Os trabalhos com o tempo nos arquivos do IPHAN

Arquivos constituem marcas do passado em nossa sociedade, visto que resguardam elementos que se encontram – pretensamente – fora do jogo social atual, sacralizados⁵⁶. Seus documentos constroem nossa compreensão acerca de um tempo perdido e possibilitam que sua utilização resulte, inclusive, na identificação de nossa sociedade com seus acontecimentos legitimando a sensação de pertencimento em relação a uma comunidade classificada sob a

⁵⁶ Giorgio Agamben analisa objetos sacros como aqueles separados para uso dos deuses. Nesse sentido, podemos relacioná-los aos objetos musealizados de nossa sociedade que podem ser aproximados, nessa interpretação, dos documentos depositados em arquivos (AGAMBEN, 2007).

rubrica *nacional*.⁵⁷ Nesse sentido, essas produções modernas conferem à sociedade a possibilidade de trabalhar com o tempo que passou, seja sob a via da história, seja sob a da memória (ainda que nesse caso os documentos representem apenas o exemplo daquilo que se sabe *vividamente* pela lembrança). É certo que as funções exercidas por essas distintas dimensões do conhecimento do passado são variantes, mas conhecem nos arquivos um instrumento comum na constituição de seus discursos em relação ao que já foi, ou seja, a identificação do fenômeno do tempo.

Devemos ter em mente, no entanto, que esse fenômeno não corresponde de maneira estática a uma experiência geral, tendo em vista que a percepção do tempo é uma construção com a qual concorrem aspectos muito mais numerosos que a simples observação do movimento dos ponteiros do relógio. Fernand Braudel, em *História e Ciências Sociais* (2005: 41-78), estabeleceu uma divisão dos níveis de temporalidade que hoje já se considera clássica em relação à abordagem dada pela historiografia. Nessa tripartição braudeliana o primeiro nível temporal seria o de uma história dos acontecimentos, marcada pelo tempo breve e que já foi chamada de “*acontecimental*”, tamanha importância de sua relação com os eventos, da qual a história política despontou como exemplar. Um segundo nível seria aquele conjuntural, que ultrapassa o acontecimento e no qual se podem observar as implicações sociais mais imediatas, tais como as econômicas. A chamada história estrutural ocuparia o terceiro posto nesse cenário, sendo caracterizada pela longa duração. Em seu estudo, as permanências seriam marcantes, possibilitando estudar grandes fenômenos sociais que ultrapassariam as experiências humanas pessoais. Se essa divisão demonstra a ocorrências de tipos específicos de procedimento de investigação histórica, mais importante é notar que se relacionam a diferentes experiências sobre o tempo. Desse reconhecimento variável da própria historicidade e de seu ritmo emergem questões interessantes para meu trabalho, considerando as experiências diversificadas em relação ao mesmo objeto como um dos aspectos que caracterizam as relações sociais que se inscrevem no e pelo tempo. A vivência social própria a cada grupo e produzida em diferentes contextos, o uso do computador, dos meios modernos de transporte, o clima e tantos outros fatores influem sobre a percepção do tempo diferenciando a própria maneira de se lidar com a história. Jacques Revel pensava nessa disparidade da experiência quando, em entrevista à revista *Topoi*, mencionou que

⁵⁷ Para uma discussão sobre o passado como parte importante na construção das identidades nacionais, ver os trabalhos de Benedict Anderson (2008), Gopal Balakrishnan (2000) e Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984).

porque um indivíduo ou um grupo de indivíduos faz o que faz, é necessário reconstituir o contexto da “experiência”. Aliás, prefiro dizer: é preciso reconstituir os contextos da experiência, porque creio que vivemos todos em vários mundos ao mesmo tempo e que, portanto, não há contexto unificado, porém contextos que podem ser parcialmente interferentes, parcialmente contraditórios. Esta é a nossa experiência cotidiana. Nós todos temos razões para fazer algo e para não fazê-lo, segundo o contexto com o qual somos confrontados (REVEL, 2009: 73).

No trecho, esquivando-se do termo “contexto” como unidade à qual historiadores poderiam recorrer para compreender as configurações sociais passadas, o autor francês aponta uma necessidade de uma profunda reflexão sobre o passado por parte dos pesquisadores. Uma compreensão muito mais completa da complexidade de relações (pessoais, factuais, temporais) configuradas na vivência cotidiana. Se, muitas vezes, tendemos projetar sobre nossos objetos de estudo alguns esquemas de interpretação devemos, contudo, atentar para o fato de que o passado que visualizamos não existe em outro lugar que não em nossa projeção. A temporalidade emerge, nesse sentido, como uma das relações sujeitas à análise, tanto mais quando enfocamos as práticas de preservação cultural que constituem, elas mesmas, uma atitude de contestação da passagem do tempo que resulta na maioria das vezes no desaparecimento e na perda dos bens culturais.

Maurice Halbwachs é outro desses pesquisadores que identificam, em nossa relação com o tempo, a existência da diferença, da variação e da criatividade, mesmo nutrindo uma visão bastante “sociologizante” que enxerga na sociedade o grande lapidador das vivências. Segundo esse autor,

O tempo faz geralmente pesar sobre nós um forte constrangimento, seja porque consideramos muito longo um tempo curto, ainda quando nos impacientamos, ou nos aborrecemos, ou tínhamos pressa de ter acabado uma tarefa ingrata, de ter passado por alguma prova física ou moral; seja porque, ao contrário, nos pareça muito curto um período relativamente longo, quando nos sentimos apressados e pressionados, quer se trate de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Gostaríamos que ora o tempo passasse mais rápido, ora que se arrastasse ou se imobilizasse (HALBWACHS, 1990: 90).

Nesse sentido, concordamos que a experiência temporal não é configurada de forma estática em cada situação, até mesmo porque – retomando Revel – toda experiência encontra-se imbricada em variados contextos, vivências e lembranças. Da mesma forma que a reflexão de

Halbwachs permite-nos atentar para o fator relacional da experiência da temporalidade, ainda nessa via, sua argumentação demonstra a natureza esquemática dessa experiência, uma vez que

Se, entretanto, nós devemos nos resignar [*à experiência da percepção do tempo*], é sem dúvida, em primeiro lugar, porque a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, é apenas a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos de natureza material e do organismo. Mas é também (...) porque as divisões do tempo, a duração das partes assim fixadas, resultam de convenções e costumes, porque exprimem também a ordem segundo (...) a qual se sucedem as diversas etapas da vida social (Ibidem).

Essas considerações a respeito do tempo permitem compreender que a ação do Pró-Documento configuram uma grande intervenção na experiência temporal que potencializa-se por ser praticada – a partir de 1984 – no interior da instituição de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nela a questão da temporalidade atua como cúmplice e adversária nos trabalhos de manutenção e geração dos referenciais culturais da sociedade nacional, constituindo no trabalho realizado pelo Programa um poder classificatório notável que confronta grupos institucionais com interesses variados no objetivo comum de manter o chamado patrimônio cultural nacional. Considerando que o tecido produzido pela preservação cultural forma-se pelas tramas existentes entre as diferentes temporalidades, importa atentar para o fato de que essas dimensões da experiência resultam na política mesma de salvaguarda, resultando que sobre ela se direcionem os interesses reservados a garantir a permanência dos elementos legados ao presente pelo passado.

As diferentes temporalidades em relação produzem novas realidades, já que o relacionamento entre passado e presente na preservação do patrimônio projeta, inclusive, um futuro pleno de heranças garantidas, mantidas pelo sentimento de responsabilidade em relação à cultura, normalmente relacionada à noção de originalidade como valor qualificativo da conjugação de elementos produzida. Em outras palavras, se tomarmos por verdadeira a afirmação de que “indivíduos, assim como seus propósitos, ações e contextos, são culturalmente moldados” (GONÇALVES, 1996: 14), podemos concluir que a temporalidade emerge também como um desses elementos passíveis de modulação segundo os discursos direcionados a configurar a própria política preservacionista.

O historiador francês François Hartog, em artigo publicado no Brasil em 2003, tece um relato acerca de algumas maneiras de se experienciar o tempo que se relacionam com a

institucionalização da disciplina história e, principalmente, com o advento da modernidade, ela mesma um sintoma de um novo relacionamento com o tempo, o passado e o futuro. Definindo a noção de *regime de historicidade*, o historiador argumenta em favor da compreensão de que ocorra a reprodução de critérios que direcionam o reconhecimento da passagem de tempo e de seu uso na definição do que possa ser passado e futuro – diria mais –, da memória e da história, ou mesmo do próprio tempo. Afeitas às convenções que regimentam os agentes sociais essas categorias inserem-se nas configurações de experiências em disputa, às quais se direcionam os interessados em conformar a própria compreensão do que possa formar o patrimônio cultural da nação, de como deva ser preservado e – por que não dizer – de como deva ser experimentado.

Seguindo Hartog, vemos que

O historiador vive quotidianamente o tempo, mas mesmo que ele não mais se interesse (...) pelo tempo linear “homogêneo” e “vazio”, ele corre o risco de simplesmente instrumentalizar o tempo. Constitui também tarefa do historiador tentar pensar sobre o tempo, não sozinho, é óbvio. Diante de nós, houve vários momentos em que o tempo foi objeto de uma intensa reflexão, especulações, medos, sonhos, por exemplo ao fim do século XVI ou por volta de 1900” (HARTOG, 2003: 10).

Nesse sentido, o risco de não tentar para a questão do uso do tempo na definição de discursos em relação à classificação do patrimônio cultural deve ser reconhecido e é no objetivo de, pelo contrário, indicar esse aspecto que convém tomarmos a temporalidade como experiência classificável, objeto de disputa no campo do patrimônio, considerando ser dotada de sentido para o campo da preservação.

Nos trabalhos com o tempo, o Arquivo Central do IPHAN ocupa, portanto, posição de destaque uma vez que abriga, de certa maneira, os indicadores do caminho a ser trilhado em direção ao passado da preservação. Em seu acervo podem ser encontrados os elementos legitimadores dos percursos escolhidos e – na forma da dúvida encruzilhada formada na preservação – as lacunas que eclipsam as contradições, ou melhor, outras tentativas de contribuição para a preservação cultural expressas em documentos, projetos, intervenções e apagamentos que se podem perder no emaranhado formado pelas relações entre documentos e séries de um arquivo organizado. Não busco, com isso, promover verdadeiras cruzadas em busca das melhores formas de direcionar a política de preservação, ou acusar de apagamento tais ou quais grupos formadores – e guardiões – da opção mais afortunada. Antes, indico a possibilidade de aprofundar a análise que tracei até o momento, atentando para as

contribuições desconhecidas, que podem ser *experimentadas* segundo critérios outros que possibilitem detectar seus aspectos mais fecundos.

Tratando do esgotamento do regime de historicidade moderno, que dava base ao reconhecimento da história como repertório de exemplos úteis ao presente, Hartog afirma que “o fim deste regime moderno significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco” (p.11). É sobre essa opacidade que trato, compreendendo que deva ser reconhecida em relação ao passado construído a década de 1980, não como obstáculo à pesquisa e compreensão mas como o próprio motivo de aprofundamento sobre as questões que se discutiram naquele momento e que conformaram muitas das escolhas que produziram a atual política de preservação do patrimônio cultural por parte do IPHAN.

Expostos os embates relacionados à preservação documental empreendida pelo Pró-Documento no âmbito da FNPM durante a década de 1980, cabe expor uma das maneiras pelas quais os envolvidos nas atividades do Programa buscaram conferir legitimidade a suas ações. No jogo com a memória e na relação com as diferentes temporalidades que constituem a própria ação institucional, o argumento da democratização desponta como elemento legitimador da postura reproduzida nos trabalhos realizados pela equipe do Pró-Documento. Sua estratégia relacionou-se de forma bastante competente aos desenvolvimentos políticos ocorridos no período de desmonte do regime ditatorial brasileiro, quando o país se mobilizava no intuito de estabelecer um regime democrático, quando a própria democracia emergia como argumento poderoso no jogo social que abrangia, também, o contexto institucional da FNPM.

Conclusão:

O perfil do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural produz, na formação de seus alunos, uma aproximação bastante estimulante das questões relativas ao campo do patrimônio cultural no Brasil. Somente integrando a instituição por um período considerável – de dois anos – é possível compreender algumas de suas características marcantes, que influenciam o olhar dos pesquisadores em relação a seus objetos de estudo e à própria prática preservacionista. Essa proximidade com a dinâmica institucional impõe algumas dificuldades ao trabalho de pesquisa, tendo em vista que se passa a integrar – mesmo que de forma ambígua – a própria instituição estudada, o que coloca ao pesquisador a necessidade de respeitar as próprias interdições políticas reproduzidas em relação aos caminhos de investigação. No entanto, ainda que constitua uma dificuldade, essa característica qualifica a pesquisa em sua formatação, tendo em vista que o resultado busca lidar com as próprias limitações institucionais de maneira a avaliar seus alcances. Mesmo que seja eclipsada no trajeto, essa característica pode ser detectada em qualquer estudo realizado no âmbito do Mestrado, tomando muitas vezes a feição de proposição de ações e posturas com relação a determinados objetos.

Em meu caso, a compreensão dessa dimensão do trabalho no estudo dos temas relativos à preservação cultural direcionada à documentação foi de extrema importância, visto que formatou a própria abordagem em relação à problemática. A questão documental emerge em minha investigação como o ponto nodal do estudo acerca da memória produzida sobre a FNPM justamente por conta das interdições estabelecidas à investigação histórica do período em que se desenvolveram suas ações. Tratar da Fundação constitui tarefa das mais difíceis no contexto institucional – o que se reproduz, é verdade, sobre diversos outros temas de pesquisa – visto que carece de legitimidade crítica todo o estudo que não seja realizado por agentes que tenham experimentado aquela complexa estrutura institucional. Como busquei demonstrar através dos organogramas expostos anteriormente nesse trabalho, as variações estruturais da FNPM ao longo da década de 1980, além da própria dificuldade imposta por seu espelhamento em relação à SPHAN impõem aos pesquisadores uma opacidade dificilmente esclarecida.

A presente pesquisa buscou propor alguns direcionamentos no que tange ao tratamento da questão do patrimônio documental do IPHAN. Ainda que a produção bibliográfica a

respeito do assunto seja ainda escassa, foi possível alcançar alguns objetivos recorrendo a depoimentos de personagens envolvidos nas ações de preservação documental, além da tomada da história do próprio ACI/RJ como objeto de estudo e referência para análise. Foi constituído, dessa maneira, uma investigação acerca dos caminhos da memória em relação à Fundação Nacional Pró-Memória, avaliando dispersamente a imagem dessa instituição nas práticas de preservação do patrimônio cultural. Se a importância de sua experiência é positivada em todos os estudos relativos a essa prática, meu trabalho questiona-se sobre a base de sustentação de sua valorização, uma vez que carece de profundidade o estudo de suas práticas. Ainda que existam trabalhos sobre a origem da instituição e muitos outros sobre a figura de Aloísio Magalhães como precursor de uma nova *era* – ou *fase* – na política de preservação, um estudo histórico da Fundação carece de novidade que transcenda as abordagens comemorativas dessa iniciativa. Divididos entre a contradição e o avanço, estudos clássicos embatem-se sobre a Fundação, mas não em relação a sua função específica para os rumos da preservação documental. Antes, avaliam a experiência como contraponto ou retomada de um passado qualificado como heroico. Gonçalves (1996) e Fonseca (1997) analisam essa instituição sob o pano de fundo das décadas de 1930-40, tratando menos da década que a conformou.

A instituição que se desenvolve sob o contexto de democratização dos anos 1980 experimenta problemas específicos – apontados, em parte, muito bem no trabalho de Fonseca (1997: 131-212) – que variam em muitos pontos em relação aos problemas experimentados no passado. Sua análise costuma centrar-se sobre a questão dos tombamentos que constituem o instrumento mais evidente e poderoso utilizado pela instituição, mas normalmente ignora questões como a política dispensada aos museus, ao patrimônio natural e ao documental. Se essa afirmação demonstra uma concepção errônea que pode ser caracterizada como a *explosão do patrimônio*, que dispersa suas frentes de ação sobre diversos caminhos, é, contudo, importante para evidenciar as diferentes dimensões passíveis de serem abordadas pelas políticas de preservação. Gonçalves (1996) não se interessa especificamente pelo IPHAN, mas com suas práticas que são antropológicamente descritas sob o ponto de vista da apropriação da cultura por meio de sua *objetificação*. Nesse sentido, sua análise privilegia as relações das lideranças institucionais mais expressivas com a cultura nacional.

Nos “*ensaaios contemporâneos*” organizados por Regina Abreu e Mário Chagas (2003) evidenciam-se também os debates em relação ao patrimônio sem que se atente com grande afincamento às questões afeitas à preservação da documentação histórica. Os ensaístas analisam, sobretudo sob o ponto de vista da contemporaneidade, os assuntos sobre os quais

desenvolvem seus estudos sem tocar frontalmente as memórias produzidas em relação à preservação.

A maioria dos estudos realizados concentra-se sobre contraposições temáticas que dominam as discussões relativas ao patrimônio cultural no Brasil. Nesse sentido, as disputas discursivas reproduzidas em torno de um patrimônio *material* e outro *imaterial* concentra o foco das discussões sem que se questione o próprio papel da contraposição para o desenvolvimento da política preservacionista. Em meu trabalho busquei indicar alguns direcionamentos sobre a possibilidade de se tomar questões desse tipo, que posicionam de lados opostos diferentes agentes da preservação, como substância para análise do percurso institucional.

Outros embates podem ser também analisados sob essa mesma ótica. Nesse sentido, aponto as lutas atomizadas que se reproduzem em setores diversos da instituição como característica do desenvolvimento institucional na definição de suas ações. Alguns embates podem, portanto, ser tratados sob esse olhar. Nos anos 1980, com a descentralização promovida pela instituição, sua estrutura ficou dividida – além das representações regionais que se estendem atualmente sobre todos os estados brasileiros – entre o eixo Rio de Janeiro-Brasília. Nesse mesmo contexto, agentes institucionais mineiros e pernambucanos se embateram sobre os poderes de definição das ações de preservação, segundo apontou Santos (2012) em seu depoimento.

A nomenclatura clássica dessa tensão, ou melhor, dessa propensão à tensão no interior da instituição, é, sem dúvida, aquela que contrapõe a chamada política de preservação da *pedra e cal* daquela calcada na atenção aos bens compreendidos como referências culturais brasileiras. Se, de fato, a substância preservada segundo uma ou outra posição resulta em bens com características diversas, o aspecto comum de ambos os entendimentos é a preservação do patrimônio. Nesse sentido, fica claro que a suposta contradição existente entre os bens *materiais* e *imateriais* não se sustenta, demonstrando, no entanto, uma estratégia voltada ao estabelecimento da questão dos bens chamados *intangíveis* na agenda nacional da preservação. Esses percursos institucionais só se revelam de forma clara a quem experimente, de fato, o cotidiano da instituição e esteja sujeito às possibilidades e interdições políticas, profissionais e intelectuais decorrentes deles. Nesse sentido, a natureza *profissional* do Mestrado dá a própria base aos estudos que sob sua égide se realizam.

No curso de minha participação nessa experiência, pude refletir na ação sobre as relações tensas existentes entre a história e a arquivística, duas disciplinas que dividem objetos sobre os quais realizam parte de seu trabalho. A abordagem interdisciplinar que

resultou dos impasses colocados pela disciplina arquivística em relação ao acervo que pesquisei e com o qual trabalhei deve-se, sobretudo, da oportunidade oferecida pelo curso de vivenciar sob diferentes perspectivas todas as problemáticas implicadas no trabalho com o patrimônio cultural no âmbito do IPHAN. Nos momentos em que as normas da arquivística não contribuía para a compreensão da estrutura institucional da FNPM e geravam barreiras à compreensão de sua dinâmica, a liberdade oferecida pela reflexão historiográfica do passado concorria para o encontro de vias renovadas de interpretação. Quando essa mesma característica da disciplina histórica impedia o enfoque localizado sobre determinadas questões, o enquadramento necessariamente produzido pela arquivologia concorreu para um caminhar mais direcionado em relação aos objetivos de pesquisa.

Dessa relação dúbia, intranquila e perigosa, surgiram os questionamentos que constituem esse trabalho de pesquisa e resultam em minha mirada sobre a questão da preservação documental no IPHAN. Mais ainda, sobre as memórias constituídas em relação à instituição dedicada à preservação cultural que teve lugar na conturbada década de 1980. No percurso de pesquisa, deparei com um certo descompasso existente entre a legislação referente à preservação documental e a atuação da instituição, em que a presença do problema desenvolve-se no campo legal de maneira menos acelerada, ainda que constante, ao passo que, no que respeita à atuação do IPHAN, dá um salto na década de 1980 através, principalmente, da montagem e funcionamento do Pró-Documento, alimentado pelo ambiente de valorização do passado recente do país, sob o argumento generalizadamente positivado da *democratização*.

Traçando o percurso dessa atuação, no primeiro capítulo procurei demonstrar a trajetória da disciplina arquivística no Brasil, no anseio de compreender as motivações da postura institucional em relação ao problema da preservação e organização de documentos. A estrutura do capítulo demonstra que o atraso brasileiro em definir as bases de atuação profissional nesse aspecto geraram para o IPHAN, como de resto a todas as instituições relacionadas à memória, grandes dificuldades para a promoção do tratamento adequado de seus acervos.

Posteriormente, no segundo capítulo, a questão que estrutura a argumentação diz respeito à atuação propriamente dita do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, avaliando parte de seus resultados e da memória produzida em relação a sua atuação. Carente de um aprofundamento maior sobre os *usos* dessa experiência nas conformações institucionais sobreviventes da década de 1980, essa parte da dissertação permite, contudo, apontar as direções de uma investigação de maior fôlego em relação a suas

implicações, considerando sua importância para as ações institucionais como um todo, levando em conta que implicou ações específicas direcionadas ao tratamento da documentação produzida e guardada pela instituição, a partir da qual se produz grande parte do conhecimento sobre ela.

No terceiro e último capítulo, as reflexões acerca dos trabalhos da memória realizados em relação à atuação do Pró-Documento e, de maneira mais geral, da própria experiência institucional que teve lugar na década de 1980, buscaram evidenciar a importância de se atentar historiograficamente para as tensões geradas e potencializadas naquele momento. Se a experiência da Fundação Nacional Pró-Memória é apontada correntemente como um dos momentos mais importantes na construção d política de preservação que ora se aplica no IPHAN, constitui-se ação de crucial importância atenta para aquelas tensões para se compreender mais profundamente o funcionamento institucional que, por diversas vezes, parece prejudicar o avanço e sucesso das políticas implementadas. Se há uma conclusão possível em relação ao palimpsesto de tensões que estrutura a experiência do IPHAN (que aglutina tantas opiniões em relação aos rumos da política preservacionista quantas são possíveis), é que é necessário evidenciá-lo, tratando-as com seriedade, no objetivo de construir uma compreensão integradora das atribuições relativas à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Referências:

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007,
- ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega; FRANÇA, André Luiz Dias de. *Arquivologia no Brasil: a contribuição do estado da Paraíba*. Apresentação no III Simpósio Baiano de Arquivologia: Salvador, 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Documentos Históricos, Documentos de Cultura*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília. SPHAN. 1987, pp. 48-55.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas: n. 51)
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1960.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. *A legislação e a política de arquivos no Brasil*.
- BAUTIER, R. H. *Les archives*. In: L 'HITOIRE et ses méthodes. Paris: Gallimard, 1961, v. 11, p. 1120-1166.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivos*. São Paulo: AAB/SP, 1998 (Como fazer, 1)
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998.
- BOMENY, Helena. *Patrimônio da memória nacional. Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.
- BORGES, Jorge Luís. *Sobre a amizade e outros diálogos*. São Paulo: Hedra, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

- _____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 1996.
- _____. Homo academicus, Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- BRASIL. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação brasileira de proteção aos bens culturais. s.l., 1967.
- BRASIL, MinC. Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica. Texto básico. Rio de Janeiro, 1988.
- BRENNEKE, A. Archivistica. Contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. Milán, 1968.
- Cadernos de Pesquisa, 4. “*Tudo é História: será que devemos beber história como bebemos coca-cola?*” 1978.
- CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p. 369-389.
- CASANOVA, E. Archiistica. Siena: Lazzeri, 1928.
- CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na Preservação de Bens Culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CAVALCANTI, Lauro (org). Modernistas na Repartição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Paço Imperial: Tempo Brasileiro, 1993.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. A escrita da história. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991. p.173-191.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2009. 480p. : il. (Risco original).
- COBRA, Maria José Távora Queiroz. Documentação colonial: lembrança de uma campanha. Brasília: Vala, 1987.
- COSTA, Alexandre de Souza. Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. (Dissertação de Mestrado) Niterói, RJ: UFF/PPGCI, 2011.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves et al. Les fondements de la discipline archivistique. Québec: Presses de l’Université du Québec, 1994.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1993.
- DEBRUN. Michel. “o jogo das ideologias”. **Veja**, São Paulo, n. 384, 14 jan. 1976. p. 3.

- DREIFUSS, René Armand. Ao arquivo, com carinho. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 21, 1986, pp. 27-32.
- DUCHEIN. Michel. Archives, archivistes, archivistiques: définitions et problématique. In: DIRECTIONS DES ARCHIVES DE FRANCE. La pratique archivistique française. Paris, Archives Nationales, 1993.
- _____. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p.14-33, abr. 1982. 1986.
- DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.
- ESPOSEL, José Pedro. A propósito do Sistema Nacional de Arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 15-16, abr. 1977.
- FERNANDES. M. C. S. M. O Sistema Nacional de Arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.7, n. 3, p. 7-15, dez. 1979
- FNPM. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- _____. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- _____. Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil. Brasília, 1980.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.
- FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Tradução: Luiz Felipe Beata Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2008.
- _____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção do imaginário no nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n. 23, p. 95-115, 1994.
- GASPARI, Élio. “A história do Brasil: o passado do país está sendo escrito em inglês”. **Veja**, São Paulo, n. 168. 24 nov., 1971. p.36.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GONÇALVES, Janice. Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social). USP.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Iphan, 1996.

- _____. “monumentalidade e cotidiano: o patrimônio Cultural como gênero de discurso: in cidade: histórias e desafios. Oliveira, L. L. (org). Rio de Janeiro CNPQ / FGV. 2002, p 108 -123
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, François. O século XIX e a História: o caso Fustel de Colanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- HOBBSBAWN, Eric ; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUYSEN, Andreas “Escapando da Amnésia – O Museu como Cultura de Massa”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994, pp. 34-57.
- _____. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000
- IBPC. *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.
- IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Brasília: Iphan, 2006.
- ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística: Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 10-22 set. 1999 / [Versão brasileira preparada por Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional]. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000.
- JACINTHO, Edgard. Memória Oral nº 4. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-Memória, 1989.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. v. 25, n. 2, 1995.
- _____. Instituições arquivísticas: a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 21, 39-42, 1986.
- _____. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, v. 2, n.2, jul./dez, 1987.
- _____. O problema dos arquivos administrativos na América Latina. In : SEMINÁRIO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, 1, 1991, Santiago do Chile.
- _____. Redes e sistemas de arquivos. In : CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS, 4, 1993. Vitória, 1993.
- _____. Sistema Nacional de Arquivos : a saga e a sina. **Boletim do Centro de Memória da UNICAMP**, Campinas, v.1. n.2, p. 12-17, jul/dez. 1989.
- _____. Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.
- JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- JONAS, Hans. O Princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006,
- LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: _____. *História e memória*. 5ªed. Campinas/ SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp.525-541.

- _____. Memória. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.
- LEITE, João de Souza (org.). A Herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produção Cultural, 2003.
- LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. Los archiveros y sus investigaciones. Métodos de Información. v. 5 n. 22-23, 1998. p. 37-43. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/000001743/>. Acesso em 20 de junho de 2012.
- MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 20, p. 40-44, 1984.
- _____. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEDEIROS, Antonio Carlos : BRANDÃO, Hugo Júnior. Em busca de novos paradigmas para a análise de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 4-53, mai. /jul. 1990.
- MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Intervenções em bens tombados: reflexões a partir dos instrumentos de pesquisa e documentação. Mimeo, 2006.
- Mesa Redonda: acervos arquivísticos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 22, 1987.p. 171-85.
- MICELI, Sergio (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo : DIFEL, 1984.
- MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. **Revista Estudos Históricos**, RJ nº5, 1990, pp. 66-74.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; CAMPELLO, Bernadete Santos; DIAS, Eduardo Wense. Disseminação da pesquisa em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, v.25, n3, 1996.
- NEDEL, Leticia Borges. Memória familiar, história política e tempo presente: a circulação do arquivo pessoal de Getulio Vargas. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- NEVES, Marta E. M. Em busca da organicidade: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. 1997. 181 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
- NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria & prática. RJ: Ed. da FGV, 2005
- _____. O sistema nacional de arquivos e a memória nacional. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, p.3, dez. 1977. Editorial.

POPE, Zulmira Canario. Entrevista concedida em 20.12.2011.

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO DO IPHAN. Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural. RJ: IPHAN, 2007. (Cadernos de Estudos do PEP)

Questões gerais. Documento I. ACI/RJ: Arquivo Intermediário, caixa 266, pasta1.

Recomendações para a elaboração do Regimento da Fundação Nacional Pró-Memória. ACI/RJ: Arquivo Intermediário, caixa 266, pasta1.

REVEL, Jacques. Entrevista. **Topoi**, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 67-76.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... Estudos Históricos: Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Consultada a versão eletrônica em 28/07/2009, <http://cpdoc.fgv.br/revista/arq/235.pdf>.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de junho de 2012.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). Usos e abusos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SANT’ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1938-1990), dissertação de mestrado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1995.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. Entrevista concedida em 20.03.2012.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório*: história, teoria e métodos de uma disciplina. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

SHARE, D. & MAINWARING, S. 1986. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 207-236.

SILVA, Gilson Antunes da. Breve histórico do Centro de Memória Social Brasileira. *Revista Brasileira de História*. 3(5): 23-30, 1983.

_____. Entrevista concedida em 13.12.2011.

SILVA, Sergio Conde de Albite; CARDOSO, Julio Cesar; BRITO, Alex Da Silva Gomes de. Entrevista com Armando Malheiro da Silva. **Arquivística.net** - www.arquivistica.net, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-30, jan/jun. 2005.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio Sousa; REAL, Manuel Luís. Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Biblioteca das ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

- SOLIS, Sydney S.F., ISHAQ, Vivien. *Proteção do patrimônio documental: tutela ou cooperação?* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, 1987, pp.186-190.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e Proteção Jurídica*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1999.
- SPENCER, Thomas T. *"The Archivist as Historian: Towards a Broader Definition"*. **Archivaria**. 17 (Winter 1983-84), pp. 296-300.
- THOMPSON, Analucia (org.). *Memórias do patrimônio: entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.
- VEJA. *Memória perdida*. **Veja**, São Paulo, n. 582, 31 out. 1979.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: o revisionismo na História*. Campinas: Papirus, 1988.
- WHITE, Hayden. *Metahistória*. São Paulo: Edusp, 1995.